

ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTOS

Formulário de Referência >

📅 Ano: 2026 ⌚ Versão: 7

Sumário

ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO

1. Atividades do emissor	<u>03</u>	2. Comentário dos diretores	<u>04</u>
3. Projeções	<u>05</u>	4. Fatores de risco	<u>06</u>
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	<u>07</u>	6. Controle e grupo econômico	<u>08</u>
7. Assembleia geral e administração	<u>09</u>	8. Remuneração dos administradores	<u>10</u>
9. Auditores	<u>12</u>	10. Recursos humanos	<u>13</u>
11. Transações com partes relacionadas	<u>14</u>	12. Capital social e Valores mobiliários	<u>15</u>
13. Responsáveis pelo formulário			<u>16</u>

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor	<u>17</u>	1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	<u>20</u>
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	<u>23</u>	1.4 Produção/Comercialização/Mercados	<u>24</u>
1.5 Principais clientes	<u>29</u>	1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	<u>30</u>
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	<u>33</u>	1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	<u>34</u>
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	<u>36</u>	1.10 Informações de sociedade de economia mista	<u>40</u>
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	<u>41</u>	1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	<u>42</u>
1.13 Acordos de acionistas	<u>45</u>	1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	<u>46</u>
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	<u>48</u>	1.16 Outras informações relevantes	<u>50</u>

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais	<u>51</u>	2.2 Resultados operacional e financeiro	<u>57</u>
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	<u>59</u>	2.4 Efeitos relevantes nas DFs	<u>60</u>
2.5 Medições não contábeis	<u>62</u>	2.6 Eventos subsequentes as DFs	<u>65</u>
2.7 Destinação de resultados	<u>66</u>	2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	<u>68</u>
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	<u>70</u>	2.10 Planos de negócios	<u>72</u>
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	<u>75</u>		

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 76

3.2 Acompanhamento das projeções 77

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 784.2 Indicação dos 5 (cinco) principais
fatores de risco 1074.3 Descrição dos principais riscos de
mercado 1084.4 Processos não sigilosos
relevantes 1104.5 Valor total provisionado dos
processos não sigilosos relevantes 1114.6 Processos sigilosos relevantes 1124.7 Outras contingências relevantes 113

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de
riscos e riscos de mercado 114

5.2 Descrição dos controles internos 116

5.3 Programa de integridade 120

5.4 Alterações significativas 122

5.5 Outras informações relevantes 124

Índice

6. Controle e grupo econômico6.1/2 Posição acionária 1256.3 Distribuição de capital 1346.4 Participação em sociedades 1356.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 1366.6 Outras informações relevantes 137

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	<u>138</u>	7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	<u>140</u>
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	<u>141</u>	7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	<u>143</u>
7.4 Composição dos comitês	<u>149</u>	7.5 Relações familiares	<u>152</u>
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	<u>153</u>	7.7 Acordos/seguros de administradores	<u>154</u>
7.8 Outras informações relevantes	<u>155</u>		

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração	<u>158</u>	8.2 Remuneração total por órgão	<u>166</u>
8.3 Remuneração variável	<u>167</u>	8.4 Plano de remuneração baseado em ações	<u>168</u>
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	<u>171</u>	8.6 Outorga de opções de compra de ações	<u>172</u>
8.7 Opções em aberto	<u>173</u>	8.8 Opções exercidas e ações entregues	<u>174</u>
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	<u>175</u>	8.10 Outorga de ações	<u>176</u>
8.11 Ações entregues	<u>177</u>	8.12 Precificação das ações/opções	<u>178</u>
8.13 Participações detidas por órgão	<u>180</u>	8.14 Planos de previdência	<u>181</u>
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	<u>182</u>	8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	<u>183</u>

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 184

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 185

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 186

8.20 Outras informações relevantes 187

Índice

9. Auditores9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 1889.3 Independência e conflito de
interesses dos auditores 1909.4 Outras informações relevantes 191

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 192

10.1 Descrição dos recursos humanos 194

10.2 Alterações relevantes 195

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 196

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 198

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 199

10.5 Outras informações relevantes 200

Índice

11. Transações com partes relacionadas11.1 Regras, políticas e práticas 20111.2 Transações com partes relacionadas 20211.2 Itens 'n.' e 'o.' 20611.3 Outras informações relevantes 209

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 210

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 214

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 215

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 219

12.5 Mercados de negociação no Brasil 220

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 221

12.7 Títulos emitidos no exterior 222

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 223

12.9 Outras informações relevantes 224

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 227

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 228

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 229

1.1. Histórico do emissor

A OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento (“OranjeBTC” ou “Companhia”) originou-se da incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento (“Oranje”), companhia voltada à realização de investimentos proprietários em Bitcoin como estratégia de alocação de capital, e que pretende atuar na organização, promoção e venda de cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin, pelo Cursinho Intergraus S.A. (“Intergraus”), companhia que operava o “Cursinho Intergraus”, negócio fundado há mais de 40 anos em São Paulo. A OranjeBTC, sucessora universal do Intergraus e da Oranje, tem como missão acelerar a transição do Brasil e da América Latina no acesso ao Bitcoin, unindo um mandato claro de educação, pesquisa e divulgação de conhecimento à disciplina e robustez da atividade de tesouraria proprietária.

O braço educacional da Companhia, que tem origem nos cursos livres preparatórios operados sob a marca Intergraus, iniciou suas atividades em 1980 e consolidou-se como referência na preparação de estudantes para os vestibulares mais exigentes do país, tendo formado uma rede de alumni de mais de 40.000 estudantes que tiveram aulas no Intergraus, com alto índice de aprovação em faculdades e universidades de primeira linha. Ao final de 2025, diante do reconhecimento de que o modelo de ensino presencial perdeu relevância frente ao avanço das plataformas digitais de educação e ao crescente acesso a soluções personalizadas de aprendizagem, a Companhia deliberou pelo encerramento das atividades presenciais do cursinho e pela migração para um modelo de licenciamento de marca. Nesse contexto, a Companhia celebrou contrato de licenciamento da marca Intergraus com AMentoria, uma das maiores plataformas de mentorias para o ENEM do Brasil. Por meio desse modelo, AMentoria passou a utilizar o conteúdo proprietário do Intergraus em sua plataforma digital, reunindo a tradição e a metodologia de ensino consolidadas ao longo de mais de quatro décadas com a tecnologia e o acompanhamento individualizado característicos de AMentoria. A Companhia, na qualidade de licenciante, faz jus a uma participação sobre a receita auferida pelo licenciado, conforme contrato, bem como oferece assessoria estratégica no desenvolvimento de conteúdo e materiais relacionados com economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin.

O braço de investimentos, iniciado em 2025 com a Oranje, por sua vez, acumulou, desde sua criação, mais de 3.725 Bitcoin em tesouraria, posicionando a Companhia entre as 25 maiores *Bitcoin Treasury Companies* do mundo e a maior da América Latina.

Histórico Societário

O Curso Inter Graus Ltda. foi fundado em 1980, originalmente como sociedade civil limitada em Pinheiros, São Paulo e, durante as últimas quatro décadas operou com foco em educação, especializando-se ao longo do tempo na preparação de estudantes para vestibular e cursos

livres (“Cursinho Intergraus”).

Em janeiro de 2022, o Cursinho Intergraus foi adquirido pela Bioma Educação S.A. (“Bioma”), companhia do setor educacional com atuação em gestão e desenvolvimento de instituições de ensino. A unidade de negócio passou por um processo de reorganização e modernização, que resultou na formação e organização da Companhia, em fevereiro de 2025, como subsidiária integral da Bioma. Nessa data, a Companhia recebeu, mediante integralização de aumento de capital, a atividade empresarial do Cursinho Intergraus, de modo que obteve todos os ativos, incluindo bens materiais e base de estudantes para realização da atividade de curso de preparação para vestibulares universitários.

Em 5 de setembro de 2025, foi deferido o registro de companhia aberta do Intergraus pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como a listagem e admissão das suas ações ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no segmento tradicional.

Em 9 de setembro de 2025, foi concluída a aquisição de 100% das ações do Intergraus detidas pela Bioma por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa Ltda. (“Escolas Besa”), aquisição alinhada com a estratégia da Oranje de estruturar uma plataforma educacional baseada em cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin.

A Oranje foi a primeira companhia da América Latina com estratégia voltada 100% a investimentos em Bitcoin, tendo sido fundada em março de 2025, e realizado seus primeiros investimentos privados ainda em maio e junho do mesmo ano. A Oranje foi idealizada pelo empreendedor brasileiro Guilherme Gomes, que tem sólida carreira no mercado financeiro tradicional e no ecossistema de Bitcoin, com passagens pela Bridgewater Associates e pela Swan Bitcoin, nos Estados Unidos, e atualmente ocupa o cargo de CEO da Companhia.

Em 25 de setembro de 2025 foi aprovada pelos respectivos Conselhos de Administração de ambas as companhias, Oranje e Intergraus, a celebração do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Oranje S.A. – Educação e Investimento pelo Cursinho Intergraus S.A.”, e a incorporação reversa da Oranje no Intergraus (“Incorporação”).

Em 01 de outubro de 2025 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de acionistas do Intergraus, que aprovou a Incorporação. Com a efetivação da Incorporação, a Oranje foi extinta de pleno direito e para todos os fins, e o Intergraus a sucedeu, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos e obrigações. A AGE também aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia e a mudança de razão social do Intergraus para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento.

A partir de 7 de outubro de 2025, as ações ordinárias de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob o código OBTC3. Ainda em outubro de 2025, a Companhia divulgou Fato

Relevante referente à negociação de ações de própria emissão, no contexto da implementação de sua estratégia de gestão de ações em tesouraria, nos termos aprovados pelos órgãos competentes da Companhia e da regulamentação aplicável.

Em 24 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando a decisão de implementar um programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível I. Em 8 de abril de 2026, a Companhia divulgou novo Fato Relevante informando o início do programa, por meio do qual seus ADRs passaram a ser negociados no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o ticker ORNJY, tendo The Bank of New York Mellon como instituição depositária, na proporção de 1 ADR para 2 ações ordinárias de emissão da Companhia.

1.2. Descrição das principais atividades da Companhia e suas controladas

A OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento (“OranjeBTC” ou “Companhia”) é uma companhia aberta com estratégia centrada em Bitcoin. Sua atividade principal é a constituição, gestão e ampliação de uma tesouraria corporativa de Bitcoin, combinada com atividades complementares de educação e produção de conteúdo. A Companhia busca ampliar, de forma disciplinada e transparente, a exposição econômica ao Bitcoin por ação ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que contribui para a educação e o desenvolvimento do ecossistema Bitcoin no Brasil e na América Latina.

Seus objetos sociais são os seguintes:

- a) desenvolvimento e/ou administração de atividades de ensino, incluindo educação corporativa, cursos e outras áreas associadas à educação, utilizando metodologias presenciais ou à distância;
- b) prestação de serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificação, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação, inclusive por meio de plataformas;
- c) a organização, promoção e venda de cursos sobre economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais e soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin;
- d) investimento proprietário em Bitcoin; e
- e) participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades com atuação estratégica ou complementar, ou de forma a expandir ou incrementar, aos negócios da Companhia, no Brasil ou no exterior.

Atividades de tesouraria de Bitcoin

A tesouraria de Bitcoin é o núcleo da estratégia e da posição patrimonial da Companhia. Os Bitcoin mantidos pela OranjeBTC têm finalidade de reserva estratégica de valor e não são mantidos como estoque para negociação no curso normal de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.722,3 Bitcoin, registrados no ativo não circulante como intangível pelo valor de R\$ 1.792,35 milhões, após os ajustes de valor justo reconhecidos até aquela data.

De acordo com a política contábil adotada pela Companhia, os Bitcoin são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados a valor justo por meio do resultado, com base em preços cotados em mercado ativo e mensuração de Nível 1. A referência utilizada para essa mensuração é o CME CF Bitcoin Reference Rate - BRR. Assim, variações no preço do Bitcoin podem produzir impactos relevantes no resultado contábil da Companhia, independentemente de venda dos ativos ou de saída de caixa.

Gestão de capital, custódia e transparência

Para ampliar sua reserva estratégica de Bitcoin, a Companhia pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital, alienação de ações em tesouraria, emissões de valores mobiliários, operações de crédito e outras estruturas financeiras compatíveis com suas políticas e aprovações aplicáveis. Em 2025, os recursos obtidos por meio de aumentos de capital, alienação de ações em tesouraria e emissão de dívida conversível foram destinados substancialmente à aquisição da reserva estratégica de Bitcoin.

De forma seletiva, a Companhia também pode utilizar parcela limitada de sua tesouraria em estruturas destinadas à gestão eficiente de capital e liquidez, sujeitas a riscos de mercado, crédito, liquidez, custódia e execução de garantias. Em março de 2026, 250 Bitcoin estavam restritos à movimentação, como garantia da operação de crédito contratada com a Maple International Operations SPC, sujeita a parâmetros de LTV e mecanismos de chamada de margem e liquidação.

Os ativos digitais da Companhia são mantidos sob arranjos de custódia institucional. Como parte de suas práticas de transparência, a Companhia disponibiliza em seu website de relações com investidores informações sobre a prova de reservas de Bitcoin.

Produtos de investimento

Como parte do desenvolvimento de sua estratégia, a Companhia avalia o lançamento de outros produtos de investimento relacionados ao Bitcoin e estrutura alternativas para obter retorno adicional sobre parcela limitada de sua reserva estratégica. Tais iniciativas, caso implementadas, deverão observar critérios de segurança de custódia, análise e controle de riscos, liquidez e uso responsável de tecnologia financeira, preservando o papel central do Bitcoin como ativo estratégico de longo prazo da Companhia.

Educação e produção de conteúdo

A educação permanece como atividade complementar e aderente à missão da Companhia, apoiada na marca e no legado do Intergraus. Ao final de 2025, diante do reconhecimento de que o modelo de ensino presencial perdeu relevância frente ao avanço das plataformas digitais de educação e ao crescente acesso a soluções personalizadas de aprendizagem, a Companhia deliberou pelo encerramento das atividades presenciais do cursinho e pela migração para um modelo de licenciamento de marca. Nesse contexto, celebrou contrato de licenciamento da marca Intergraus com AMentoria, maior plataforma de mentorias para o ENEM do Brasil, por meio do qual AMentoria passou a utilizar o conteúdo didático do Intergraus em sua plataforma digital, reunindo a tradição e a metodologia de ensino consolidadas ao longo de mais de quatro décadas com a tecnologia e o acompanhamento individualizado característicos de AMentoria. A Companhia, na qualidade de licenciante, faz jus a uma participação sobre a receita auferida pelo

licenciado, conforme contrato. Esse modelo preserva e monetiza os ativos educacionais do Intergraus com estrutura significativamente mais leve, liberando capital e gestão para a estratégia central de tesouraria em Bitcoin.

Os cursos digitais oferecidos sob a marca Intergraus em parceria com AMentoria já incorporam conteúdos sobre economia, Bitcoin e ativos digitais, temas de crescente relevância nos principais vestibulares do país. Essa integração se estende a eventos presenciais ocasionais realizados na sede da Companhia em São Paulo, que combinam palestras preparatórias para vestibulares com discussões sobre Bitcoin e o cenário econômico contemporâneo, refletindo a convergência entre as duas verticais da OranjeBTC.

Além da frente preparatória, a Companhia pretende desenvolver, diretamente ou em parceria, conteúdos e iniciativas educacionais relacionados a finanças, Bitcoin e ativos digitais, de forma complementar à sua estratégia principal.

Operações no exterior

No final de 2025, a Companhia capitalizou sua subsidiária integral Oranje US LLC, constituída para centralizar determinadas operações e investimentos mantidos no exterior, em linha com o desenvolvimento da estratégia internacional da Companhia.

Mercado de capitais

As ações ordinárias da Companhia são negociadas na B3 sob o código OBTC3. A condição de companhia aberta amplia as alternativas de financiamento da estratégia de tesouraria e reforça o compromisso da OranjeBTC com transparência periódica sobre seus ativos em Bitcoin, riscos e estrutura de capital. Além disso, desde 8 de abril de 2026, a Companhia mantém programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADRs) Nível I, cujos recibos, lastreados em ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3, são negociados no mercado de balcão dos Estados Unidos sob o código ORNJY.

1.3. Informações relacionadas com os segmentos operacionais**(a) produtos e serviços comercializados:**

Para fins deste item 1.3, a Companhia informa que as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não apresentaram resultados separados para segmentos operacionais distintos. Em 2025, os produtos e serviços que geraram receita operacional foram os serviços educacionais presenciais prestados pelo Intergraus, compostos por mensalidades de cursos preparatórios para vestibulares e revenda de material didático. Ao final do exercício, essa operação presencial foi encerrada, com a migração para modelo de licenciamento da marca Intergraus junto à plataforma AMentoria.

No mesmo exercício, a Companhia implementou sua estratégia principal de tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, constituindo reserva estratégica de 3.722,32 Bitcoin, registrada a valor justo no montante de R\$ 1.792,35 milhões em 31 de dezembro de 2025. Essa atividade não correspondeu, em 2025, à comercialização de produto ou prestação de serviço geradora de receita líquida operacional, mas produziu efeitos materiais na posição patrimonial e no resultado da Companhia, em razão da mensuração a valor justo do Bitcoin.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

Nas demonstrações financeiras de 2025, a receita operacional reconhecida no exercício decorreu integralmente das atividades presenciais do cursinho, apresentadas como operação descontinuada, totalizando receita líquida de R\$ 2,8 milhões, composta por mensalidades e revenda de material didático. Essa atividade representou 100% da receita operacional do período. A estratégia de tesouraria em Bitcoin não representou receita líquida operacional de segmento em 2025; seus efeitos foram refletidos principalmente pela mensuração a valor justo dos ativos digitais mantidos em tesouraria.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia apurou prejuízo líquido consolidado de R\$ 469,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse resultado foi afetado principalmente pelo ajuste negativo a valor justo do Bitcoin mantido em tesouraria, no montante de R\$ 465,2 milhões, decorrente da variação do preço do ativo entre a data de aquisição e o encerramento do exercício. A operação educacional presencial, encerrada ao final do exercício e apresentada como operação descontinuada, contribuiu com prejuízo de R\$ 3,1 milhões. Como a Companhia operou um único segmento gerador de receita em 2025, não há segregação de resultado entre segmentos a apresentar.

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia informa que, conforme suas últimas informações contábeis intermediárias divulgadas, a Administração monitora seus negócios como um único segmento operacional. Sem prejuízo dessa classificação contábil, as atividades da Companhia alcançam dois mercados de atuação complementares: (i) tesouraria corporativa e investimentos proprietários em Bitcoin, que constituem sua atividade principal; e (ii) educação digital e produção de conteúdo, atividade complementar desenvolvida a partir do legado da marca Intergraus.

(a) características do processo de produção:***Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin***

A atividade principal da Companhia não envolve produção industrial ou transformação de matérias-primas. Seu processo consiste na alocação, custódia, gestão de riscos e ampliação de sua reserva estratégica de Bitcoin. A Companhia adquire Bitcoin, mantém os ativos em estruturas de custódia institucional e acompanha continuamente liquidez, riscos de mercado, contraparte, custódia e eventuais restrições associadas a garantias ou operações financeiras.

Os Bitcoin mantidos pela Companhia têm finalidade de reserva estratégica de valor e não são mantidos como estoque para negociação no curso normal de suas operações. A Companhia busca aumentar, ao longo do tempo, a exposição econômica ao Bitcoin por ação, mediante alocação de capital, emissões de valores mobiliários, operações com ações em tesouraria e estruturas financeiras compatíveis com sua política de riscos.

A Companhia também vem estruturando produtos de investimento relacionados ao Bitcoin que poderão ser distribuídos por instituições financeiras tradicionais. Também vem implantando operações financeiras para obter retorno adicional sobre parcela limitada de sua reserva estratégica. Tais iniciativas são desenvolvidas de forma compatível com os objetivos de custódia segura, análise e controle de riscos, liquidez e uso responsável de tecnologia financeira.

Educação digital e produção de conteúdo

Ao final de 2025, diante do reconhecimento de que o modelo de ensino presencial perdeu relevância frente ao avanço das plataformas digitais de educação e ao crescente acesso a soluções personalizadas de aprendizagem, a Companhia deliberou pelo encerramento das atividades presenciais do cursinho e pela migração para um modelo de licenciamento de marca. Nesse contexto, celebrou contrato de licenciamento da marca Intergraus com AMentoria, maior plataforma de mentorias para o ENEM do Brasil, por meio do qual AMentoria passou a utilizar o conteúdo didático do Intergraus em sua plataforma digital, reunindo a tradição e a metodologia

de ensino consolidadas ao longo de mais de quatro décadas com a tecnologia e o acompanhamento individualizado característicos de AMentoria. A Companhia, na qualidade de licenciante, faz jus a uma participação sobre a receita auferida pelo licenciado, conforme contrato.

Os cursos digitais oferecidos sob a marca Intergraus em parceria com AMentoria já incorporam conteúdos sobre economia, Bitcoin e ativos digitais, temas de crescente relevância nos principais vestibulares do país. Essa integração se estende a eventos presenciais ocasionais realizados na sede da Companhia em São Paulo, que combinam palestras preparatórias para vestibulares com discussões sobre Bitcoin e o cenário econômico contemporâneo, refletindo a convergência entre as duas verticais da OranjeBTC. Além da frente preparatória, a Companhia pretende desenvolver, diretamente ou em parceria, conteúdos e iniciativas educacionais relacionados a finanças, Bitcoin e ativos digitais, de forma complementar à sua estratégia principal.

(b) características do processo de distribuição:

Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin

A exposição dos investidores à estratégia de tesouraria da Companhia ocorre principalmente por meio das ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas na B3 sob o código OBTC3, e dos American Depositary Receipts (ADRs) Nível I, negociados no mercado de balcão dos Estados Unidos sob o código ORNJY.

Educação digital e produção de conteúdo

Os cursos preparatórios são oferecidos exclusivamente em formato digital por meio do contrato de licenciamento celebrado com AMentoria, plataforma que conecta candidatos a mentores individualmente aprovados nas carreiras de maior concorrência do país. O conteúdo educacional relacionado a Bitcoin, finanças e ativos digitais é distribuído também por meio de eventos presenciais ocasionais realizados na sede da Companhia, e costuma ser expandido por canais digitais próprios ou de parceiros, incluindo plataformas online, newsletters, redes sociais e outras formas de divulgação digital.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin

O mercado de companhias abertas que mantêm Bitcoin em tesouraria vem se desenvolvendo globalmente, reunindo emissores que utilizam o mercado de capitais e seus balanços patrimoniais para adquirir e manter Bitcoin como ativo estratégico. A relevância da Companhia nesse mercado é medida principalmente pelo volume de Bitcoin mantido em tesouraria e pela exposição econômica ao Bitcoin por ação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.722,32 Bitcoin, registrados contabilmente a valor justo no montante de R\$ 1.792,35 milhões. De acordo com o ranking público mantido pelo website bitcointreasuries.net, consultado no final de março de 2026, a OranjeBTC figurava entre as 25 maiores companhias abertas com tesouraria em Bitcoin. O ranking é elaborado por terceiro independente e pode variar ao longo do tempo em função de aquisições, alienações ou atualizações divulgadas pelos emissores.

Educação digital e produção de conteúdo

A Companhia atua no mercado de cursos livres preparatórios em formato digital e de conteúdo educacional. Trata-se de mercado amplo e pulverizado, no qual não há dados oficiais consolidados que permitam estimar com precisão a participação da Companhia. A transição do modelo presencial para o virtual amplia o alcance potencial da atividade, reduz a dependência de instalações físicas e permite atuação mais flexível por meio de parcerias.

(ii) condições de competição nos mercados

Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin

No mercado de tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin, a Companhia concorre por capital, liquidez e relevância junto a outras companhias abertas com estratégias semelhantes e, de forma indireta, com alternativas de exposição ao Bitcoin, como fundos, produtos financeiros, plataformas de negociação e aquisição direta do ativo. Os principais fatores competitivos incluem escala da reserva, capacidade de acesso a capital, custo e prazo de financiamento, liquidez dos valores mobiliários, transparência, governança, segurança de custódia, disciplina de risco e capacidade de desenvolver produtos e canais de distribuição.

A Companhia considera que sua listagem na B3, seu programa de ADRs, sua posição relevante em Bitcoin e a estruturação de produtos acessíveis por instituições financeiras tradicionais podem ampliar seu alcance junto a investidores. Essas iniciativas estão sujeitas a execução, condições de mercado, custos, riscos e aprovações aplicáveis.

Educação digital e produção de conteúdo

No mercado educacional digital, a Companhia enfrenta concorrência de plataformas online, cursos preparatórios digitais, instituições tradicionais que migraram para canais virtuais e

produtores independentes de conteúdo. A Companhia pretende competir por meio do legado e reconhecimento da marca Intergraus, da parceria com AMentoria e da integração de educação financeira e conteúdo relacionado ao Bitcoin à sua proposta institucional.

(d) eventual sazonalidade:

Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin

A atividade de tesouraria em Bitcoin não está sujeita a sazonalidade operacional previsível. Seus resultados e oportunidades de execução podem, contudo, variar de maneira relevante conforme o preço e a liquidez do Bitcoin, o acesso a capital, as condições do mercado acionário e de crédito, as taxas de juros, a taxa de câmbio e as janelas disponíveis para operações de tesouraria ou lançamento de produtos.

A estruturação e eventual distribuição de produtos de investimento em Bitcoin podem também depender de cronogramas comerciais, regulatórios e operacionais dos parceiros distribuidores e prestadores de serviços.

Educação digital e produção de conteúdo

A atividade de cursos preparatórios preserva alguma sazonalidade associada ao calendário acadêmico e aos vestibulares, com maior demanda em períodos de início de preparação e revisão, especialmente no segundo semestre de cada ano-calendário. O modelo virtual e de parceria reduz, contudo, a relevância de decisões relacionadas à ocupação de unidades físicas e permite maior flexibilidade para oferta de conteúdo ao longo do ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços:

Tesouraria e investimentos proprietários em Bitcoin

O Bitcoin não é matéria-prima consumida pela Companhia, mas o ativo estratégico central de sua atividade principal. Os insumos e prestadores relevantes dessa atividade incluem serviços de custódia institucional de ativos digitais, execução e liquidação de aquisições ou alienações, infraestrutura tecnológica e de segurança, serviços bancários e financeiros, provedores de preço ou índices de referência, assessores especializados e, para os produtos em estruturação, potenciais administradores, gestores, custodiantes e distribuidores.

A Companhia, como companhia aberta, está sujeita à Lei nº 6.404/76, à Lei nº 6.385/76 e à regulamentação da CVM. As instituições financeiras e demais prestadores contratados estão sujeitos, conforme a natureza da atividade e sua jurisdição, às regras e supervisão dos respectivos reguladores. Produtos de investimento em Bitcoin eventualmente distribuídos no Brasil serão estruturados de acordo com a regulamentação aplicável ao respectivo produto e aos seus prestadores, incluindo, quando aplicável, a regulamentação da CVM sobre fundos de investimento e distribuição de valores mobiliários.

A atividade depende de prestadores institucionais especializados, especialmente no que se refere à custódia segura, execução, liquidação, controles tecnológicos e eventual distribuição. A Companhia busca mitigar riscos de concentração por meio de diligência na contratação, segregação e monitoramento de ativos, controles internos, documentação contratual e avaliação de alternativas de prestadores, quando viável.

A principal fonte de volatilidade relevante para esta atividade não é o preço de serviços contratados, mas o próprio preço do Bitcoin e, conforme aplicável, a variação cambial, custos de financiamento, exigências de colateral e parâmetros de liquidação em operações garantidas.

Educação digital e produção de conteúdo

Com o encerramento das unidades físicas, a atividade educacional deixou de depender de imóveis destinados a aulas presenciais e reduziu sua exposição a insumos físicos, como material impresso. Os principais insumos atualmente relacionados a essa atividade advém da parceria com AMentoria e são as plataformas digitais e serviços tecnológicos e de divulgação utilizados. A Companhia não identifica volatilidade de preços desses insumos que, individualmente, seja materialmente relevante para suas operações.

1.5. Principais Clientes - responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

Não aplicável.

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.**

A atividade principal da Companhia consiste em investimento proprietário e gestão de tesouraria em Bitcoin, mantido como reserva estratégica de valor. A aquisição, manutenção, custódia e gestão de Bitcoin por conta própria, para composição do patrimônio da Companhia, não constituem prestação de serviço de ativo virtual a terceiros e, nessa condição, não dependem de autorização específica do Banco Central do Brasil.

Por outro lado, eventual prestação, pela Companhia, de serviços relacionados a ativos virtuais a terceiros, tais como intermediação, custódia, transferência, troca ou outras atividades abrangidas pelo regime legal aplicável, dependerá de prévia análise regulatória e, quando exigível, de autorização, nos termos da Lei nº 14.478/2022, do Decreto nº 11.563/2023 e da regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil. A estruturação de produtos de investimento relacionados ao Bitcoin também deverá observar a regulamentação aplicável a cada produto e aos respectivos prestadores e distribuidores.

O regime regulatório brasileiro também alcança, quando configuradas as hipóteses normativas aplicáveis, operações envolvendo ativos virtuais referenciados em moeda fiduciária, incluindo *stablecoins*, bem como pagamentos e transferências internacionais realizados por meio de ativos virtuais, que podem se sujeitar à legislação e regulamentação do mercado de câmbio. A Companhia não presta atualmente serviços regulados de ativos virtuais ou de câmbio, nem emite ou intermedeia *stablecoins*, embora possa utilizar ativos digitais ou instrumentos dessa natureza em operações próprias e de tesouraria, observada a regulamentação aplicável às operações e às contrapartes contratadas.

Na frente educacional, a Companhia encerrou, ao final de 2025, as atividades presenciais do cursinho e passou a desenvolver essa atividade exclusivamente em ambiente virtual, por meio de contrato de licenciamento da marca Intergraus celebrado com AMentoria. Os cursos preparatórios oferecidos nessa modalidade são cursos livres e, por não conferirem grau ou certificação oficial reconhecida pelo sistema de ensino brasileiro, não demandam credenciamento perante Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação, sem prejuízo do cumprimento das normas gerais aplicáveis às atividades da Companhia.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista que a Companhia não exerce atividade industrial ou outra operação com potencial de ocasionar impactos ambientais materiais, a Companhia não possui política ambiental específica.

No âmbito da atividade de tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, a Companhia acompanha aspectos relacionados à segurança de custódia, integridade, controles e seleção de contrapartes compatíveis com sua estratégia e com os riscos associados aos ativos digitais.

Quanto às questões sociais, a Companhia entende que sua atuação possui dimensão de impacto positivo relevante. Sua missão de acelerar a transição do Brasil e da América Latina para o Padrão Bitcoin, unindo tesouraria proprietária disciplinada à educação, pesquisa e divulgação de conhecimento, contribui para a democratização do acesso ao Bitcoin e para o fortalecimento da soberania financeira individual.

A Companhia também mantém compromisso com a inclusão, o respeito à diversidade e a observância da legislação aplicável em suas atividades educacionais digitais, relações de trabalho e parcerias.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia

A marca Intergraus permanece relevante para a atividade educacional digital da Companhia, apoiada no legado construído ao longo de mais de quatro décadas de atuação em educação e na rede de alumni de mais de 40.000 estudantes com alto índice de aprovação em faculdades e universidades de primeira linha. A Companhia é licenciante da marca Intergraus junto à AMentoria, nos termos do contrato de licenciamento celebrado ao final de 2025, por meio do qual faz jus a uma participação sobre a receita auferida pelo licenciado.

A marca OranjeBTC é um ativo estratégico da Companhia e encontra-se em processo de registro perante o INPI. Para mais informações, *vide* o fator de risco "A Companhia pode enfrentar riscos relacionados ao registro e à proteção da marca 'OranjeBTC' e seus derivativos perante o INPI e outras jurisdições", na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

Além disso, em abril de 2026, a Companhia assinou contrato definitivo de *lease-to-own* do domínio bitcoin.com.br, ativo digital estratégico para o desenvolvimento de sua plataforma de educação, conteúdo e distribuição relacionados ao Bitcoin. A Companhia pretende utilizar o domínio como plataforma institucional e educacional voltada ao ecossistema Bitcoin no Brasil, observados os termos do contrato e a implementação da estratégia divulgada ao mercado.

A Companhia não possui patentes e não é parte em concessões ou franquias relevantes.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7. Receitas relevantes no país sede da Companhia e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A totalidade da receita da Companhia é proveniente de clientes atribuídos ao Brasil, país sede da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui receita de clientes atribuídos a países estrangeiros.

1.8. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades***Investimento em Bitcoin e utilização de ativos virtuais e stablecoins***

A Companhia não exerce, neste momento, atividades de prestação de serviços de ativos digitais, emissão ou intermediação de stablecoins, distribuição de produtos de investimento em criptoativos ou outras atividades que exijam autorização de autoridade estrangeira em razão de sua estratégia de tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin. A Companhia não antecipa, no curto prazo, efeitos diretos dessas regulações sobre suas atividades de investimento proprietário, mas acompanha continuamente a evolução do ambiente regulatório internacional aplicável ao Bitcoin, aos ativos virtuais e às stablecoins.

Nos Estados Unidos, o ambiente regulatório e institucional relacionado ao Bitcoin e aos ativos digitais passou por desenvolvimentos relevantes. Em janeiro de 2025, a Securities and Exchange Commission (SEC) retirou o Staff Accounting Bulletin nº 121 (SAB 121), que exigia que instituições financeiras registrassem como passivo no balanço os ativos digitais custodiados para terceiros. A reversão desse entendimento elimina um obstáculo relevante à oferta de custódia institucional de Bitcoin por bancos nos Estados Unidos, favorecendo o desenvolvimento da infraestrutura de custódia da qual a Companhia depende para manutenção de sua reserva estratégica.

Em 6 de março de 2025, foi emitida ordem executiva que estabeleceu a Strategic Bitcoin Reserve e o United States Digital Asset Stockpile, reconhecendo o Bitcoin detido pelo governo norte-americano como ativo de reserva a ser mantido para objetivos governamentais. Em 18 de julho de 2025, foi sancionado o GENIUS Act, que estabeleceu regime federal para stablecoins, restringindo sua emissão nos Estados Unidos a emissores autorizados e impondo, entre outros requisitos, reservas identificáveis em proporção mínima de 1:1, compostas por ativos líquidos elegíveis, divulgação pública da política de resgate e publicação mensal da composição das reservas. Embora tais normas não regulem, por si só, a manutenção de Bitcoin em tesouraria própria por uma companhia estrangeira, elas podem influenciar a adoção institucional, a liquidez e a dinâmica de mercado dos ativos digitais relevantes para a Companhia.

Também no Congresso norte-americano, existem outras propostas legislativas de estrutura de mercado para ativos digitais, incluindo iniciativas como o Financial Innovation and Technology for the 21st Century Act e o Digital Asset Market Clarity Act, buscaram estabelecer critérios para a alocação de competências regulatórias entre a SEC e a CFTC. Tais propostas seguem sujeitas ao processo legislativo e podem sofrer alterações relevantes antes de eventual aprovação.

No âmbito da contabilidade corporativa norte-americana, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu a Accounting Standards Update nº 2023-08 (ASU 2023-08), que exige a mensuração de Bitcoin e determinados outros ativos digitais a valor justo nas demonstrações

financeiras elaboradas de acordo com os US GAAP, com vigência obrigatória para exercícios iniciados a partir de 15 de dezembro de 2024. Essa norma aproxima a prática contábil adotada por empresas norte-americanas da política já aplicada pela Companhia em suas demonstrações financeiras, facilitando a comparabilidade com *peers* internacionais e reduzindo assimetrias de informação para investidores norte-americanos que acessam a Companhia por meio de seus ADRs.

Na União Europeia, o Regulamento (UE) 2023/1114, relativo aos mercados de criptoativos (Markets in Crypto-Assets Regulation - MiCA), instituiu um regime harmonizado aplicável à oferta de determinados criptoativos e à prestação de serviços relacionados a criptoativos no bloco. As disposições relativas a tokens referenciados a ativos e tokens de moeda eletrônica, categorias que abrangem stablecoins conforme suas características, passaram a ser aplicáveis em 30 de junho de 2024, e o regime geral tornou-se aplicável em 30 de dezembro de 2024. O MiCA exige autorização e obrigações específicas para prestadores de serviços de criptoativos e estabelece requisitos próprios para emissores de stablecoins, incluindo governança, reservas e proteção dos titulares. A manutenção de Bitcoin por conta própria como ativo de tesouraria não caracteriza, isoladamente, prestação de serviço regulado na União Europeia, mas a evolução desse regime pode afetar mercados, contrapartes, potenciais produtos e alternativas de distribuição relacionadas a ativos digitais.

Atividades educacionais e produção de conteúdo

A atividade educacional da Companhia é desenvolvida exclusivamente no Brasil e, portanto, não está sujeita à regulação estrangeira.

Regulação de mercado de capitais internacionais

A Companhia também está potencialmente sujeita às normas aplicáveis à emissão, negociação, distribuição e intermediação de valores mobiliários nos mercados em que seus valores mobiliários sejam disponibilizados, com destaque para os Estados Unidos, em razão de seu programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADRs) Nível I. Nesse contexto, os ADRs da Companhia são negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código ORNJY, e o programa deve observar os requisitos aplicáveis da legislação de valores mobiliários norte-americana, incluindo o registro das depositary shares em Form F-6 perante a Securities and Exchange Commission (SEC) e, conforme aplicável, a disponibilização pública, em inglês, das informações exigidas para manutenção da isenção prevista na Rule 12g3-2(b) do Securities Exchange Act of 1934.

1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)**a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A Companhia não divulgou, com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, relatório anual ou documento específico contendo informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG).

Não obstante, a Companhia reconhece que, como companhia aberta, estará sujeita à elaboração e divulgação obrigatória do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, nos termos da Resolução CVM nº 193, conforme alterada, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026. O relatório será elaborado com base nas normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e aprovadas pela CVM, convergentes aos padrões internacionais IFRS S1 e IFRS S2 emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB).

A Companhia está em fase de preparação para o primeiro reporte obrigatório, incluindo a avaliação de governança, controles, processos de identificação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e dados necessários à divulgação e assecuração das informações. Essa avaliação considera a atual estratégia da Companhia, centrada na tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, bem como sua atividade complementar de educação digital.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma vez que a Companhia não divulgou relatório ASG específico para esse período. Para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026, o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade observará as normas do CBPS aprovadas pela CVM, convergentes aos padrões IFRS S1 e IFRS S2 do ISSB, nos termos da Resolução CVM nº 193, conforme alterada.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Nos termos da Resolução CVM nº 193, conforme alterada, o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade referente ao primeiro exercício de adoção obrigatória, iniciado em 1º de janeiro de 2026, deverá ser objeto de asseguração razoável por auditor independente registrado na CVM, em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Quando divulgado, o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade será arquivado no sistema eletrônico da CVM, conforme a Resolução CVM nº 193, e a Companhia pretende também disponibilizá-lo em sua página de relações com investidores.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, para o qual a Companhia não produziu relatório ASG específico nem adotou matriz formal de materialidade ou indicadores-chave de desempenho ASG.

No processo de preparação para o reporte obrigatório relativo ao exercício de 2026, a Companhia avaliará os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam razoavelmente afetar suas perspectivas, inclusive seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital. Considerando suas atividades atuais, os temas em avaliação poderão incluir: (i) questões climáticas e reputacionais associadas ao ecossistema de Bitcoin, sem que a Companhia exerça atividade de mineração; (ii) segurança de custódia, resiliência tecnológica e segurança cibernética; (iii) governança de riscos, contrapartes, operações garantidas e estrutura de capital; (iv) conformidade regulatória; e (v) aspectos sociais relacionados à educação digital. A definição de temas materiais e de indicadores dependerá da conclusão desse processo.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou, para esse período, relatório ASG específico baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na preparação de seu reporte obrigatório, os ODS poderão ser considerados como referência complementar, quando pertinentes, sem substituir os requisitos das normas do CBPS aprovadas pela CVM.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para o reporte obrigatório relativo ao exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026, as informações relacionadas ao clima serão elaboradas de acordo com a norma do CBPS aprovada pela CVM e convergente ao IFRS S2 do ISSB, cuja estrutura de divulgação incorpora os pilares de governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas associados às recomendações da TCFD.

Na avaliação climática da Companhia, será considerado o seu modelo de negócio efetivo: a Companhia mantém Bitcoin como reserva estratégica de tesouraria e investimento proprietário, não realizando atividade de mineração de Bitcoin. A análise deverá, portanto, concentrar-se em riscos e oportunidades climáticos que possam afetar materialmente a estratégia, o acesso a capital, as contrapartes, a reputação e os produtos ou operações relacionadas ao Bitcoin.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza atualmente inventário próprio de emissões de gases de efeito estufa. Sua atividade principal consiste na tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, e não na operação de infraestrutura de mineração de Bitcoin, tendo a operação educacional presencial sido encerrada ao final de 2025 e substituída por modelo digital em parceria.

No processo de preparação para o reporte obrigatório previsto na Resolução CVM nº 193, a Companhia avaliará os dados e métricas climáticas aplicáveis, inclusive a necessidade e a

materialidade de informações relacionadas a emissões, em conformidade com as normas do CBPS aprovadas pela CVM.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e (iv) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

A ausência de relatório ASG específico, matriz formal de materialidade, indicadores-chave ASG, asseguração externa, referência a ODS, divulgação climática estruturada e inventário de emissões relativamente ao exercício de 2025 decorre do fato de que a Companhia ainda não estava sujeita, naquele exercício, ao reporte obrigatório instituído pela Resolução CVM nº 193 e passou, ao longo do próprio exercício, por relevante transformação de sua estratégia e modelo operacional.

Ao final de 2025, a Companhia havia encerrado as operações presenciais de educação e concentrado sua estratégia patrimonial na manutenção de Bitcoin em tesouraria como ativo estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.722,32 BTC, registrados contabilmente a valor justo no montante de R\$ 1.792,35 milhões. Nesse contexto, a Companhia entende que sua preparação para o reporte obrigatório deve refletir adequadamente os riscos e oportunidades relacionados à sua atividade de tesouraria em Bitcoin, à estrutura de custódia e tecnologia, ao acesso a capital, à governança de riscos e às atividades complementares de educação digital.

A Companhia está, portanto, estruturando os processos necessários ao cumprimento da Resolução CVM nº 193 para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026, incluindo a definição da governança aplicável, a identificação e avaliação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, a preparação de controles e bases de dados e a organização das informações que serão submetidas à asseguração independente, nos termos da regulamentação aplicável.

1.10. Informações de sociedade de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”;

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos seus negócios, para fins do item 1.11 do Anexo C da Resolução CVM nº 80. A constituição e ampliação da reserva estratégica de Bitcoin decorreram da atividade de investimento proprietário e tesouraria de Bitcoin da Companhia. A incorporação da Oranje S.A. – Educação e Investimento pela Companhia, que resultou na sucessão universal do patrimônio da incorporada, inclusive dos Bitcoin por ela mantidos, constitui operação societária descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12. Operações societáriasConstituição

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 como sociedade limitada, com capital social de R\$ 2.000,00, dividido em 2.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Aumentos de Capital

Em 1 de abril de 2025, foram aprovados em reunião de sócios dois aumentos de capital na Companhia. O primeiro aumento de capital foi no montante de R\$ 119.706,00, com a emissão de 119.706 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Referido aumento de capital foi integralmente subscrito pelo Curso Inter Graus Ltda. e integralizado com seus ativos, de modo a viabilizar a transferência da atividade empresarial do Curso Inter Graus Ltda. para a Companhia. O segundo aumento de capital da Companhia foi no montante de R\$ 700.294,00, mediante a emissão de 700.294 novas quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada. Referido aumento de capital foi integralmente subscrito e integralizado pela Escolas Besa, à vista, em moeda corrente nacional, de modo a dar capacidade financeira à Companhia. Após os dois aumentos de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 822.000,00, dividido em 822.000 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

Transformação para Sociedade por Ações e Novo Aumento de Capital

Em 30 de abril de 2025, foi aprovada a transformação da Companhia de sociedade limitada para uma sociedade por ações, convertendo a totalidade das 822.000 quotas em que se divide o seu capital social, no valor total de R\$ 822.000,00, em 822.000 ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Novo Aumento de Capital

Em 19 de maio de 2025, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 350.000,00, com a emissão de 350.000,00 PN Classe A, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada. Referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela Escolas Besa, à vista, em moeda corrente nacional.

Em decorrência do aumento de capital supracitado, o valor de R\$ 30.000,00 do preço de emissão das ações foi destinado para o capital social da Companhia e o valor de R\$ 320.000,00 foi destinado à formação de reserva de capital.

Na mesma assembleia geral de acionistas, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, à conta da reserva de capital, de 117.200 ações de sua própria emissão, sendo 82.200 ações ordinárias e 35.000 PN Classe A, para permanência em tesouraria.

Registro de Emissor Categoria A

Em 05 de setembro de 2025, a CVM deferiu o pedido de registro de emissor categoria A da Companhia.

Operação Relevante – Alienação de 100% das Ações da Companhia

Em 9 de setembro de 2025 foi concluída a aquisição de 100% das ações da Companhia de titularidade da Bioma, por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa pela Oranje .

Tratou-se de conclusão de processo que iniciou-se em 7 de maio de 2025, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças (“Contrato”), do qual a Companhia participou como interveniente-anuente. O Contrato teve também a interveniência-anuência da Bioma, do fundador da Compradora (o Sr. Guilherme Amado Cerqueira Gomes) e do Sr. Pedro Julio de Cerqueira Gomes, como garantidor de determinadas obrigações.

O valor da operação foi de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 11 milhões pagos no fechamento e o saldo, corrigido pelo CDI, em 23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2026, sujeito a ajustes de dívida e caixa na data de fechamento. O valor retido de R\$ 4 milhões poderá ser deduzido pela Compradora para pagar, dentre outros, danos indenizáveis e eventuais aportes de capital na Companhia. A operação não estava sujeita à aprovação do CADE.

Operação Relevante – Incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento

Em 1º de outubro de 2025 ocorreu a assembleia geral de acionistas da Companhia, que aprovou a Incorporação da Oranje na Companhia (“Incorporação”). Com a efetivação da Incorporação, a Oranje foi extinta de pleno direito e para todos os fins, e o Intergraus a sucedeu, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos e obrigações. A assembleia também aprovou a alteração do objeto social da Companhia, a mudança de razão social do Intergraus para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento e a reforma de seu Estatuto Social.

Em decorrência das operações societárias realizadas no exercício social de 2025, as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2025 indicam capital social realizado de R\$ 397.883.000,00, representado por 168.608.200 ações ordinárias, 149.005.500 ações preferenciais resgatáveis classe A e 40 ações preferenciais classe B, e

reserva de capital de R\$ 1.726.569.000,00, constituída majoritariamente pelo ágio na emissão de ações gerado durante as operações de reorganização societária e incorporação.

1.13. Acordos de acionistas

Não existe em vigor acordo de acionistas da Companhia arquivado na sede do emissor referente ao exercício do direito de voto ou poder de controle do emissor.

Em 23 de junho de 2025, acionistas que, em 6 de outubro de 2025, representavam 12,39% do capital da Companhia celebraram acordo de acionistas regulando, entre outros, obrigações de lock-up e restrições à venda das ações ordinárias, preferenciais resgatáveis classe A e preferenciais resgatáveis classe B da Oranje (“Acordo de Acionistas Oranje”). Em decorrência da Incorporação da Oranje pela Companhia, o Acordo de Acionistas Oranje permaneceu vigente entre os signatários e passou a ter por objeto as ações de emissão da Companhia. Para maiores informações sobre a Incorporação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

A íntegra do Acordo de Acionistas Oranje pode ser consultada nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://oranjebtc.com/>), na seção “Acordos de Acionistas e Documentos Relevantes”.

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios da Companhia***Transformação da Companhia e centralidade da tesouraria de Bitcoin***

Em 9 de setembro de 2025, foi concluída a aquisição, pela Oranje S.A. - Educação e Investimento ("Oranje"), de 100% das ações da Companhia então detidas pela Bioma Educação S.A., por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa Ltda. A operação integrou a reorganização que posteriormente viabilizou a combinação da atividade educacional existente com a estratégia de tesouraria de Bitcoin da Oranje.

Em 1º de outubro de 2025, foi aprovada a incorporação reversa da Oranje pela Companhia, com a consequente sucessão universal dos bens, direitos e obrigações da Oranje, a alteração do objeto social e a mudança da denominação social para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento. Para maiores informações sobre a incorporação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

A partir da incorporação, até em vista da mudança do controlador e da governança e foco dos novos acionistas, ocorreu alteração significativa na condução dos negócios da Companhia: a tesouraria e o investimento proprietário em Bitcoin passaram a constituir o núcleo de sua estratégia patrimonial e de alocação de capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.722,32 BTC, registrados a valor justo pelo montante de R\$ 1.792,35 milhões. A estratégia passou a ser orientada à manutenção e ampliação da exposição econômica ao Bitcoin por ação, com disciplina de capital, gestão de riscos e transparência ao mercado.

No âmbito dessa estratégia, durante o quarto trimestre de 2025, a Companhia utilizou operações com ações de própria emissão como ferramenta de gestão de capital: foram alienadas 628.300 ações ON em tesouraria e recompradas 342.300 ações ON, com saldo financeiro líquido positivo de aproximadamente R\$ 8,6 milhões no período, conforme divulgado na apresentação de resultados do 4T25. Essas operações foram realizadas com o objetivo declarado de ampliar, ao longo do tempo, a exposição econômica ao Bitcoin por ação.

Transformação da atividade educacional

Ainda ao final de 2025, a Companhia encerrou as atividades presenciais do cursinho preparatório, com o fechamento das suas duas unidades físicas. Diante do reconhecimento de que o modelo de ensino presencial perdeu relevância frente ao avanço das plataformas digitais de educação e ao crescente acesso a soluções personalizadas de aprendizagem, a Companhia optou por migrar para um modelo de licenciamento de marca, celebrando contrato de licenciamento da marca Intergraus com AMentoria. Por meio desse contrato, AMentoria passou a utilizar o conteúdo didático do Intergraus em sua plataforma digital, reunindo a tradição e a metodologia de ensino consolidadas ao longo de mais de quatro décadas com a tecnologia e o

acompanhamento individualizado característicos de AMentoria. A Companhia, na qualidade de licenciante, faz jus a uma participação sobre a receita auferida pelo licenciado, conforme contrato.

Essa transformação reduziu a estrutura física e os custos fixos vinculados à operação educacional presencial, ao mesmo tempo em que preservou e monetizou os ativos educacionais da Companhia, incluindo a marca Intergraus, o conteúdo didático proprietário e a rede de alumni de mais de 40.000 estudantes. Além disso, a Companhia passou também a produzir e distribuir conteúdo educacional e de divulgação sobre Bitcoin, finanças e educação financeira, inclusive por meio de eventos presenciais realizados na sua sede em São Paulo, em linha com sua missão de acelerar a transição do Brasil e da América Latina para o Padrão Bitcoin.

1.15. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**Contratos celebrados com a Vinteum Technology Inc.**

A Companhia celebrou com a Vinteum Technology Inc. (“Vinteum”), sociedade constituída nas Ilhas Virgens Britânicas (British Virgin Islands – BVI), dois instrumentos particulares de opção de compra de ações preferenciais resgatáveis classe A de emissão da própria Companhia, os quais outorgam à Companhia o direito de adquirir, a qualquer tempo, ações preferenciais resgatáveis classe A (“PN Classe A”) atualmente detidas pela Vinteum, observadas as condições e prazos neles previstos. O primeiro contrato foi celebrado em 20 de junho de 2025 pela Oranje (sucédida universalmente pela Companhia em razão da Incorporação) e confere opção de compra sobre 20.000.000 (vinte milhões) de PN Classe A, enquanto o segundo foi firmado em 12 de setembro de 2025 pela Oranje (sucédida universalmente pela Companhia em razão da Incorporação) e contempla 130.304.000 (cento e trinta milhões, trezentas e quatro mil) PN Classe A (“Contratos Vinteum”). Ambos os instrumentos foram aditados em 1º de outubro de 2025 para ajustes de forma e consolidação das condições contratuais. Os Contratos Vinteum constituem direitos contratuais de aquisição de ações de própria emissão e, por isso, não estão diretamente relacionados às atividades operacionais da Companhia, sendo reportados neste item.

Os Contratos Vinteum possuem prazo de exercício de 100 (cem) anos, permitindo exercício parcial e sucessivo até o limite total das ações objeto da opção. O preço de exercício foi fixado em R\$ 0,0275 (dois centavos e setenta e cinco décimos de milésimo de real) por ação.

A Vinteum é uma entidade sem fins lucrativos que atua como centro de pesquisa e desenvolvimento em Bitcoin, com foco em fomentar o ecossistema de desenvolvedores e contribuir para o avanço tecnológico e institucional do Bitcoin no Brasil e na América Latina. A celebração dos Contratos Vinteum integra a estratégia da Companhia de alinhamento à comunidade técnica global de Bitcoin, associando seu modelo de tesouraria em ativos digitais a uma iniciativa reconhecida no setor de pesquisa e inovação.

Em 31 de dezembro de 2025, considerando os dois Contratos Vinteum em conjunto, a Companhia possuía opção sobre 150.304.000 PN Classe A, das quais 15.000.000 já haviam sido adquiridas mediante exercício, permanecendo 135.304.000 PN Classe A sujeitas à opção. Caso o saldo remanescente fosse exercido integralmente ao preço contratual, o desembolso corresponderia a aproximadamente R\$ 3.720.860,00. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide os itens 2.8 e 12.9 deste Formulário de Referência e o fator de risco “a.3)” indicado na seção 4.1.

Além dos Contratos Vinteum, a Companhia não identificou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, outros contratos relevantes celebrados com terceiros que não estejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos Diretores apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas do período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 sob a denominação Cursinho Intergraus S.A. e, em 1º de outubro de 2025, no contexto de reorganização societária, incorporou sua controladora, a Oranje S.A. – Educação e Investimento (“Oranje”), por meio de incorporação reversa, com subsequente alteração de sua denominação social para OranjeBTC S.A. – Educação e Investimento.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 1.696,38 milhões, com caixa e equivalentes de caixa de R\$ 19,24 milhões e posição proprietária em Bitcoin de 3.722,30 BTC, registrada contabilmente a valor justo no montante de R\$ 1.792,35 milhões.

(em milhares de R\$)	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	19.237
Bitcoin a valor justo	1.792.352
Ativo circulante	22.239
Ativo não circulante	1.803.260
Passivo circulante	5.529
Passivo não circulante	123.588
Patrimônio Líquido	1.696.382

A administração destaca que o Bitcoin é um ativo com elevada liquidez e formação de preço em mercado global, o que, em termos econômicos, permite conversão em caixa em prazos curtos, a depender de condições de mercado, execução e custódia. Adicionalmente, por estar mensurado a valor justo, o valor contábil reflete, a cada data-base, a melhor estimativa do valor econômico do ativo na posição patrimonial da Companhia, ainda que sujeito a volatilidade relevante.

A administração ressalta que 200 Bitcoins adquiridos com recursos da 2ª emissão de debêntures conversíveis devem ser mantidos em custódia colaborativa, de modo que, como regra, qualquer movimentação depende de autorização conjunta da Companhia e do(s) debenturista(s), conforme a escritura da emissão, ressalvadas as hipóteses contratuais específicas (inclusive resgate facultativo e eventos de vencimento/antecipação, nos termos aplicáveis). Essa estrutura visa reforçar o arcabouço de governança e obrigações da emissão.

No passivo, o endividamento financeiro da Companhia era concentrado em debêntures conversíveis, com vencimento final em 5 (cinco) anos a partir de 01/09/2025 (isto é, 2030) e sem correção monetária e sem juros, conforme escritura. Dessa forma, a administração avalia que não há pressão recorrente de caixa associada ao serviço da dívida ao longo do prazo, sem prejuízo das obrigações contratuais não pecuniárias previstas na emissão.

Considerando a composição de ativos (incluindo caixa e ativos digitais), o perfil do passivo e a flexibilidade de gestão de tesouraria, a administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para suportar suas obrigações e seu plano estratégico.

b) estrutura de capital

Ao final do exercício de 2025, a estrutura de capital da Companhia era composta predominantemente por capital próprio, complementado por passivo financeiro representado por debêntures conversíveis em ações.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 397,9 milhões, dividido em 168.608.200 ações ordinárias, 149.005.500 ações preferenciais resgatáveis classe A e 40 ações preferenciais classe B, nos termos do Estatuto Social vigente.

A administração destaca, ainda, que a Companhia mantinha 13.096.200 ações em tesouraria em 31/12/2025, as quais podem representar flexibilidade adicional para iniciativas societárias e alternativas de capitalização via equity, observadas as aprovações societárias e a regulamentação aplicável.

A administração entende que a atual estrutura de capital oferece flexibilidade para suportar o plano estratégico da Companhia, combinando capital próprio robusto, baixa pressão de liquidez de curto prazo e capacidade de eventual captação adicional, caso necessário.

(em milhares de R\$)	31/12/2025
Patrimônio Líquido	1.696.383
Debêntures conversíveis	120.942
Caixa e equivalentes de caixa	19.237

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração entende que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capacidade adequada para honrar seus compromissos financeiros,

considerando a composição de seus ativos e o perfil de vencimento de suas obrigações.

Na referida data, a Companhia possuía R\$ 19,24 milhões em disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, montante que, em relação ao patamar de despesas correntes observado, era suficiente para cobrir aproximadamente 15 meses de despesas recorrentes, sem considerar outras entradas de caixa.

Além do caixa, a Companhia detinha posição proprietária em Bitcoin, mensurada a valor justo, a qual representa parcela relevante do patrimônio. Embora o Bitcoin seja um ativo volátil, a administração avalia que o montante de ativos com alta liquidez econômica é superior ao passivo financeiro, o qual possui vencimento alongado (2030) e não prevê pagamentos periódicos de juros.

A Companhia monitora continuamente sua posição de liquidez e poderá ajustar a composição de ativos conforme necessário, observadas as restrições contratuais específicas aplicáveis aos Bitcoins vinculados à emissão e mantidos sob custódia colaborativa, quando aplicável.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício de 2025, as principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia foram recursos próprios e captação por meio de emissões privadas de debêntures conversíveis em ações.

Conforme previsto na escritura da 2ª emissão, os recursos captados foram destinados exclusivamente à aquisição de Bitcoin, com obrigação de aplicação em prazo contratual e manutenção, quando aplicável, sob arranjo de custódia previsto na emissão.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que sua estrutura patrimonial oferece flexibilidade para suportar eventuais necessidades futuras de liquidez, podendo recorrer, conforme necessário e observado o contexto de mercado, a diferentes alternativas, incluindo: (i) recursos próprios; (ii) captações no mercado de capitais; (iii) emissões de valores mobiliários; (iv) eventual monetização parcial de ativos detidos em tesouraria; e (v) alternativas envolvendo ações em tesouraria, observadas as regras e aprovações aplicáveis.

A administração avalia continuamente as condições de mercado e a adequação de cada instrumento, buscando preservar o equilíbrio entre liquidez, custo de capital e flexibilidade patrimonial.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento financeiro da Companhia era exclusivamente representado por debêntures conversíveis em ações, emitidas por colocação privada, sem esforços públicos de distribuição.

As debêntures da 2ª emissão possuem, entre outras, as seguintes características relevantes: (i) valor total equivalente a USD 23.000.000,00, convertido em BRL na data-base contratual para fins da emissão; (ii) prazo de 5 (cinco) anos a partir de 01/09/2025 (vencimento em 2030), ressalvadas hipóteses de conversão e resgate; (iii) sem correção monetária e sem juros, conforme Cláusula 8; e (iv) amortização no vencimento pelo reembolso, em BRL, do valor em USD multiplicado pela PTAX da data de vencimento, o que implica exposição à variação cambial USD/BRL até o vencimento.

A administração destaca que, embora exista exposição cambial no passivo (via PTAX no vencimento), a estratégia patrimonial da Companhia - com posição relevante em Bitcoin, ativo frequentemente correlacionado ao USD - pode representar mitigação parcial ("hedge natural") desse risco, sem prejuízo de monitoramento contínuo.

(em milhares de R\$)	31/12/2025
Debêntures conversíveis	120.942
Passivo circulante	5.529
Passivo não-circulante	123.588

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

Em 31 de dezembro de 2025, o contrato de financiamento relevante da Companhia correspondia à Escritura da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, celebrada em 01/09/2025, bem como os respectivos boletins de subscrição.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não há. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Em 31 de dezembro de 2025, não havia estrutura relevante de subordinação entre passivos financeiros. As debêntures são da espécie quirografária, observadas as proteções contratuais específicas previstas na escritura (incluindo regras de custódia colaborativa dos Bitcoins adquiridos com a destinação de recursos).

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A escritura prevê obrigações e restrições contratuais, incluindo, entre outras: (1) destinação exclusiva dos recursos à aquisição de Bitcoin, com obrigação de comprovação; (2) manutenção dos Bitcoins sob custódia colaborativa com regras de coautorização para movimentações, ressalvadas as hipóteses contratuais; e (3) obrigações adicionais durante o prazo, incluindo, entre outras, compromissos de não realizar operações fora do objeto social, não alterar a natureza dos negócios, não reduzir capital social, e não distribuir dividendos/lucros se estiver em mora/inadimplemento (ressalvadas distribuições obrigatórias), bem como restrições a oneração/garantias e celebração de empréstimos fora do escopo das atividades, além de cláusulas de compliance (anticorrupção, prevenção à lavagem de dinheiro e sanções), conforme Cláusula 13.

A administração informa que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia vinha cumprindo as obrigações aplicáveis previstas na escritura.

g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados (em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía linhas de crédito relevantes contratadas e disponíveis para saque. A 2ª emissão de debêntures conversíveis vigente foi integralmente emitida, não se tratando de uma “linha” com limite rotativo a ser utilizado.

A Companhia possuía apenas limites operacionais usuais de conta corrente (por exemplo, cheque especial) com limite inferior a R\$ 1 milhão, os quais não são considerados fonte material de financiamento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As demonstrações de resultado e de fluxo de caixa da Companhia em 2025 refletem de forma relevante os efeitos da reorganização societária implementada ao longo do exercício, incluindo a incorporação reversa concluída em 1º de outubro de 2025, bem como a nova composição patrimonial e estratégica adotada pela Companhia.

A receita operacional do período ainda refletiu, em parte, as atividades relacionadas à operação educacional, enquanto o resultado do exercício passou a incorporar de forma relevante os efeitos associados à mensuração a valor justo dos ativos digitais mantidos em tesouraria, especialmente Bitcoin.

As despesas operacionais também refletiram adequações da estrutura ao modelo adotado, e o resultado foi impactado por eventos ligados à estrutura de capital,

incluindo emissão de debêntures conversíveis e conversões.

No fluxo de caixa, as principais variações decorreram das movimentações de capitalização/captação, da alocação de recursos em ativos digitais e das necessidades operacionais do período. Em razão da mensuração a valor justo, podem ocorrer oscilações relevantes entre resultado contábil e geração de caixa.

2.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O exercício de 2025 foi marcado por transformação societária e estratégica relevante da Companhia, com mudanças significativas na condução das atividades ao longo do período.

(i) Componentes relevantes da receita.

A receita operacional de 2025 decorreu integralmente das atividades presenciais do cursinho, as quais representaram 100% das receitas operacionais do exercício. Ao final do período, a administração deliberou pelo encerramento dessas atividades presenciais, no contexto de reorganização e redirecionamento estratégico.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais do exercício foram afetados, principalmente, por: (i) encerramento das operações presenciais, com impacto direto na dinâmica de geração de receita; e (ii) custos extraordinários de desligamento e desmobilização, incluindo rescisões trabalhistas e custos associados à devolução/desocupação de imóveis, os quais impactaram negativamente o resultado operacional.

Adicionalmente, o resultado do exercício foi impactado de forma relevante por efeitos contábeis relacionados à mensuração a valor justo do Bitcoin detido em tesouraria. A administração ressalta que tais efeitos, embora relevantes para o resultado contábil, não decorrem da operação do cursinho em si, estando associados à estratégia patrimonial e à mensuração dos ativos digitais conforme a política contábil adotada.

b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em 2025, não houve introdução de novos produtos ou serviços com impacto material nas receitas operacionais, tampouco foram observadas alterações relevantes de volumes ou preços que explicassem variações significativas, considerando que a receita operacional do exercício esteve concentrada nas atividades presenciais do cursinho, posteriormente encerradas.

No que se refere a taxas de câmbio e inflação, a administração ressalta que tais fatores não foram determinantes para a variação da receita operacional em 2025. Contudo, variações em USD/BRL podem afetar de forma relevante a mensuração, em reais, do Bitcoin (ativo com referência internacional de preço), impactando o resultado

contábil do período — ainda que esse efeito não se caracterize como variação de receita operacional.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em 2025, a inflação e a variação de preços de insumos não representaram fatores materialmente relevantes para o resultado operacional, considerando o estágio de transição e o encerramento das atividades presenciais do cursinho.

Quanto ao câmbio, a Companhia está exposta a variações de USD/BRL de forma indireta, uma vez que (i) o Bitcoin possui referência de precificação internacional e (ii) as debêntures conversíveis da 2ª emissão possuem amortização atrelada ao valor em USD e à PTAX na data de vencimento, conforme a respectiva escritura. Assim, oscilações cambiais podem influenciar o resultado contábil, incluindo via mensuração de ativos e passivos e/ou efeitos econômicos associados às exposições.

Em relação à taxa de juros, não houve impacto material no resultado financeiro no período, uma vez que as debêntures da 2ª emissão, conforme escritura, não estão sujeitas a juros nem correção monetária.

2.3. Os diretores devem comentar:**2 mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

A administração ressalta que 2025 corresponde ao primeiro exercício social da Companhia sob sua atual estrutura, de modo que não há histórico de períodos anteriores comparáveis para fins de análise de “mudança de prática contábil” entre exercícios. As variações observadas nas demonstrações financeiras decorreram principalmente de eventos societários ocorridos no período e da composição patrimonial ao final do exercício.

Em especial, a manutenção de Bitcoin em tesouraria, mensurado conforme a política contábil descrita nas notas explicativas, contribuiu para oscilações relevantes no resultado e no patrimônio, em função de variações de mercado e premissas de mensuração aplicáveis.

3 opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não apresentou opinião modificada.

O relatório incluiu parágrafo de ênfase relacionado à mensuração e à contabilização de criptoativos/ativos digitais (Bitcoin), considerando que a evolução regulatória e/ou o amadurecimento das práticas contábeis aplicáveis a tais ativos pode levar a mudanças de entendimento e/ou de critérios de apresentação e mensuração no futuro, com potenciais impactos sobre os resultados e a posição patrimonial da Companhia.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Ao longo de 2025, a Companhia promoveu mudanças relevantes em sua atuação operacional. Em especial, no final de 2025, a Companhia encerrou as atividades presenciais do cursinho, que até então concentravam a geração de receita operacional, e passou a operar por meio de modelo de licenciamento de marca, com oferta de cursinho digital por parceiro/licenciado, no qual a Companhia passa a fazer jus a um repasse/participação sobre a receita auferida pelo licenciado, conforme contrato.

A administração avalia que essa alteração deverá produzir efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e resultados futuros, incluindo:

- redução significativa de custos e despesas operacionais em 2026, em função da descontinuidade da operação presencial (estrutura, pessoal e imóveis);
- redução da receita bruta/operacional em 2026, em virtude da mudança do modelo de operação para licenciamento; e
- melhoria esperada do resultado operacional em 2026, na medida em que a operação presencial foi negativa em 2025 e o novo modelo tende a apresentar estrutura de custos mais leve.

Adicionalmente, a Companhia passou a concentrar de forma predominante sua estratégia patrimonial na manutenção de Bitcoin em tesouraria como ativo estratégico, o que altera a composição do ativo e pode afetar materialmente o resultado contábil em função da mensuração a valor justo.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2025, não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias relevantes pela Companhia, exceto pelos efeitos decorrentes de eventos societários e reorganizações ocorridos no período, já descritos nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

c) eventos ou operações não usuais

Entre os eventos ou operações não usuais ocorridos em 2025, destacam-se:

- a constituição e manutenção de posição patrimonial relevante em Bitcoin, mantido em tesouraria como ativo estratégico, com impactos relevantes na composição patrimonial e na dinâmica de formação do resultado contábil em razão de sua mensuração a valor justo;

- a realização de emissões privadas de debêntures conversíveis em ações, em linha com a estrutura de capital adotada, incluindo conversões parciais em ações ordinárias de emissão da Companhia; e
- movimentações envolvendo ações de própria emissão mantidas em tesouraria, incluindo operações societárias relacionadas a ações preferenciais resgatáveis classe A e sua posterior conversão em ações ordinárias, com efeitos na composição do patrimônio líquido.

A administração avalia que tais eventos explicam parcela relevante das variações patrimoniais e do resultado contábil observados no exercício, e que parte de seus efeitos poderá continuar influenciando as demonstrações financeiras em períodos subsequentes, especialmente em função de variações de mercado que afetem o valor justo do Bitcoin.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: (a) informar o valor das medições não contábeis; (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

No decorrer do exercício social, a Companhia divulgou e continuará divulgando determinadas medições não contábeis relacionadas à sua estratégia de tesouraria em Bitcoin, incluindo “Bitcoin por Ação” e “BTC Yield”. Tais medições não são definidas por normas contábeis (CPC/IFRS), não constituem medidas de desempenho financeiro e podem não ser comparáveis a métricas com denominação semelhante divulgadas por outras companhias. Esses indicadores são atualizados semanalmente e disponibilizados em dashboard público da Companhia: <https://www.oranjebtc.com/dashboard>.

(a) Valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, entre outras, as seguintes medições:

<u>Medição não contábil</u>	31/12/2025
Bitcoin em tesouraria (quantidade – BTC)	3.722,30 BTC
Ações emitidas (quantidade)	168.608.200
(-) Ações em tesouraria (quantidade)	13.096.200
Ações em circulação (emitidas – tesouraria)	155.512.000
Bitcoin por Ação (BTC/ação)	2.291 Sats/ação
BTC Yield 4T25 (variação do BTC/ação desde 01/10/2025)	1.80%

** Informações do dashboard são não auditadas, apuradas com base em registros e controles internos e podem sofrer ajustes.*

(b) Conciliações entre os valores divulgados e as demonstrações financeiras auditadas

As medições não contábeis acima são derivadas de informações constantes das demonstrações financeiras auditadas e/ou de suas notas explicativas, conforme segue:

1) Bitcoin em tesouraria (quantidade – BTC)

A quantidade de BTC detida pela Companhia na data-base é apresentada em nota explicativa e está relacionada ao saldo contábil de “Bitcoin a valor justo” (ou rubrica equivalente), mensurado conforme política contábil divulgada.

- **Valor contábil (R\$)** em 31/12/2025: **R\$1.792.348.597,19** (Demonstrações Financeiras / Nota 10).
- **Quantidade (BTC)** em 31/12/2025: **3.722,30 BTC** (Nota 10).

2) Ações em circulação (denominador)

A Companhia utiliza como denominador ações em circulação, calculadas como:

Ações em circulação = Ações emitidas – Ações em tesouraria.

Em 31/12/2025, a Companhia possuía 13.096.200 ações em tesouraria, conforme divulgado nas demonstrações financeiras/nota explicativa aplicável.

3) Cálculo das métricas

- **Bitcoin por Ação (BTC/ação)** = *(Quantidade total de BTC na data-base) ÷ (Ações em circulação na data-base)*
- **BTC Yield (%)** = $[(BTC/ação \text{ na data-base} \div BTC/ação \text{ na data inicial de referência}) - 1] \times 100$

(c) Motivo pelo qual a administração entende que tais medições são apropriadas

A administração entende que Bitcoin por Ação e BTC Yield são métricas úteis para investidores por estarem alinhadas ao objetivo estratégico da Companhia de aumentar, ao longo do tempo, a exposição econômica dos acionistas ao Bitcoin, e não apenas refletir a oscilação do preço do Bitcoin em moeda fiduciária.

Em particular:

- **Bitcoin por Ação** busca indicar, como forma de referência, a quantidade de Bitcoin detida pela Companhia atribuível a cada ação em circulação; e
- **BTC Yield** busca mensurar a variação percentual do Bitcoin por Ação ao longo do tempo, capturando o efeito combinado de alterações na quantidade de Bitcoin detida e mudanças no número de ações em circulação (por emissões, conversões, recompra/manutenção em tesouraria etc.).

Limitações relevantes

Essas medições: (i) não representam lucro, geração de caixa ou capacidade de pagamento; (ii) podem ser impactadas por eventos societários e variações no número de ações em circulação; (iii) podem ser afetadas por restrições contratuais e arranjos de custódia aplicáveis a parte dos Bitcoins; e (iv) as informações semanais do dashboard

são não auditadas e podem diferir das demonstrações financeiras por diferenças de data-base, critérios de corte e eventuais ajustes.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Após 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos que, na avaliação da administração, alterem substancialmente as demonstrações financeiras de encerramento do exercício.

Sem prejuízo do exposto, a administração destaca os seguintes eventos subsequentes relevantes, os quais podem afetar a composição de liquidez, a classificação de restrições sobre ativos e a dinâmica de resultado em períodos posteriores:

(i) Pré-pagamento de obrigações remanescentes e liberação de valores em escrow

Após o encerramento do exercício, a Companhia realizou o pré-pagamento das parcelas remanescentes relacionadas à aquisição do Intergraus, o que resultou na liberação de aproximadamente R\$ 4,4 milhões anteriormente mantidos em conta escrow, com efeito primariamente de liberação de liquidez (redução de valores restritos e aumento de disponibilidades, conforme aplicável), sem alteração substancial da posição patrimonial consolidada em 31/12/2025.

(ii) Estruturação de linha de crédito com colateral em Bitcoin e constituição de novos Bitcoins restritos

Em linha com a estratégia de gestão patrimonial e geração de receitas baseada na força do balanço, após 31/12/2025 a Companhia estruturou uma linha de crédito no montante de US\$ 10 milhões, lastreada em Bitcoin, com taxa pré-fixada e vencimento a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 dias.

O Bitcoin vinculado a essa operação permanece em contas de titularidade da Companhia, mantidas em cold storage e estruturas multi-sig junto a custodiantes qualificados, estando sujeito a restrições usuais para operações dessa natureza. Em decorrência dessa estrutura, parte dos Bitcoins da Companhia passou a estar contratualmente restrita enquanto vigente a operação.

Os recursos captados serão majoritariamente alocados em STRC, ação preferencial emitida pela Strategy, com o objetivo de capturar o diferencial entre o rendimento do ativo e o custo da dívida, sem redução da exposição de longo prazo da Companhia ao Bitcoin, conforme racional divulgado ao mercado.

A administração acompanha continuamente os efeitos financeiros e os riscos dessa estrutura (incluindo, entre outros, riscos de mercado e eventuais requisitos operacionais/contratuais associados ao colateral), e, até a data de elaboração deste Formulário, entende que tais eventos não implicaram alteração substancial das demonstrações financeiras referentes a 31/12/2025.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando: (a) regras sobre retenção de lucros; (b) regras sobre distribuição de dividendos; (c) periodicidade das distribuições de dividendos; (d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais; e (e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Considerando que a Companhia apurou prejuízo líquido contábil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 469,99 milhões, a administração propõe que o referido prejuízo seja integralmente destinado à conta de Prejuízos Acumulados, para compensação com lucros de exercícios futuros, não havendo distribuição de dividendos referente ao exercício de 2025.

(a) Regras sobre retenção de lucros

A destinação dos resultados da Companhia observa as disposições previstas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social. Quando houver lucro, a Companhia está sujeita, entre outras destinações legais e estatutárias aplicáveis, à constituição de reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

No exercício de 2025, em razão da apuração de prejuízo, não houve constituição de reserva legal nem de outras reservas de lucros.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social em que houver lucro, 0,001% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do prejuízo apurado em 2025, não há dividendos a distribuir relativos ao referido exercício.

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos ocorre ordinariamente por deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia poderá, quando aplicável, efetuar distribuição de dividendos intermediários por deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços periódicos, observadas a legislação aplicável e as disposições estatutárias.

(d) Restrições à distribuição de dividendos

Além das restrições previstas na legislação societária, a Companhia está sujeita a condições contratuais previstas em instrumentos de dívida, incluindo as debêntures conversíveis, que preveem restrições à distribuição de dividendos e/ou outras formas de distribuição de lucros na hipótese de a Companhia estar em situação de mora ou inadimplemento de obrigações previstas na respectiva escritura, ressalvadas as distribuições obrigatórias nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Política formal de destinação dos resultados

A Companhia não possui política formal de destinação de resultados aprovada em documento apartado. A destinação do resultado segue as regras previstas no Estatuto Social e na legislação aplicável.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iii. Contratos de construção não terminada iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha operações relevantes de cessão/securitização de recebíveis, contratos de construção não terminada, contratos de recebimentos futuros de financiamentos ou outras estruturas típicas de financiamento fora do balanço que não estivessem adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras.

Sem prejuízo do exposto, a administração destaca a existência de instrumento contratual relevante que, em regra, não se apresenta como ativo ou passivo no balanço por representar um direito contratual (e não uma obrigação presente), cujo efeito econômico pode se materializar caso venha a ser exercido:

Opção de compra de ações preferenciais resgatáveis Classe A (“PN Classe A”) – Vinteum

A Companhia possui contratos de opção de compra celebrados com a Vinteum Technology Inc., que conferem à Companhia o direito (e não a obrigação) de adquirir, a qualquer tempo, ações PN Classe A de titularidade da Vinteum, observado o disposto no(s) respectivo(s) instrumento(s) (“Contrato de Opção Vinteum”). Principais condições (consolidado, em linha com as divulgações já efetuadas):

- Quantidade total objeto da opção: 150.304.000 ações PN Classe A
- Quantidade já exercida: 15.000.000 ações PN Classe A
- Quantidade remanescente: 135.304.000 ações PN Classe A
- Prazo de exercício: 100 (cem) anos
- Preço de exercício: R\$ 0,0275 por ação
- Exercício parcial e sucessivo: permitido, até o limite total das ações objeto da opção

Caso a Companhia opte por exercer a opção (no todo ou em parte), poderá haver desembolso de caixa correspondente ao preço de exercício e à quantidade exercida (por exemplo, o valor máximo aproximado para exercício do saldo remanescente seria de R\$ 3.720.860,00, se exercido integralmente ao preço pactuado).

Após eventual aquisição, as PN Classe A poderão ser mantidas em tesouraria, convertidas em ações ordinárias na proporção prevista no Estatuto Social (1 PN Classe A : 10 ações ordinárias), mediante deliberação do Conselho de Administração, e/ou alienadas, podendo tais eventos impactar a estrutura acionária e indicadores por ação.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Além do item acima, em 31 de dezembro de 2025 a administração não identificou outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que, individualmente ou em conjunto, demandassem divulgação adicional neste campo.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

O Contrato de Opção Vinteum (direito de aquisição de ações PN Classe A), por si só, não altera as receitas, despesas, resultado operacional ou despesas financeiras da Companhia, uma vez que se trata de um direito contratual cujo exercício é discricionário e depende de decisão futura da Companhia.

Caso a opção venha a ser exercida (no todo ou em parte), seus efeitos tenderão a se refletir principalmente em contas patrimoniais e de caixa, incluindo, conforme aplicável:

- redução de caixa/ativos líquidos pelo pagamento do preço de exercício; e
- alterações no patrimônio líquido, em especial por meio de ações em tesouraria e/ou eventual conversão das PN Classe A em ações ordinárias, nos termos do Estatuto Social, com impactos na estrutura acionária e em indicadores por ação.

b) natureza e o propósito da operação

O Contrato de Opção Vinteum tem natureza de opção de compra de ações de emissão da própria Companhia, conferindo à Companhia o direito (e não a obrigação) de adquirir ações PN Classe A atualmente detidas pela Vinteum, a qualquer tempo, nas condições contratuais pactuadas.

O propósito da operação é conferir à Companhia flexibilidade societária e financeira para, conforme avaliação da administração e conveniências estratégicas, (i) recompor/gerir sua posição de ações em tesouraria e (ii) promover ajustes de estrutura acionária, inclusive com potencial conversão em ações ordinárias nos termos estatutários.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A operação gera em favor da Companhia o direito de aquisição de até 150.304.000 ações PN Classe A, sendo que:

- 15.000.000 ações já foram exercidas; e
- 135.304.000 ações permanecem remanescente(s) sob a opção.

O exercício é permitido de forma parcial e sucessiva, pelo prazo de 100 anos, ao preço de exercício de R\$ 0,0275 por ação.

A Companhia não assume obrigação de compra enquanto não exercer a opção. Caso venha a exercer integralmente o saldo remanescente, o desembolso máximo estimado ao preço pactuado seria de aproximadamente R\$ 3.720.860,00 ($135.304.000 \times R\$ 0,0275$), sujeito aos termos e procedimentos previstos no contrato.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**i. investimentos, incluindo:****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia adota como eixo central de sua estratégia de alocação de capital a alocação patrimonial em Bitcoin, mantido em tesouraria como ativo estratégico, com o objetivo de apoiar a sustentabilidade financeira do negócio e a execução de sua estratégia de longo prazo.

Nesse contexto, os investimentos previstos concentram-se principalmente na manutenção e eventual expansão dessa posição proprietária em Bitcoin, observadas as condições de mercado, a disponibilidade de caixa, a estrutura de capital e as deliberações e limites internos de governança e gerenciamento de riscos.

Adicionalmente, a Companhia poderá realizar investimentos complementares, de forma seletiva, relacionados ao seu objeto social, especialmente em educação, produção e distribuição de conteúdo, incluindo iniciativas digitais e parcerias comerciais, em linha com um modelo operacional de baixo requisito de investimento em ativos físicos (capex).

Em razão do modelo operacional adotado, não há previsão de investimentos materiais em expansão física, como abertura de unidades presenciais, sendo que eventuais investimentos operacionais tendem a se concentrar em plataformas, conteúdo, tecnologia e canais de distribuição, conforme a evolução do plano de negócios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia poderão ser financiados por geração própria de caixa, inclusive oriunda do modelo operacional adotado, quando aplicável, bem como por operações no mercado de capitais, incluindo emissões de valores mobiliários (equity e/ou instrumentos conversíveis), conforme as condições de mercado.

A Companhia também poderá, quando cabível, utilizar a monetização parcial e/ou a gestão de ativos mantidos em tesouraria, observadas as políticas internas, a regulamentação aplicável e as deliberações dos órgãos de administração competentes.

Conforme as condições de mercado e as oportunidades identificadas, a Companhia poderá ainda avaliar alternativas de financiamento estruturado compatíveis com sua estratégia e política de riscos, sem prejuízo de manter disciplina financeira e preservação de liquidez.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou formalmente previstos.

j. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, pois não há divulgação nesse sentido, tampouco há previsão de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, considerando o modelo operacional atual.

k. novos produtos e serviços, indicando:**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas relacionadas ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

l. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A administração entende que oportunidades relacionadas a questões ASG (ambientais, sociais e de governança) podem estar associadas principalmente a:

- **Governança e conformidade:** fortalecimento contínuo de controles internos, gestão de riscos, transparência na divulgação ao mercado e aderência a práticas de compliance aplicáveis, inclusive considerando especificidades relacionadas a ativos digitais (ex.: políticas internas, custódia, contrapartes e diligência);

- **Social:** desenvolvimento de iniciativas ligadas à educação e produção de conteúdo, com potencial de ampliar acesso a conhecimento e formação; e
- **Ambiental:** avaliação de oportunidades e práticas compatíveis com a evolução das atividades da Companhia, sem prejuízo de que a Companhia não possui, como atividade-fim, operação industrial intensiva em emissões, e que eventuais iniciativas serão analisadas caso a caso.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Além dos fatores já descritos nos itens anteriores, a administração destaca que o desempenho operacional da Companhia em 2025 foi impactado por despesas e efeitos não recorrentes, associados principalmente a reorganizações societárias, estruturação de operações no mercado de capitais e adequações para a condição de companhia aberta, incluindo custos com assessores, auditoria e demais prestadores de serviços correlatos. A administração entende que tais efeitos não devem se repetir em 2026 na mesma magnitude, considerando a conclusão das etapas mais relevantes desses processos ao longo de 2025.

3. Projeções**3.1. Projeções divulgadas e premissas**

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou nem tem como prática ou plano divulgar as suas projeções.

3.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou nem tem como prática ou plano divulgar as suas projeções.

4.1. Descrição dos fatores de risco relacionados:

Investir em valores mobiliários envolve riscos. Investidores devem analisar cuidadosamente não apenas este Formulário de Referência e os riscos a seguir, como também nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Fatores de risco podem impactar negativamente nossos negócios, finanças, resultados, fluxo de caixa, liquidez e futuro, podendo reduzir o preço dos valores mobiliários e causar perda total ou parcial do investimento. Os riscos descritos são aqueles conhecidos e considerados relevantes na data deste Formulário. Riscos desconhecidos ou considerados menos relevantes também podem nos afetar. "Efeito adverso" ou "negativo" referem-se a impactos relevantes em nossos negócios, finanças, resultados, fluxo de caixa, liquidez, futuro e preço dos valores mobiliários. A subdivisão dos itens de risco não impede que um risco se aplique a outros itens cumulativamente.

(a) à Companhia**a.1) Riscos relacionados às atividades de investimento proprietário em Bitcoin**

A concentração do portfólio de investimentos da Companhia em Bitcoin, bem como a alta volatilidade do Bitcoin, podem impactar adversamente seus resultados, sua condição financeira e a execução de sua estratégia de tesouraria.

A Companhia tem como atividade primordial o investimento em Bitcoin para manutenção em tesouraria, sendo este um elemento essencial de sua estratégia global de atuação. A estratégia da Companhia de manter posições relevantes em Bitcoin a expõe a diversos riscos, incluindo aqueles inerentes ao próprio ativo digital.

A concentração da estratégia patrimonial da Companhia em Bitcoin torna seus resultados, patrimônio líquido, liquidez e valor de mercado particularmente sensíveis à variação do preço desse ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 3.722,32 Bitcoin, registrados a valor justo por R\$ 1.792,35 milhões. No resultado de 2025 houve o reconhecimento de uma perda de R\$ 465,24 milhões em função da variação do preço do ativo. Quedas adicionais no preço do Bitcoin poderão gerar prejuízos contábeis relevantes, ainda que a Companhia não venda Bitcoin.

Além disso, a liquidez de mercado e os padrões de negociação do Bitcoin podem influenciar de maneira relevante a execução da estratégia da Companhia. A negociação desse ativo envolve riscos de liquidez e de execução em operações de compra e venda necessárias para a gestão de caixa ou rebalanceamento de portfólio. Caso seja necessário converter rapidamente Bitcoin em moeda corrente para honrar compromissos operacionais ou societários, pode não haver demanda suficiente a preços adequados, resultando em perdas significativas ou atrasos na disponibilidade de

recursos. Adicionalmente, em cenários de volatilidade extrema, a liquidez tende a se reduzir ainda mais, o que pode restringir a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de tesouraria de forma eficiente, impactando adversamente sua condição financeira e seus resultados.

O Bitcoin não produz juros, dividendos ou fluxos de caixa próprios. Assim, a manutenção e ampliação da reserva estratégica, o pagamento de despesas, o serviço de dívidas e a implementação de novas iniciativas poderão depender de caixa disponível, resultado de outras atividades, captações adicionais, operações financeiras ou alienação de Bitcoin. A eventual venda de Bitcoin em momento desfavorável poderá reduzir a reserva estratégica e comprometer a execução da estratégia de longo prazo.

O preço das ações da Companhia poderá oscilar em magnitude superior ou distinta da variação do preço do Bitcoin, em razão de fatores como liquidez das ações, percepção do mercado sobre a estratégia, endividamento, capacidade de captação e prêmio ou desconto de negociação em relação ao valor da reserva em Bitcoin. Eventual compressão do múltiplo de valor patrimonial líquido ajustado (mNAV) poderá restringir emissões ou alienações de ações em tesouraria e tornar operações de capital dilutivas ou menos eficientes.

A Companhia divulga métricas gerenciais associadas à estratégia de tesouraria, incluindo BTC por Ação, BTC Yield, Ações por Bitcoin e índice de endividamento sobre posição em Bitcoin. Tais métricas não são definidas por IFRS/CPC, podem depender de premissas, ajustes e eventos de capital, e não representam lucro, geração de caixa, capacidade de pagamento ou retorno garantido. Divergências de interpretação, alterações metodológicas ou resultados inferiores às expectativas associadas a essas métricas poderão afetar a precificação dos valores mobiliários e a reputação da Companhia.

A natureza relativamente nova da tecnologia do Bitcoin e dos criptoativos pode impactar adversamente a segurança, aceitação e valorização de nossos ativos de tesouraria.

O Bitcoin, sua utilidade como ativo financeiro e seu padrão de negociação, baseia-se em tecnologias de registro distribuído e criptografia que, embora já contem com mais de uma década de existência e crescente aceitação por investidores institucionais e de varejo, ainda são considerados relativamente novos quando comparados a ativos tradicionais. Como consequência, permanecem incertezas relevantes quanto à sua estabilidade de longo prazo, governança, escalabilidade, interoperabilidade e resiliência tecnológica. Vulnerabilidades descobertas em protocolos criptográficos, falhas de software ou ataques sofisticados à rede podem comprometer a segurança das transações e a integridade do sistema, afetando diretamente a confiabilidade e o valor de mercado do Bitcoin. Além disso, por se tratar de uma classe de ativos em desenvolvimento, a trajetória do Bitcoin depende de fatores externos que ainda não estão consolidados, como: (i) a evolução do ecossistema tecnológico de blockchain; (ii)

a concorrência com outras redes e criptoativos que possam oferecer soluções mais eficientes; e (iii) o nível de aceitação e confiança contínua por parte de usuários, investidores e intermediários financeiros.

A operação de tesouraria da Companhia depende, direta ou indiretamente, do funcionamento contínuo e seguro da rede Bitcoin (nós validadores, regras de consenso, mempool, taxas de transação e mecanismos de confirmação), bem como da compatibilidade entre as carteiras, provedores de custódia e integrações tecnológicas. Atualizações de protocolo, hard/soft forks, reorganizações de blocos, congestão da rede ou picos imprevisíveis de taxas podem atrasar liquidações, encarecer movimentações, impedir rebalanceamentos tempestivos e afetar a execução de ordens em janelas críticas. Esses eventos podem, portanto, restringir a capacidade de converter Bitcoin em moeda corrente para honrar compromissos operacionais, implementar políticas de hedge ou ajustar a exposição no ritmo e preço planejados, com efeitos adversos sobre caixa, resultados e liquidez. A persistência dessas incertezas, mesmo diante da crescente utilização global, pode gerar oscilações abruptas de preço, questionamentos sobre sua utilidade como reserva de valor ou meio de pagamento e, conseqüentemente, afetar de maneira adversa a estratégia de tesouraria da Companhia, seus resultados e sua condição financeira.

Além disso, a crescente disponibilidade de produtos financeiros, como fundos ou veículos de investimento lastreados em Bitcoin e outros criptoativos negociados em bolsa, pode impactar negativamente a liquidez e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, na medida em que oferecem alternativas de investimento potencialmente mais acessíveis ou reguladas.

A estratégia de tesouraria da Companhia baseada em Bitcoin também pode atrair maior escrutínio e supervisão regulatória, ampliando custos de conformidade e riscos de sanções. As plataformas de negociação de Bitcoin, por sua vez, estão mais sujeitas a riscos de fraude, falhas de segurança, problemas operacionais ou regulatórios do que os mercados de ativos tradicionais. A concentração da tesouraria da Companhia em Bitcoin acentua tais riscos, reduzindo sua flexibilidade operacional e aumentando a exposição a oscilações adversas.

A execução de algumas operações de tesouraria da estratégia de Bitcoin da Companhia, especialmente operações com derivativos, a expõe a riscos de inadimplemento por parte de contrapartes em operações relevantes, o que pode afetar diretamente a liquidez, a execução de sua política de tesouraria e a proteção de seus ativos digitais.

A gestão ativa de parcela limitada da reserva de Bitcoin expõe a Companhia a riscos adicionais de endividamento, garantia, contraparte e investimento em valores mobiliários de terceiros.

A Companhia está exposta a riscos de segurança, custódia e perda de chaves privadas que podem resultar em perdas irreversíveis de Bitcoin e afetar adversamente seus resultados.

A estratégia de tesouraria da Companhia envolve a posse, custódia e movimentação de Bitcoin, ativo digital que depende de sistemas criptográficos descentralizados e do correto gerenciamento de chaves privadas. Essa estrutura expõe a Companhia a riscos tecnológicos, operacionais e cibernéticos significativos, incluindo falhas de software, ataques a redes blockchain, incidentes em prestadores terceirizados de custódia, bem como erros humanos ou operacionais.

Ainda que a Companhia adote práticas de segurança e utilize carteiras digitais segregadas mantidas por custodiante especializado, há risco de que, em caso de quebra, insolvência, fraude ou falha operacional do custodiante, a Companhia não consiga reaver total ou parcialmente seus Bitcoin, mesmo em estruturas formalmente segregadas. As apólices de seguro atualmente contratadas podem não cobrir integralmente o valor dos Bitcoin custodiados, limitando a capacidade de recuperação em situações de perda, ataque cibernético ou comprometimento das chaves privadas.

A Companhia poderá divulgar painéis, informações de prova de reservas ou outras evidências de sua posição em Bitcoin. Tais informações podem estar sujeitas a diferenças de data-base, limitações metodológicas, restrições de segurança ou privacidade e incapacidade de evidenciar integralmente obrigações, gravames, garantias, ativos em trânsito ou exposições fora de cadeia. Atrasos, inconsistências ou interpretações equivocadas dessas informações poderão afetar a confiança do mercado e expor a Companhia a questionamentos reputacionais ou regulatórios.

A perda, furto ou transferência incorreta das chaves digitais privadas é, em regra, irrecuperável, dado que as transações com Bitcoin são irreversíveis e não permitem reemissão de ativos. Além disso, vulnerabilidades em sistemas de autenticação, ransomwares, ataques de phishing direcionados a executivos ou falhas em soluções de custódia multiassinatura (MPC) representam ameaças concretas à integridade dos ativos de tesouraria da Companhia.

Historicamente, incidentes semelhantes já resultaram em prejuízos bilionários no setor de criptoativos, demonstrando a materialidade desse tipo de risco. A ocorrência de qualquer desses eventos pode causar perdas financeiras relevantes, exposição a litígios, danos reputacionais e impacto adverso sobre a posição financeira, o fluxo de caixa, os resultados operacionais e a confiança do mercado na governança da Companhia.

Os Bitcoin são detidos de forma concentrada e vendas ou distribuições por detentores de tais Bitcoin, ou qualquer capacidade de participar ou influenciar a rede de processamento de Bitcoin pode ter um efeito adverso no seu preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, as 100 maiores carteiras de Bitcoin detinham aproximadamente 14% do Bitcoin em circulação. Além disso, é possível que outras pessoas ou entidades controlem várias carteiras que detenham coletivamente uma quantidade significativa de Bitcoin. É possível que algumas dessas carteiras sejam controladas pela mesma pessoa ou entidade e, como resultado dessa concentração, grandes vendas ou distribuições por tais detentores podem ter um efeito adverso no preço de mercado do Bitcoin, o que, por consequência, pode ter impactos a condição financeira e ao valor de mercado da Companhia.

As redes de Bitcoin foram e podem continuar sendo usadas para facilitar atividades ilícitas. Se a rede de processamento de Bitcoin for usada para facilitar atividades ilícitas, as empresas que atuam nesse mercado podem estar sujeitas a ações judiciais criminais ou civis ou de terem serviços interrompidos, sendo que o Bitcoin pode ser removido das plataformas de negociação em virtude disso. Outros provedores de serviços de tais empresas também podem interromper serviços caso haja preocupação de que a rede de processamento de Bitcoin esteja sendo usada para facilitar atividades criminosas.

Qualquer um dos fatores acima pode aumentar o escrutínio regulatório da rede de processamento de Bitcoin e/ou afetar adversamente o preço do Bitcoin, a atratividade da rede de processamento de Bitcoin e investimentos nas ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser impactada por mudanças estruturais no sistema monetário global que reduzam a proposta de valor do Bitcoin e afetem sua demanda e precificação.

Eventuais mudanças estruturais no sistema financeiro global, como o reestabelecimento de lastros em commodities (ex.: ouro) ou a adoção coordenada de políticas de austeridade e controle de emissão monetária por governos centrais, podem comprometer a proposta de valor do Bitcoin como reserva alternativa a moedas fiduciárias.

Nesse cenário, a percepção do Bitcoin como "dinheiro forte" pode ser enfraquecida, levando a uma redução na demanda global pelo ativo, queda em sua adoção institucional e, consequentemente, impactos negativos sobre seu preço de mercado. Tais mudanças podem afetar adversamente a estratégia de exposição ao Bitcoin da Companhia, comprometendo os resultados financeiros esperados e a atratividade da tese de investimento.

A Companhia pode ser impactada por variações cambiais indiretas decorrentes da correlação negativa entre o Bitcoin e o dólar norte-americano.

O Bitcoin pode apresentar, em determinados períodos, correlação negativa com o dólar norte-americano ou com o índice do dólar (DXY), de modo que movimentos de

valorização do dólar podem coincidir com pressões negativas sobre o preço do Bitcoin. Essa relação, contudo, não é estável nem garantida, podendo variar conforme condições de mercado, liquidez global, taxas de juros, fluxos institucionais e percepção de risco.

A Companhia também está sujeita a risco cambial. Embora o Bitcoin seja mantido como ativo próprio, seu preço possui referência internacional predominantemente em dólares dos Estados Unidos, e parte das obrigações financeiras da Companhia é denominada ou referenciada em moeda estrangeira. Variações na taxa de câmbio poderão produzir impactos relevantes, positivos ou negativos, nos resultados, no endividamento e na avaliação econômica de sua estratégia.

A Companhia pode ser impactada por alterações nas condições macroeconômicas gerais do mundo.

A Companhia pode ser impactada por mudanças estruturais no sistema financeiro global, no regime de juros, na confiança em moedas fiduciárias, na disponibilidade de alternativas de reserva de valor ou na percepção institucional sobre o Bitcoin. Tais mudanças podem reduzir a demanda pelo Bitcoin, enfraquecer sua proposta de valor como ativo escasso e descentralizado e afetar negativamente sua liquidez, sua adoção e seu preço de mercado, com efeitos adversos sobre a estratégia de tesouraria, os resultados e o valor de mercado da Companhia.

a.2) Riscos relacionados à captação de recursos adicionais para realização de investimentos em Bitcoin

A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais para investir em Bitcoin e aumentar a concentração de Bitcoin por ação. Levantar fundos para sustentar a estratégia de tesouraria que contempla a aquisição contínua de Bitcoin é parte relevante de sua política de alocação de capital. Esses recursos poderão ser levantados por meio da emissão de novas ações ordinárias, da venda em mercado de ações mantidas em tesouraria, da emissão de dívidas conversíveis em ações, emissão de dívidas simples, emissão de outros valores mobiliários que conferem direito de subscrição ou conversão em ações ordinárias, e operações com derivativos e outros instrumentos financeiros.

O Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 3.000.000.000 de ações, podendo deliberar emissões de ações e de valores mobiliários conversíveis, inclusive com supressão ou redução de direito de preferência, conforme os casos previstos em lei, o que confere ao Conselho de Administração ampla flexibilidade para aprovar futuras emissões. A eventual emissão de ações ordinárias

adicionais ou de instrumentos lastreados em ações pode resultar em diluição relevante da participação proporcional dos atuais acionistas no capital social da Companhia, bem como em redução do lucro por ação e do valor patrimonial líquido por ação.

Adicionalmente, a Companhia celebrou dois contratos de opção de compra de ações com a Vinteum Technology Inc. (“Vinteum”), que conferem à Companhia o direito de adquirir ações preferenciais resgatáveis classe A (“PN Classe A”) atualmente detidas pela Vinteum, cujo exercício foi autorizado pela Assembleia Geral realizada em 1º de outubro de 2025, a qualquer tempo (os “Contratos Vinteum”). Em conjunto, os Contratos Vinteum abrangem, portanto, 150.304.000 PN Classe A. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

Após a aquisição, a Companhia poderá manter tais PN Classe A em tesouraria, convertê-las em ações ordinárias, na proporção de 10 ações ordinárias para cada uma PN Classe A, a qualquer momento, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração, ou ainda aliená-las no mercado, em linha com sua estratégia de capital.

A eventual conversão e alienação das ações preferenciais resgatáveis classe A adquiridas pela Companhia, bem como futuras emissões de ações ordinárias, poderão ampliar de forma significativa o número de ações em circulação, o que pode resultar em diluição relevante da participação proporcional dos atuais acionistas, além de reduzir indicadores como o lucro por ação e o valor patrimonial por ação da Companhia.

Adicionalmente, a estratégia da Companhia de manter ações em tesouraria para posterior colocação em mercado também pode gerar efeito dilutivo semelhante, uma vez que a alienação dessas ações aumenta o volume de papéis disponíveis para negociação, diminuindo o valor relativo das participações existentes.

Por fim, a eventual emissão de dívidas conversíveis, opções, warrants, derivativos ou outros instrumentos financeiros pode acarretar diluição futura, seja em razão da conversão obrigatória ou voluntária desses instrumentos em ações ordinárias, seja em função de mecanismos de ajuste de preço estabelecidos em condições favoráveis a novos investidores.

A estratégia da Companhia poderá depender de acesso contínuo aos mercados de capitais e de crédito em condições economicamente adequadas.

A Companhia tem atuado para levantar fundos e se alavancar, como forma de aumentar a concentração de Bitcoin por ação e implementar sua estratégia de longo prazo de valorização de sua reserva estratégica. Reduções no preço das ações, compressão de eventual prêmio de negociação em relação ao valor da reserva de Bitcoin, aumento das taxas de juros, menor liquidez ou deterioração da percepção de risco poderão tornar dívidas ou outros instrumentos mais custosos, dilutivos ou inviáveis.

O uso de dívida para ampliar a exposição a Bitcoin ou financiar estratégias de tesouraria cria risco de descasamento entre ativos de alta volatilidade e obrigações financeiras denominadas ou referenciadas em reais ou dólares. A Companhia poderá ter de satisfazer tais obrigações em períodos de queda do Bitcoin ou de baixa liquidez, sem participação dos credores em eventual recuperação subsequente do preço do ativo.

Operações garantidas por Bitcoin podem resultar em chamadas de margem, necessidade de aportar garantias adicionais ou liquidação compulsória de Bitcoin em cenário adverso. Além do empréstimo contratado com a Maple International Operations SPC, a Companhia aprovou em abril de 2026 sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real em Bitcoin, no valor total de até R\$ 210 milhões, atualizada por USD/PTAX e remunerada por CDI acrescido de spread, com vencimento em 2031. Quedas no preço do Bitcoin, variações cambiais, elevação de juros, falhas de custódia ou descumprimento de obrigações contratuais poderão gerar vencimento antecipado, execução de garantias, redução da reserva estratégica e efeitos adversos relevantes.

A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia

A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis Classe A em circulação, que conferem direitos econômicos superiores às ações ordinárias, notadamente em relação ao recebimento de dividendos. Nos termos do Estatuto Social, tais ações podem ser convertidas em ações ordinárias na proporção de uma PN Classe A para 10 ações ordinárias, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração. Além disso, a Companhia celebrou os Contratos Vinteum, contratos de opção de compra de tais ações, que permitem a aquisição de todas as ações PN Classe A emitidas pela Companhia. Uma vez adquiridas pela Companhia, as PN Classe A poderão ser mantidas em tesouraria e, posteriormente, convertidas em ações ordinárias e alienadas em mercado, com efeitos diretos sobre a composição acionária, a liquidez e a percepção de valor das ações ordinárias. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

Diferentemente de emissões futuras de ações ou instrumentos conversíveis, esse mecanismo envolve a utilização de uma classe de ações já existente e com condições de conversão previamente definidas, o que pode potencializar seus impactos em cenários de recompras ou conversões em grande escala. Tais efeitos podem incluir a diluição da participação proporcional dos atuais acionistas ordinários, a criação de pressões adicionais sobre a liquidez e a precificação das ações da Companhia e, ainda, a alteração da distribuição relativa de poder entre acionistas.

Adicionalmente, caso o exercício das opções de recompra e a conversão das PN Classe A em ordinárias ocorram em momentos de condições de mercado desfavoráveis, os efeitos adversos sobre preço, liquidez e retorno esperado dos investidores podem ser amplificados.

A Companhia está exposta a riscos de contraparte em razão dos contratos celebrados com a Vinteum Technology Inc., sociedade sediada nas Ilhas Virgens Britânicas.

A Companhia celebrou contratos de opção de compra com a Vinteum Technology Inc., sociedade constituída e existente segundo as leis das Ilhas Virgens Britânicas ("BVI"), que atua como centro de pesquisa e desenvolvimento em Bitcoin. Nos termos desses contratos, a Vinteum detém e outorgou à Companhia o direito de aquisição de ações preferenciais resgatáveis classe A de emissão da Companhia.

A execução e eficácia desses contratos dependem do cumprimento das obrigações da Vinteum, incluindo a manutenção da titularidade das ações objeto da opção e a efetiva transferência das ações quando do exercício. Qualquer inadimplemento, atraso ou incapacidade da Vinteum em honrar suas obrigações pode limitar a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de capital e de governança.

Além disso, o fato de a Vinteum ser uma sociedade sediada nas BVI adiciona riscos específicos: (i) incertezas regulatórias e menor transparência societária, típicas de jurisdições offshore; (ii) eventuais dificuldades para a execução judicial de direitos contratuais no Brasil contra entidade estrangeira; e (iii) riscos reputacionais associados à vinculação da Companhia com uma contraparte estrangeira sediada em paraíso fiscal.

Por fim, como a Vinteum não é uma instituição financeira nem um investidor tradicional, mas sim um centro de pesquisa em Bitcoin, há riscos adicionais relacionados à sua natureza institucional, fontes de financiamento e eventual continuidade de suas atividades. Mudanças em sua estrutura operacional, governança ou condição financeira podem afetar adversamente a execução dos contratos e, em consequência, a estratégia societária e financeira da Companhia. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

A política de dividendos da Companhia poderá implicar pagamento de dividendos em patamar significativamente inferior à média do mercado.

Em vista de sua atividade, a Companhia poderá adotar estratégia de reinvestimento de caixa em Bitcoin, o que pode resultar em distribuição de dividendos substancialmente inferior à prática de mercado. Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm direito a dividendo mínimo de apenas 0,001% do lucro líquido anual ajustado, enquanto os titulares de ações preferenciais resgatáveis classe A fazem jus a dividendo mínimo de R\$ 0,01 por ação, acrescido de valor equivalente a dez vezes o dividendo pago por ação ordinária. Esses percentuais contrastam com o padrão de mercado no Brasil, que usualmente contempla dividendos de 25% do lucro líquido ajustado.

Mesmo que a Companhia registre lucro em determinado exercício, a distribuição de

dividendos poderá não representar um benefício financeiro relevante aos acionistas. O lucro ajustado poderá ser destinado à capitalização, absorção de prejuízos ou a outras finalidades admitidas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis aplicáveis, não estando necessariamente disponível para pagamento de dividendos. Além disso, a Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social em particular, mediante a determinação do Conselho de Administração de que tais distribuições seriam desaconselháveis.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexista lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio em determinado exercício social. Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes. Assim, existe a possibilidade de que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em exercícios sociais específicos, ou que tais distribuições ocorram em níveis significativamente inferiores ao padrão de mercado.

a.3) Riscos relacionados ao desenvolvimento de produtos de investimento e à eventual prestação de serviços regulados

A Companhia estuda o desenvolvimento de produtos de investimento que poderão ser distribuídos por instituições financeiras tradicionais ou diretamente a investidores, abrangendo não apenas Bitcoin e ativos virtuais, mas também valores mobiliários de emissores nacionais ou estrangeiros cujos modelos de negócio sejam correlatos ao Bitcoin, como ações ordinárias ou preferenciais de Bitcoin treasury companies, ETFs de Bitcoin e instrumentos similares. Tais iniciativas poderão não ser implementadas, não obter demanda suficiente, não alcançar escala, não produzir retorno líquido positivo ou gerar perdas superiores às receitas esperadas.

A eventual estruturação, emissão, administração, distribuição ou intermediação de tais produtos, bem como eventual prestação de serviços relacionados a ativos virtuais a terceiros, poderá sujeitar a Companhia ou suas controladas a regimes de autorização, registro, supervisão, regras de conduta, suitability, proteção do investidor e consumidor, prevenção à lavagem de dinheiro, custódia, segurança cibernética, controles internos, capital e reporte periódico no Brasil ou no exterior. A Companhia poderá não obter autorizações necessárias, obtê-las com atraso ou incorrer em custos relevantes para atendê-las.

A atuação por meio de instituições financeiras tradicionais e outros parceiros não elimina os riscos da Companhia. Falhas de distribuidores, administradores, gestores, custodiantes, provedores tecnológicos ou outros prestadores poderão afetar o lançamento, a conformidade regulatória, a reputação, a experiência dos investidores e os resultados dessas iniciativas.

a.4) Riscos relacionados à gestão ativa da reserva de Bitcoin e à estratégia de

arbitragem com ativos correlatos

A Companhia adota, com parcela limitada de sua reserva estratégica, estratégias de gestão ativa destinadas a ampliar a rentabilidade do balanço. Uma dessas estratégias consiste na captação de recursos mediante dívida de curto prazo, utilizando os recursos para adquirir ações preferenciais emitidas pela Strategy Inc. (STRC), companhia aberta negociada na Nasdaq cujo modelo de negócio é centrado na acumulação de Bitcoin. As ações preferenciais STRC distribuem dividendos mensais fixos, e a estratégia da Companhia pressupõe que tais dividendos sejam superiores ao custo da dívida contraída, gerando resultado positivo para o período de manutenção da posição.

Essa estrutura expõe a Companhia a riscos específicos que incluem: (i) redução, suspensão ou eliminação dos dividendos distribuídos pela STRC, que eliminaria o diferencial de arbitragem e poderia resultar em prejuízo líquido na posição; (ii) queda no preço de mercado das ações preferenciais STRC, gerando perdas de capital não compensadas pelos dividendos recebidos; (iii) recall antecipado do financiamento pelo credor, obrigando a alienação das ações em momento desfavorável; (iv) risco de liquidez das ações preferenciais STRC no mercado secundário, que pode limitar a capacidade de desfazer a posição rapidamente e a preços adequados; e (v) risco de correlação adversa, em que quedas simultâneas no preço do Bitcoin e da STRC amplificam as perdas da estratégia sem redução proporcional das obrigações financeiras.

Além disso, a STRC é uma classe de ativo que depende diretamente da estratégia, capacidade de captação e saúde financeira da Strategy Inc. Alterações na política de dividendos, deterioração da estrutura de capital, mudanças regulatórias aplicáveis à Strategy ou eventos societários adversos podem impactar negativamente o valor e a liquidez das ações preferenciais, independentemente do comportamento do preço do Bitcoin. A Companhia também poderá utilizar estratégias semelhantes com outros ativos correlatos ao Bitcoin no futuro, ampliando os riscos descritos acima.

a.5) Riscos relacionados às atividades educacionais digitais da Companhia

Ao final de 2025, a Companhia encerrou as atividades presenciais do cursinho preparatório e fechou suas duas unidades físicas. A atividade educacional passou a ser desenvolvida exclusivamente em ambiente virtual, em parceria com AMentoria, em modelo baseado em parceria e licenciamento. A Companhia poderá não obter receitas relevantes dessa atividade, e receitas futuras poderão ser inferiores às aquelas historicamente observadas no modelo presencial.

A Companhia depende, nessa frente, do desempenho, continuidade, reputação e conformidade de AMentoria e das plataformas e canais digitais utilizados na oferta dos cursos. O encerramento, alteração ou inadimplemento da parceria, falhas tecnológicas, baixa qualidade percebida, dificuldades de captação de alunos ou incidentes

envolvendo dados pessoais poderão reduzir receitas, afetar a marca Intergraus e gerar responsabilidades à Companhia.

A Companhia também já desenvolve, e pretende expandir, de forma direta, conteúdo educacional e de divulgação sobre Bitcoin, finanças e educação financeira, distribuído por canais digitais e eventos presenciais realizados em sua sede. Embora essa iniciativa seja parte da missão da Companhia de acelerar a adoção do Padrão Bitcoin no Brasil e na América Latina, não há garantia de que resultará em receitas relevantes. A produção e distribuição de conteúdo nessas temáticas enfrenta ampla concorrência de produtores independentes, plataformas de educação financeira estabelecidas, canais gratuitos e recursos de inteligência artificial, o que pode limitar a capacidade da Companhia de monetizar sua audiência, converter alcance em receita ou diferenciar seu conteúdo de forma suficiente para sustentar uma frente de negócios relevante.

O modelo virtual amplia o alcance potencial da oferta educacional e reduz a dependência de instalações físicas, mas intensifica a competição com plataformas digitais, instituições de ensino, produtores de conteúdo, recursos de inteligência artificial e cursos online de baixo custo ou gratuitos. A Companhia poderá não conseguir diferenciar seus conteúdos, preservar a reputação histórica da marca Intergraus ou converter alcance digital em receita.

a.6) Riscos relacionados à propriedade intelectual, marcas e ativos digitais

A Companhia pode enfrentar riscos relacionados ao registro e à proteção da marca “OranjeBTC” e seus derivativos perante o INPI e outras jurisdições

A marca “OranjeBTC” é um ativo estratégico para a Companhia, estando sujeita a processos de registro, manutenção e proteção perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e, eventualmente, em outros países. A marca “OranjeBTC” ainda encontra-se em processo de registro perante o INPI e não há garantia de que o pedido de registro será definitivamente concedido. Além disso, pedido de registro anterior referente à marca nominativa “Oranje Bitcoin Treasury Company” foi objeto de oposição por terceiros, o que pode vir a resultar em restrição ao uso da marca ou em indeferimento dos registros atualmente em curso.

Além disso, a Companhia pode ser alvo de alegações de infração a marcas de terceiros semelhantes, o que poderia resultar em litígios, custos adicionais, restrições ao uso da marca e, em casos extremos, obrigar a modificação ou substituição de sua identidade visual. Qualquer desses eventos poderia impactar negativamente a estratégia de comunicação, marketing e posicionamento da Companhia no mercado de capitais e de criptoativos, ou mesmo envolver pedido de indenização relevante por prejuízos causados a terceiros.

A reputação e a proteção das marcas educacionais, em especial “Intergraus”, podem ser impactadas por concorrência, uso indevido ou dificuldades de associação

com novos segmentos de atuação

A Companhia é titular da marca "Intergraus", tradicionalmente associada a cursos pré-vestibulares e, mais recentemente, expandida para iniciativas em educação financeira e Bitcoin. Essa marca constitui ativo reputacional relevante, cuja proteção contra uso indevido, concorrência desleal ou diluição de valor depende de medidas jurídicas e administrativas contínuas. Existe o risco de que terceiros tentem registrar ou explorar sinais distintivos semelhantes, gerando confusão de mercado e prejuízo à imagem construída ao longo de décadas.

A Companhia celebrou contrato de licenciamento da marca Intergraus com AMentoria, por meio do qual AMentoria passou a utilizar a marca e o conteúdo didático do Intergraus em sua plataforma digital de preparação para o ENEM. A exploração comercial da marca Intergraus depende, portanto, integralmente do desempenho, da reputação e do cumprimento das obrigações contratuais de AMentoria. Incidentes envolvendo a qualidade do ensino oferecido sob a marca, reclamações de alunos, falhas de segurança de dados, condutas inadequadas de AMentoria ou inadimplemento do contrato de licenciamento poderão afetar negativamente a marca Intergraus, sem que a Companhia tenha controle direto sobre a experiência do aluno ou sobre as práticas operacionais do licenciado. O encerramento ou a rescisão antecipada do contrato de licenciamento, por qualquer das partes, poderá ainda deixar a marca sem canal de exploração e monetização, reduzindo as receitas da Companhia associadas à atividade educacional.

Além disso, a associação da marca Intergraus a conteúdos e produtos vinculados ao Bitcoin pode afetar negativamente a percepção do público-alvo tradicional, reduzir a confiança de estudantes, pais e instituições parceiras e comprometer a base de alunos e receitas da Companhia. De forma inversa, o histórico de associação da marca a cursos preparatórios pode dificultar sua adoção por públicos interessados em educação financeira e Bitcoin, limitando o alcance dessas iniciativas.

A Companhia pode enfrentar riscos de propriedade intelectual relacionados a marcas, domínios e identidade de iniciativas ligadas à tesouraria de Bitcoin

No âmbito de sua estratégia, a Companhia poderá desenvolver ou adotar novas marcas, domínios, conteúdos digitais e sinais distintivos voltados à divulgação de suas atividades de investimento e gestão de Bitcoin. O registro e a proteção desses ativos de propriedade intelectual ainda dependem de procedimentos administrativos perante órgãos competentes, estando sujeitos a contestações de terceiros, indeferimentos ou litígios. Além disso, marcas associadas a criptoativos podem enfrentar restrições regulatórias, limitações de registro em determinadas jurisdições ou problemas de aceitação em campanhas de comunicação e plataformas digitais, dificultando sua consolidação. A eventual perda de exclusividade ou incapacidade de proteger essas marcas pode prejudicar a diferenciação da Companhia em relação a concorrentes e limitar estratégias de marketing.

A estratégia da Companhia associada ao domínio bitcoin.com.br pode não ser implementada com sucesso e expõe a Companhia a riscos contratuais, reputacionais e regulatórios específicos

Em abril de 2026, a Companhia assinou contrato definitivo de lease-to-own do domínio bitcoin.com.br, ativo digital de alto reconhecimento no mercado brasileiro, associado ao desenvolvimento de iniciativas de educação, produção de conteúdo e distribuição de informações relacionadas ao Bitcoin. O contrato prevê pagamentos periódicos ao longo de prazo determinado até a transferência definitiva da titularidade do domínio à Companhia, o que expõe a Companhia a risco de inadimplemento recíproco, disputas sobre condições contratuais, rescisão antecipada ou questionamentos sobre a validade ou eficácia da transferência do ativo.

O domínio constitui ativo intangível relevante, e eventual disputa de propriedade intelectual, questionamento sobre a cadeia de titularidade anterior ou restrição judicial sobre o domínio poderá impedir seu uso, comprometer a estratégia associada e resultar em perda dos valores investidos na aquisição e no desenvolvimento da plataforma.

a.7) Risco relacionados a decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos

A Companhia, suas controladas e seus administradores podem ser ou vir a se tornar partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais de diversas naturezas — incluindo tributária, cível, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, de propriedade intelectual e trabalhista. Não há garantia de que os desfechos desses processos serão favoráveis, nem de que os provisionamentos constituídos serão suficientes para fazer frente a todas as obrigações eventualmente decorrentes.

Além disso, administradores e acionistas podem ser mencionados, intimados ou responsabilizados em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou investigações de natureza cível, trabalhista, tributária ou criminal, inclusive em razão de posições ocupadas em outras sociedades. A eventual condenação ou indiciamento, sobretudo em processos criminais, pode inviabilizar o exercício de suas funções na Companhia, impactando a continuidade da administração e a reputação corporativa.

Conforme detalhado no item 4.7 abaixo, a Companhia pode ser afetada por processos trabalhistas relacionados a atividades exercidas pelo Curso Inter Graus Ltda. antes da reorganização societária de 2025. Tais processos, que não foram transferidos para a Companhia no âmbito da reorganização e aquisição e nos quais a Companhia não figura como parte, permanecem sob responsabilidade das sociedades vendedoras. No entanto, em determinadas situações, a legislação trabalhista e a jurisprudência brasileira admitem a responsabilização de sociedades que participaram de grupo econômico, sucederam empregadores ou se beneficiaram de atividade empresarial anterior, independentemente da segregação formal de passivos. Não há garantia de que

eventuais condenações ou execuções nesses processos não venham a atingir a Companhia, por meio de reconhecimento de sucessão trabalhista, responsabilidade solidária ou desconsideração da personalidade jurídica, o que poderia gerar desembolsos não provisionados e afetar adversamente a situação financeira e a reputação da Companhia.

Por fim, decisões condenatórias ou a celebração de acordos que impliquem desembolsos relevantes podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia, sua reputação no mercado e a valorização de suas ações.

a.8) Riscos relacionados a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades na contratação de apólices

A Companhia está exposta à ocorrência de eventos não segurados — tais como casos fortuitos e de força maior, interrupções de atividades, ataques cibernéticos e outros —, bem como a danos que não estejam cobertos ou que superem os limites de suas apólices vigentes. Nessas hipóteses, poderá ser obrigada a arcar integralmente com os custos de recomposição e reparação de ativos atingidos, o que pode afetar negativamente sua condição financeira.

Mesmo nos casos em que o evento seja coberto, não há garantia de que o pagamento do seguro será tempestivo ou suficiente para compensar integralmente os danos sofridos. Além disso, a cobertura depende do adimplemento dos prêmios de seguro, de modo que eventual inadimplência pode deixar a Companhia descoberta justamente em caso de sinistro.

A Companhia também não pode assegurar que conseguirá manter apólices em condições comerciais razoáveis, em termos aceitáveis ou com seguradoras de mesmo porte e reputação das atuais. Essa dificuldade é particularmente relevante em razão da atuação da Companhia no setor de Bitcoin, para o qual seguradoras tradicionais frequentemente recusam coberturas ou as ofertam em condições econômicas incompatíveis. A título de exemplo, a Companhia não mantém atualmente apólice de seguro de responsabilidade civil para administradores e diretores (D&O), em razão do custo elevado e da limitada disponibilidade desse produto para companhias do setor. A ausência de cobertura D&O pode dificultar a atração e retenção de profissionais qualificados para cargos de administração, aumentar a exposição pessoal dos administradores e reduzir a proteção da Companhia em litígios envolvendo decisões de gestão. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada pelo pagamento de indenizações a terceiros em decorrência de sinistros. Caso qualquer desses fatores se concretize, os negócios, a situação financeira, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(b) a seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.1) Riscos relacionados à dispersão acionária do capital da Companhia e

ausência de controlador

A ausência de acionista controlador, a dispersão acionária e a elevada proporção de ações em circulação podem aumentar a volatilidade, reduzir a estabilidade societária e afetar adversamente a execução da estratégia da Companhia

A Companhia possui capital social difuso, não possuindo acionista controlador. Essa estrutura societária pode gerar maior volatilidade no preço das ações, em razão da elevada liquidez e da possibilidade de oscilações abruptas decorrentes de movimentos de compra e venda por parte de investidores institucionais ou de varejo. Além disso, a ausência de um acionista controlador pode implicar menor estabilidade na governança corporativa, dificultando a formação de blocos estáveis de voto em assembleias gerais e aumentando o risco de decisões estratégicas fragmentadas ou influenciadas por conjunturas de mercado de curto prazo.

A dispersão acionária também pode tornar a Companhia mais suscetível a tentativas de aquisição hostil, formação de grupos de pressão ou atuação coordenada de acionistas ativistas, que podem buscar impor mudanças estratégicas ou de governança divergentes do plano de negócios estabelecido. Qualquer desses eventos pode impactar adversamente a capacidade da Companhia de executar sua estratégia corporativa, comprometer a continuidade de políticas de longo prazo e impactar negativamente a valorização de suas ações.

A existência de mecanismos estatutários de “poison pill” e garantias de dispersão acionária pode limitar a tomada de controle e impactar o valor de mercado da Companhia

O Estatuto Social da Companhia prevê cláusulas que exigem a realização de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações em caso de aquisição relevante de participação acionária, com prêmio sobre o preço de mercado, assegurando tratamento equitativo a todos os acionistas. Esses mecanismos, conhecidos como “poison pill”, têm por objetivo evitar que acionistas ou grupos de investidores adquiram posição significativa no capital social sem estender a oferta a todos os demais.

Adicionalmente, o Estatuto Social contém garantias de dispersão acionária que buscam assegurar ampla pulverização das ações em circulação, limitando a concentração de poder e reforçando a característica de companhia sem controlador. Tais mecanismos, embora criados para proteger a Companhia e seus acionistas minoritários, podem reduzir a atratividade de operações de aquisição ou reorganizações societárias, na medida em que impõem custos adicionais ou exigem prêmios relevantes em uma eventual OPA.

Essas disposições podem, portanto, ter efeito antieconômico para investidores interessados em adquirir participação relevante, limitando o potencial de valorização das ações em cenários de disputa por controle ou operações estratégicas. Além disso,

a exigência de prêmios substanciais em eventuais OPAs pode restringir a liquidez e reduzir o interesse de investidores estratégicos, impactando adversamente a dinâmica de mercado, a governança e o valor das ações da Companhia.

b.2) Riscos relacionados à limitação do direito de preferência e diluição de acionistas

O exercício limitado do direito de preferência em futuras emissões pode acarretar diluição relevante da participação dos acionistas e outros efeitos adversos

Ainda que a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia prevejam, em regra, a concessão de direito de preferência aos acionistas em eventuais aumentos de capital mediante a emissão de ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis, esse direito poderá ser limitado ou excluído pelo Conselho de Administração nas hipóteses autorizadas em lei ou no Estatuto. Nessas situações, determinados investidores poderão não ter a oportunidade de acompanhar proporcionalmente novas emissões, resultando em diluição de sua participação relativa no capital social da Companhia.

Adicionalmente, mesmo quando assegurado, o exercício do direito de preferência pode ser oneroso ou inviável para determinados acionistas, que podem não dispor de liquidez suficiente para acompanhar uma chamada de capital em condições de mercado adversas. A não participação proporcional em tais operações pode reduzir a participação acionária, concentrar poder entre investidores que exerçam integralmente seus direitos e acentuar a diluição econômica.

Adicionalmente, a diluição também pode decorrer de emissões realizadas a preços inferiores às cotações de mercado, impactando negativamente o valor econômico das participações existentes, bem como de instrumentos de remuneração baseados em ações (stock options, planos de incentivo de longo prazo, conversões de dívidas ou preferenciais) e da conversão em ações ordinárias de PN Classe A que forem objeto de recompra pela Companhia no âmbito dos Contratos Vinteum, que aumentam o número de ações em circulação. Em todos esses cenários, os atuais acionistas podem enfrentar perda de influência nas deliberações sociais, redução no lucro por ação e no valor patrimonial por ação, além de potenciais pressões negativas sobre a cotação das ações no mercado.

A manutenção de ações em tesouraria e a existência de ações preferenciais resgatáveis Classe A conversíveis em ordinárias podem impactar a estrutura acionária e aumentar a diluição dos acionistas

Nos termos da regulamentação e do Estatuto Social, a Companhia pode manter até 10% das ações em circulação em tesouraria, as quais podem ser posteriormente alienadas no mercado para captação de recursos ou execução de estratégias societárias. A eventual colocação dessas ações em mercado pode gerar pressão vendedora e efeitos adversos sobre a cotação das ações ordinárias, além de contribuir para a diluição da

participação dos atuais investidores.

Adicionalmente, a Companhia emitiu PN Classe A, que conferem direitos econômicos superiores e podem ser convertidas em ações ordinárias na proporção de uma PN Classe A para até 10 (dez) ações ordinárias, nos termos do Estatuto Social. Essa conversibilidade representa um potencial de diluição significativo, capaz de alterar de forma relevante a participação relativa dos atuais acionistas detentores de ações ordinárias. A adoção da estratégia envolvendo a recompra de PN Classe A, sua manutenção em tesouraria e eventual conversão gradual em ações ordinárias pode, ao longo do tempo, modificar substancialmente a estrutura de capital da Companhia, reduzindo o valor patrimonial por ação, o lucro por ação e a influência proporcional de cada acionista titular de ações ordinárias.

A incerteza quanto ao volume e ao momento em que a Companhia poderá alienar ações de tesouraria ou converter PN Classe A em ordinárias também pode intensificar a percepção de risco de diluição pelo mercado, afetando a atratividade das ações e sua precificação em mercado secundário.

A existência de ações preferenciais Classe B, de titularidade do fundador, pode conferir poderes desproporcionais e impactar a governança da Companhia

A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis classe B (PN Classe B) em circulação. Atualmente, a totalidade das PN Classe B é detida pelo acionista fundador da Companhia. As PN Classe B conferem direitos políticos relevantes a seus titulares, incluindo o poder de eleger um membro do Conselho de Administração e o direito de veto sobre qualquer alteração do objeto social.

Essa estrutura estatutária significa que seu titular, mesmo detendo participação minoritária no capital votante, poderá exercer influência desproporcional sobre decisões estratégicas e de governança da Companhia. O direito de veto, em particular, pode restringir a flexibilidade da administração, dificultar a implementação de mudanças estruturais ou inviabilizar operações societárias de interesse da maioria dos acionistas detentores de ações ordinárias. Além disso, a concentração desses direitos políticos em um único acionista pode aumentar o risco de conflitos de interesse entre o fundador e os demais acionistas, o que pode afetar adversamente a execução da estratégia corporativa, a dinâmica de governança e a valorização das ações da Companhia.

b.3) Riscos relacionados com a recente incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento pela Companhia

Em 9 de setembro de 2025 as ações da Companhia foram alienadas pela Bioma Educação S.A. ("Bioma"), por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa para a Oranje S.A. - Educação e Investimento ("Oranje") e, em 1º de outubro de 2025, foi concluída a incorporação reversa da Oranje pela Companhia. A incorporação pode acarretar riscos relevantes para a Companhia.

Do ponto de vista contábil e informacional, a incorporação pode dificultar a comparabilidade histórica das demonstrações financeiras da Companhia. A necessidade de ajustes de práticas contábeis, reclassificação de ativos e passivos e reconhecimento de ativos intangíveis pode comprometer a análise do desempenho histórico e futuro da Companhia por investidores, credores e analistas de mercado, aumentando a percepção de incerteza sobre seus resultados.

Sob a ótica operacional e estratégica, a incorporação uniu modelos de negócio distintos - cursos educacionais e gestão de tesouraria concentrada em Bitcoin - que demandaram integração administrativa, cultural e de governança. Esse processo ainda pode gerar sobreposição de estruturas ou desalinhamento estratégico, prejudicando a execução do plano de negócios e a geração de valor.

Adicionalmente, a incorporação acarretou riscos de imagem e posicionamento de mercado. A alteração da denominação social e a nova identidade corporativa vinculada à estratégia de Bitcoin podem não ter sido plenamente assimiladas por todos os públicos (investidores, reguladores, parceiros institucionais e alunos das plataformas digitais), o que pode afetar a percepção de credibilidade da Companhia no mercado.

(c) a suas controladas e coligadas

c.1) Riscos relacionados à subsidiária no exterior

A Companhia constituiu a Oranje US LLC, subsidiária integral nos Estados Unidos, para centralizar determinadas operações e investimentos mantidos no exterior e apoiar sua estratégia internacional. A subsidiária poderá expor a Companhia a custos, riscos operacionais, tributários, cambiais, de reporte, conformidade, sanções e aplicação de normas norte-americanas, bem como a riscos relacionados à coordenação de atividades, controles internos e governança em mais de uma jurisdição.

(d) a seus administradores

d.1) A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores que detêm amplo conhecimento do negócio, entre eles, os fundadores da Companhia. A perda destes membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

(e) a seus fornecedores**e.1) Dependência de prestadores institucionais e contrapartes pode afetar a tesouraria de Bitcoin e novas iniciativas da Companhia**

A execução da estratégia da Companhia depende de prestadores especializados, incluindo custodiantes de ativos digitais, instituições financeiras, provedores de liquidez, corretoras, depositário de ADRs, agentes fiduciários, credores e, caso implementados novos produtos ou serviços, distribuidores, administradores, gestores e prestadores tecnológicos. Falhas operacionais, insolvência, indisponibilidade, alteração contratual, descumprimento regulatório ou interrupção dos serviços desses prestadores poderão restringir o acesso a ativos, impedir operações, elevar custos ou comprometer iniciativas estratégicas.

(f) a seus clientes**f.1) A Companhia poderá enfrentar riscos relacionados a alunos, usuários, investidores e participantes de produtos ou serviços futuros**

A atividade principal de tesouraria em Bitcoin não depende atualmente de clientes operacionais relevantes. Contudo, a atividade educacional virtual depende da atração e retenção de alunos ou usuários, e eventuais produtos de investimento ou serviços relacionados a ativos virtuais poderão expor a Companhia a reclamações de investidores ou consumidores, inadequação de distribuição, falhas de informação, conflitos de interesse, perda de confiança e obrigações regulatórias adicionais.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua**g.1) Riscos relacionados ao setor da educação*****A expansão estrutural da oferta de vagas no ensino superior pode reduzir a demanda por cursinhos preparatórios e impactar adversamente os resultados da Companhia***

O setor de cursos preparatórios para vestibulares, no qual a Companhia atua por meio da marca Intergraus, está sujeito a mudanças estruturais no mercado de ensino superior. Nos últimos anos, tem havido uma expansão relevante do número de vagas em universidades públicas e privadas, impulsionada por políticas de inclusão educacional, crescimento de instituições privadas de ensino superior e aumento da oferta de cursos a distância (EAD). Essa maior disponibilidade de vagas tem facilitado o ingresso de estudantes em universidades, reduzindo a pressão competitiva dos vestibulares e, conseqüentemente, a demanda por cursinhos preparatórios tradicionais.

Caso essa tendência de ampliação da oferta de vagas se consolide, a relevância do

ensino preparatório poderá diminuir de forma estrutural, reduzindo a base potencial de alunos e comprimindo as margens. Isso pode obrigar a Companhia a readequar sua estratégia de captação e precificação, com possíveis efeitos adversos sobre suas receitas, seus resultados operacionais e sua capacidade de manter a atratividade de seus serviços educacionais.

A Companhia pode não se adaptar às novas formas de competição no mercado virtual de ensino, e a parceria com AMentoria pode não obter os resultados pretendidos

A atividade educacional digital da Companhia opera em mercado competitivo, sujeito a rápida evolução tecnológica, ampla disponibilidade de conteúdo online, concorrência de plataformas, cursos virtuais, recursos de inteligência artificial e materiais gratuitos. A Companhia poderá não acompanhar tais mudanças, não atrair usuários ou não monetizar adequadamente sua marca e seus conteúdos.

A demanda por cursos preparatórios virtuais continua sujeita a mudanças no acesso ao ensino superior, nos exames de admissão e nas preferências dos estudantes. Ainda que o formato digital reduza custos fixos e amplie o alcance potencial, alterações estruturais na procura por cursos preparatórios ou desempenho insatisfatório da parceria com AMentoria poderão afetar negativamente as receitas da atividade educacional.

g.2) Riscos relacionados às Empresas de Tesourarias de Bitcoin

A Companhia pode enfrentar baixa demanda no mercado local por investimentos ou produtos vinculados ao Bitcoin, o que pode comprometer o êxito da estratégia adotada pelas Empresas de Tesourarias de Bitcoin

Embora as Empresas de Tesourarias de Bitcoin tenham ganhado destaque global, a demanda no Brasil e na América Latina por investimentos e produtos vinculados ao Bitcoin ainda é incipiente e sujeita a variações conjunturais. Caso o mercado local não adote o Bitcoin como ativo de reserva de valor ou meio de exposição patrimonial de forma consistente, a estratégia da Companhia pode não atingir os resultados esperados. Fatores como desconfiança dos investidores, falta de regulação clara, volatilidade do ativo e concorrência de produtos financeiros tradicionais podem reduzir a atratividade da proposta da Companhia. Essa baixa adesão comprometeria a capacidade da Companhia de expandir sua base de tesouraria, atrair novos investidores, e de consolidar-se como referência em seu setor, impactando adversamente seus resultados e sua valorização de mercado.

A Companhia pode ser impactada pela evolução tecnológica do setor de criptoativos e pela concorrência de novos instrumentos financeiros com exposição ao Bitcoin

Apesar de o Bitcoin ser o primeiro e mais consolidado criptoativo global, sua tecnologia

e protocolo ainda são relativamente recentes quando comparados a ativos tradicionais. Existe o risco de obsolescência tecnológica ou de perda de relevância caso surjam inovações mais eficientes em termos de segurança, escalabilidade, velocidade de transações ou consumo energético. Além disso, o mercado financeiro pode desenvolver novos instrumentos e produtos regulados com exposição ao Bitcoin — como fundos, ETFs ou derivativos mais acessíveis e líquidos — que competem diretamente com a estratégia das Empresas de Tesourarias de Bitcoin. A maior conveniência, regulação ou liquidez desses produtos pode reduzir a atratividade da Companhia perante investidores, limitando sua capacidade de captar recursos, de manter relevância como tesouraria de Bitcoin e de sustentar sua estratégia de longo prazo.

Companhias de tesouraria em Bitcoin também podem competir entre si por capital em mercado e pela capacidade de acessar financiamento em condições favoráveis. Estratégias de emissores internacionais, inclusive a emissão de ações preferenciais perpétuas, operações de consolidação societária e métricas de Bitcoin por ação, podem influenciar expectativas de investidores sobre a Companhia. A Companhia poderá não conseguir acessar fontes de capital, manter prêmio de negociação, aumentar Bitcoin por ação ou oferecer produtos comparáveis aos de emissores estrangeiros.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

h.1) Riscos relacionados à regulação do setor da educação

A regulação de distribuição virtual de conteúdos está sendo modificada, e as atividades de cursos livres à distância podem ser reguladas de forma adversa ao modelo de negócio da Companhia

A atividade educacional atualmente desenvolvida pela Companhia é virtual e se baseia na oferta de cursos livres em parceria com AMentoria. Embora cursos livres não dependam de autorização própria do sistema formal de ensino, a atividade está sujeita a regras gerais aplicáveis, incluindo relações de consumo, publicidade, propriedade intelectual, proteção de dados pessoais, contratação eletrônica e acessibilidade digital. Alterações regulatórias, falhas de parceiro ou descumprimento dessas regras poderão gerar custos, responsabilização e danos à reputação da Companhia.

Políticas públicas, expansão de conteúdo educacional digital gratuito ou subsidiado e mudanças em processos seletivos poderão reduzir a demanda por cursos preparatórios digitais ou pressionar preços, mesmo após a descontinuação das unidades físicas.

Além disso, a distribuição de conteúdo em geral na internet tem sofrido diversas restrições, e a Companhia pode ser prejudicada por medidas do governo com o intuito de regular plataformas que coloquem seus conteúdos disponíveis ao público de forma paga, ou de forma remunerada.

h.2) Riscos relacionados à regulação de Empresas de Tesourarias de Bitcoin

A Companhia pode ser impactada pela regulamentação aplicável a Bitcoin, inclusive por eventuais restrições impostas por autoridades brasileiras ou estrangeiras que afetem o investimento em Bitcoin.

No Brasil, a Lei nº 14.478/2022 estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de ativos virtuais e o Decreto nº 11.563/2023 atribuiu ao Banco Central do Brasil competência para disciplinar e supervisionar prestadores desses serviços, ressalvada a competência da CVM em relação a valores mobiliários. Em novembro de 2025, o Banco Central editou regulamentação aplicável ao setor, com vigência a partir de fevereiro de 2026, abrangendo autorização e requisitos de governança, controles internos, segurança, transparência, proteção ao cliente e prevenção à lavagem de dinheiro.

A regulamentação brasileira passou também a enquadrar determinadas operações com ativos virtuais referenciados em moeda fiduciária, incluindo stablecoins, bem como pagamentos e transferências internacionais por meio de ativos virtuais, no regime aplicável ao mercado de câmbio. Caso a Companhia utilize stablecoins ou ativos virtuais em operações transfronteiriças, liquidação, garantias ou produtos futuros, poderá incorrer em custos, restrições operacionais, obrigações de reporte e impactos tributários ou cambiais adicionais.

A aquisição, custódia e manutenção de Bitcoin por conta própria como reserva estratégica não configuram, por si só, prestação de serviço de ativo virtual a terceiros. Contudo, a Companhia poderá, em futuro próximo, estruturar produtos de investimento ou prestar serviços relacionados a ativos virtuais. Se tais iniciativas estiverem sujeitas a autorização ou registro, a Companhia dependerá de aprovações regulatórias, contratação de prestadores autorizados e implantação de estruturas de governança, controles, prevenção à lavagem de dinheiro, segurança cibernética, custódia, suitability e atendimento ao cliente, podendo não obter tais autorizações ou não implementá-las em condições economicamente viáveis.

Nos Estados Unidos, o ambiente regulatório e institucional relacionado a ativos digitais passou por mudanças relevantes em 2025. Em janeiro, a Securities and Exchange Commission ("SEC") editou o Staff Accounting Bulletin nº 122 ("SAB 122"), que rescindiu a orientação anteriormente constante do Staff Accounting Bulletin nº 121 ("SAB 121") sobre o tratamento contábil de obrigações relacionadas à custódia de criptoativos para terceiros, mudança que foi amplamente interpretada pelo mercado como a remoção de um obstáculo relevante à oferta de custódia institucional de ativos digitais por instituições financeiras norte-americanas. Em 18 de julho de 2025, foi sancionado o GENIUS Act, que estabeleceu regime federal para emissores de payment stablecoins, incluindo exigências relacionadas a autorização, reservas, resgate e transparência. No âmbito contábil, o Financial Accounting Standards Board ("FASB") editou a ASU 2023-08, aplicável a exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2024, que passou a exigir a mensuração a valor justo de determinados criptoativos nas demonstrações

elaboradas conforme US GAAP. Adicionalmente, propostas legislativas de estrutura de mercado para ativos digitais, incluindo iniciativas como o Financial Innovation and Technology for the 21st Century Act e o Digital Asset Market Clarity Act, buscaram estabelecer critérios para a alocação de competências regulatórias entre a SEC e a Commodity Futures Trading Commission (“CFTC”). Tais propostas seguem sujeitas ao processo legislativo e podem sofrer alterações relevantes antes de eventual aprovação. Essas mudanças e incertezas regulatórias podem afetar contrapartes, instrumentos, estruturas de liquidação, custodiantes e produtos eventualmente utilizados, estruturados ou distribuídos pela Companhia ou por sua subsidiária norte-americana.

Na União Europeia, o Regulamento (UE) 2023/1114 (MiCA) estabeleceu regime harmonizado para determinados criptoativos, stablecoins e prestadores de serviços de criptoativos, com requisitos de autorização, governança, reservas, custódia, continuidade e proteção de clientes. Regras europeias complementares relacionadas a transferências de criptoativos ampliaram obrigações informacionais. Tais regimes poderão afetar contrapartes, distribuição de produtos, serviços transfronteiriços e custos de conformidade caso a Companhia ou seus parceiros atuem nesses mercados.

Alterações na classificação legal do Bitcoin e restrições ao seu uso como ativo financeiro, meio de pagamento ou moeda podem comprometer a estratégia de tesouraria da Companhia

O Bitcoin ainda não possui tratamento jurídico uniforme no Brasil e no exterior. Autoridades regulatórias podem, no futuro, banir sua utilização em determinadas finalidades, limitar seu enquadramento como ativo financeiro ou de investimento, ou restringir seu uso como moeda, meio de pagamento ou reserva de valor. Qualquer dessas medidas poderia reduzir significativamente a liquidez, a aceitação e a utilidade do Bitcoin, comprometendo sua valorização de mercado. Caso sejam impostas restrições ou proibições em relação à detenção ou negociação de Bitcoin por companhias abertas, a Companhia poderá ser obrigada a rever substancialmente sua estratégia de tesouraria, o que pode impactar adversamente seus resultados financeiros e sua posição competitiva.

Alterações na tributação de criptoativos podem aumentar os custos da Companhia e reduzir a atratividade de sua estratégia de tesouraria

A tributação aplicável a operações com criptoativos, inclusive Bitcoin, ainda é objeto de interpretação normativa em evolução e de eventuais alterações legislativas no Brasil e em outras jurisdições. Mudanças que imponham novos tributos, aumento de alíquotas, ou obrigações acessórias mais complexas — como regras específicas sobre ganho de capital, IOF em operações de câmbio relacionadas a criptoativos, ou incidência de tributos indiretos sobre negociação e custódia — podem elevar os custos da Companhia e reduzir a eficiência de sua tesouraria. Além disso, a possibilidade de tratamento tributário diferenciado ou desfavorável para companhias abertas que detenham criptoativos pode comprometer a rentabilidade esperada e afetar

negativamente a valorização das ações da Companhia no mercado.

Restrições cambiais e regulatórias sobre investimento estrangeiro e aquisição de criptoativos no exterior podem limitar a estratégia da Companhia

Parte relevante da liquidez global em Bitcoin concentra-se em plataformas estrangeiras. A Companhia pode enfrentar restrições regulatórias e cambiais para realizar operações no exterior, seja para aquisição direta de Bitcoin, seja para investimento em produtos financeiros vinculados ao Bitcoin. Alterações nas regras sobre fluxo de capitais, remessa de recursos, registro de investimentos no Banco Central do Brasil ou exigência de autorizações prévias podem dificultar ou encarecer operações de compra e venda de Bitcoin fora do país. Qualquer endurecimento dessas restrições pode limitar o acesso da Companhia a mercados internacionais mais líquidos, restringindo a execução eficiente de sua estratégia de tesouraria e impactando negativamente sua condição financeira e seus resultados.

Restrições regulatórias a investidores estrangeiros podem limitar a liquidez das ações da Companhia e impactar adversamente sua valorização de mercado

O investimento estrangeiro em companhias abertas brasileiras está sujeito a regulação cambial e de capitais internacionais, incluindo regras de registro perante o Banco Central do Brasil e observância das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Eventuais alterações legislativas ou regulatórias que restrinjam a participação de investidores estrangeiros, imponham novos requisitos de registro, aumentem a carga tributária incidente sobre remessas ao exterior ou criem barreiras adicionais ao ingresso de capital estrangeiro, podem reduzir o interesse e a capacidade de tais investidores em adquirir ações da Companhia. Como parcela significativa da liquidez e da valorização da Companhia como companhia listada depende da demanda de investidores internacionais, tais restrições podem impactar adversamente o volume de negociação das ações da Companhia, reduzir sua base de investidores potenciais e comprometer sua atratividade no mercado de capitais.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia possui subsidiária integral nos Estados Unidos e mantém programa patrocinado de ADRs Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o ticker ORNJY. Embora a Companhia não preste atualmente serviços de ativos virtuais sujeitos a autorização estrangeira, está sujeita às normas aplicáveis ao programa de ADRs, à divulgação de informações aos investidores e às atividades de sua subsidiária.

Caso a Companhia ou sua subsidiária venha a lançar produtos de investimento, utilizar estruturas com stablecoins, prestar serviços relacionados a ativos virtuais ou realizar outras atividades sujeitas à legislação financeira estrangeira, poderá ser obrigada a obter autorizações, registros ou licenças e cumprir regras de valores mobiliários, investimento, custódia, prevenção à lavagem de dinheiro, sanções, proteção de

clientes, proteção de dados, tributação e câmbio. A aplicação dessas regras poderá restringir atividades, elevar custos ou gerar sanções.

(j) a questões sociais

A atividade educacional virtual poderá ser afetada por dificuldades socioeconômicas dos alunos ou responsáveis financeiros, exclusão digital, acesso insuficiente a conectividade e redução da capacidade de pagamento, o que poderá limitar demanda, exigir descontos ou afetar receitas. A Companhia também poderá enfrentar riscos sociais e reputacionais caso conteúdos, parcerias ou futuros produtos financeiros não sejam percebidos como adequados, transparentes ou acessíveis.

(k) a questões ambientais

A Companhia não realiza mineração de Bitcoin e encerrou, ao final de 2025, suas unidades educacionais presenciais. Assim, sua exposição direta a riscos ambientais operacionais é limitada. Não obstante, a estratégia centrada em Bitcoin poderá estar sujeita a questionamentos reputacionais, regulatórios ou de investidores relacionados a impactos ambientais do ecossistema do ativo, ainda que tais impactos não decorram de operação própria da Companhia.

(l) a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia poderá ser afetada por riscos climáticos de transição, inclusive alterações de percepção de investidores, critérios de financiamento, exigências de divulgação de sustentabilidade e políticas de contrapartes relacionadas ao ecossistema de Bitcoin. Esses riscos poderão impactar acesso a capital, custo de financiamento, reputação e viabilidade de produtos ou estruturas financeiras. A Companhia está se preparando para o reporte de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade exigido pela Resolução CVM nº 193, conforme alterada, baseado nos padrões IFRS S1 e IFRS S2/ISSB.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

m.1) Riscos relacionados a prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT)

A Companhia está exposta a riscos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT), cuja materialização pode gerar sanções legais, restrições operacionais e impactos reputacionais relevantes

A atuação da Companhia no setor de criptoativos, em especial por meio de sua estratégia de tesouraria baseada em Bitcoin, a expõe a riscos elevados em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT). Ainda que a

Companhia adote políticas internas de compliance e de controles internos voltadas à mitigação desses riscos, as características próprias do Bitcoin — pseudonimato das transações, possibilidade de movimentações transfronteiriças rápidas, dificuldade de rastreabilidade em determinados casos, uso de carteiras não custodiadas e presença de prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAVs) em diferentes jurisdições — ampliam o risco de que terceiros possam tentar utilizar a rede para fins ilícitos.

Do ponto de vista regulatório, a Companhia deve observar a legislação brasileira de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e alterações posteriores), resoluções do Banco Central do Brasil, da CVM e normas específicas sobre ativos virtuais, bem como padrões internacionais estabelecidos pelo GAFI/FATF. O descumprimento dessas normas, ou a mera suspeita de falhas em controles internos, pode resultar em investigações administrativas, imposição de multas significativas, suspensão de atividades, bloqueio de operações, perda de autorizações regulatórias e até responsabilização criminal de administradores.

Sob a ótica operacional, a implementação de controles de KYC (Know Your Customer), monitoramento de transações, due diligence de contrapartes, relatórios de operações suspeitas (ROS) e mecanismos de verificação contínua envolve custos relevantes e complexidade técnica. A eventual falha na aplicação adequada desses mecanismos pode comprometer a relação com custodiantes, bancos parceiros, auditores independentes e investidores institucionais, além de afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados internacionais de liquidez em Bitcoin.

Adicionalmente, riscos de imagem e reputação são particularmente sensíveis: qualquer associação, ainda que indireta, da Companhia a casos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, crimes cibernéticos ou utilização ilícita de criptoativos pode gerar danos imediatos à confiança de investidores, clientes e reguladores, com reflexos adversos sobre a valorização das ações, a liquidez no mercado e a continuidade das operações.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a normas internacionais de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT), que podem restringir sua atuação em mercados estrangeiros e afetar adversamente seus resultados

A estratégia de tesouraria da Companhia envolve a possibilidade de realizar operações com exchanges, custodiantes e prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAVs) localizados no exterior, em jurisdições que possuem diferentes graus de exigência regulatória em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT). Alterações em padrões internacionais, como as recomendações do GAFI/FATF, ou em legislações locais — notadamente nos Estados Unidos, União Europeia e outras jurisdições relevantes — podem impor obrigações adicionais de reporte, due diligence reforçada, bloqueio de transações suspeitas ou mesmo a proibição da prestação de serviços a entidades brasileiras.

A Companhia pode enfrentar restrições de acesso a contrapartes internacionais caso seja classificada como cliente de alto risco ou caso o Brasil venha a sofrer medidas restritivas internacionais, como inclusão em listas de jurisdições com deficiências estratégicas em PLDFT. Além disso, o não cumprimento integral de requisitos locais em países onde estejam localizados provedores ou parceiros da Companhia pode resultar em bloqueio de contas, retenção de ativos, multas extraterritoriais e exclusão de redes financeiras internacionais.

Por fim, a exposição a normas estrangeiras de PLDFT gera também risco reputacional relevante: qualquer alegação de descumprimento de obrigações em jurisdições externas pode afetar a credibilidade da Companhia perante investidores institucionais globais, limitar sua capacidade de captar recursos no exterior e impactar negativamente o valor de suas ações.

A sujeição da Companhia a normas estrangeiras de prevenção à lavagem de dinheiro e sanções internacionais pode restringir sua atuação e gerar perdas financeiras e reputacionais

Além das obrigações brasileiras de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT), a Companhia está potencialmente exposta à aplicação de normas estrangeiras de combate à lavagem de dinheiro (AML) e sanções internacionais, especialmente aquelas emanadas por órgãos como o Office of Foreign Assets Control (OFAC) dos Estados Unidos, a União Europeia e outras jurisdições relevantes. Tais regulamentos podem impor restrições à negociação com determinadas carteiras, endereços de blockchain, pessoas físicas ou jurídicas incluídas em listas de sanções internacionais, independentemente de sua nacionalidade ou local de operação.

Como o mercado de Bitcoin é global e descentralizado, a Companhia pode, ainda que de forma indireta e não intencional, transacionar com contrapartes posteriormente identificadas como envolvidas em atividades ilícitas ou sancionadas. Caso isso ocorra, a Companhia poderá estar sujeita a bloqueio de ativos, exclusão de redes financeiras internacionais, multas extraterritoriais, restrições operacionais e litígios em jurisdições estrangeiras.

Caso venha a expandir seu leque de atuação e realizar atividades reguladas relacionadas ao Bitcoin, a Companhia poderá estar exposta ao enforcement de reguladores setoriais do mercado financeiro e de capitais

A Companhia não presta atualmente serviços de ativos virtuais a terceiros. Contudo, caso venha a desenvolver atividades reguladas, poderá tornar-se diretamente sujeita a deveres de cadastro e diligência de clientes e contrapartes, monitoramento, comunicação de operações suspeitas, rastreabilidade, guarda de registros, controles internos e atendimento a ordens de bloqueio ou sanções. A implantação desses

controles poderá ser onerosa, e falhas em sua execução poderão resultar em sanções, restrições de atividades e responsabilidade de administradores.

Operações internacionais, a subsidiária norte-americana, o programa de ADRs e a contratação de custodiantes, financiadores ou distribuidores estrangeiros poderão expor a Companhia a regimes de sanções e AML/PLDFT de outras jurisdições, inclusive restrições relacionadas a carteiras, pessoas ou entidades designadas. O cumprimento desses regimes poderá reduzir a flexibilidade operacional, elevar custos e limitar o acesso a prestadores ou mercados.

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

1. Risco a.1) Riscos relacionados às atividades de investimento proprietário e tesouraria em Bitcoin
2. Risco a.2) Riscos relacionados à captação de recursos adicionais, endividamento e operações garantidas por Bitcoin
3. Risco a.4) Riscos relacionados à gestão ativa da reserva de Bitcoin e à estratégia de arbitragem com ativos correlatos
4. Risco b.2) Riscos relacionados à limitação do direito de preferência e diluição de acionistas
5. Risco h.2) Riscos relacionados à regulação de Bitcoin, criptoativos, stablecoins e atividades potencialmente reguladas

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**a) Risco de preço do Bitcoin e de mensuração a valor justo**

O principal risco de mercado da Companhia decorre da variação do preço do Bitcoin. A posição de Bitcoin é mensurada a valor justo por meio do resultado, de modo que alterações no preço do ativo podem gerar impactos significativos no resultado e no patrimônio líquido independentemente de alienação ou realização de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha aproximadamente 3.722,32 Bitcoin, registrados por aproximadamente R\$ 1.792,35 milhões, e havia reconhecido despesa de ajuste a valor justo de R\$ 465,24 milhões no ano.

b) Risco cambial

A Companhia está exposta a variações cambiais porque o Bitcoin possui referência internacional de preço e porque instrumentos de dívida podem ser denominados ou atualizados por moeda estrangeira. As debêntures conversíveis emitidas em 2025 possuem obrigações relacionadas a dólares dos Estados Unidos, e a 3ª emissão de debêntures aprovada em 2026 prevê principal atualizado por USD/PTAX. Oscilações cambiais poderão elevar passivos em reais, produzir volatilidade nos resultados e afetar a relação econômica entre obrigações e ativos.

c) Risco de taxa de juros e custo de financiamento

A Companhia poderá estar sujeita a custos financeiros relevantes em operações atuais ou futuras. A 3ª emissão de debêntures aprovada em 2026 prevê remuneração atrelada ao CDI acrescida de spread. A elevação das taxas de juros poderá aumentar despesas financeiras, reduzir a atratividade de novas captações e pressionar a viabilidade econômica de estratégias destinadas a ampliar ou rentabilizar a reserva de Bitcoin.

A Companhia mantém posições em caixa e equivalentes de caixa que são remuneradas pela taxa CDI acrescida ou reduzida de spread. A variação das taxas de juros pode impactar suas receitas financeiras.

d) Risco de garantia, LTV e liquidação de Bitcoin

A Companhia está exposta a risco adicional em operações garantidas por Bitcoin. Quedas no preço do ativo poderão elevar a razão entre dívida e garantia, demandar aportes adicionais ou resultar em liquidação compulsória. Em março de 2026, a operação de crédito com a Maple International Operations SPC estava garantida por 250 Bitcoin mantidos em custódia na Anchorage Digital Bank. A liquidação de ativos

dados em garantia poderá reduzir a reserva estratégica e gerar perdas em momento desfavorável.

e) Risco de liquidez, STRC e acesso a capital

A Companhia mantém posição em STRC financiada com dívida associada à estratégia de gestão ativa de tesouraria. Em março de 2026, a posição representava aproximadamente R\$ 59,3 milhões, com dívida de curto prazo associada de R\$ 52,4 milhões. Alterações no preço, liquidez ou dividendos de STRC, bem como recall do financiamento, poderão afetar a liquidez e o resultado da Companhia. Em cenário de queda das ações ou do Bitcoin, menor liquidez de mercado ou redução do acesso a financiamento, a Companhia poderá não conseguir captar recursos em condições favoráveis e poderá ser obrigada a reduzir investimentos, descontinuar iniciativas ou alienar ativos em condições adversas.

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos f. principais fatos; g. resumo das decisões de mérito proferidas; h. estágio do processo; i. se a chance de perda é: i. provável; ii. Possível; iii. Remota; j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante; k. análise do impacto em caso de perda do processo.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo, judicial ou arbitral em que conste como parte. Desse modo, não há processos envolvendo a Companhia que possam, individualmente, influenciar decisões de investimento, ou que poderiam trazer riscos de imagem inerentes a certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Futuras provisões da Companhia serão registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como tendo chance de perda “provável”, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

4.5 Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valor provisionado, tendo em vista que a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo em que conste como parte.

4.6. Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo em que conste como parte.

4.7 Outras contingências relevantes

O Curso Inter Graus Ltda. era parte, em 31 de maio de 2025, em oito processos judiciais trabalhistas, todos perante a justiça do trabalho de São Paulo, com data de ajuizamento entre 2023 e 2024, referentes aos desligamentos ocasionados com a troca de controle do Curso Inter Graus Ltda. em 2022. O valor do risco atualizado para esses processos era de R\$ 2,5 milhões em maio de 2025. No final do exercício de 2024, o Curso Inter Graus Ltda. possuía uma provisão de R\$ 1,4 milhões para referidos processos judiciais trabalhistas. Como prática contábil, o Curso Inter Graus Ltda. provisiona os valores de riscos estimados para processos com prognóstico de perda provável, as causas com prognóstico de perda possível ou remota não são provisionadas. Tais processos não foram transferidos para a Companhia no âmbito da reorganização societária.

5.1 Política de gerenciamento de riscos e controles internos. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 05 de fevereiro de 2026 uma política interna de investimentos e riscos (“Política Interna de Investimentos e Riscos” ou “Política Interna”), que disciplina a gestão de seus recursos financeiros, incluindo a alocação entre Bitcoin e caixa, operações com ações de própria emissão, derivativos referenciados em OBTC3, derivativos referenciados em Bitcoin, derivativos cambiais, produtos estruturados, instrumentos tokenizados e outras operações aprovadas nos termos da própria Política Interna. A Política Interna está estruturada em torno do reconhecimento do Bitcoin como ativo estratégico de reserva de longo prazo, da disciplina de alocação, da gestão baseada em valor por ação, da governança e controle, da transparência e da gestão prudente de riscos.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política Interna de Investimentos e Riscos tem como objetivos principais: (i) preservar a solidez financeira da Companhia; (ii) assegurar que a estratégia de tesouraria em Bitcoin seja executada dentro de limites de liquidez, alavancagem, colateral, concentração, contraparte e mercado previamente definidos; (iii) evitar operações especulativas que possam comprometer a capacidade da Companhia de acumular e manter Bitcoin como reserva estratégica; (iv) estabelecer procedimentos de aprovação, execução, registro, monitoramento e reporte de operações; e (v) assegurar transparência e conformidade regulatória.

Os riscos para os quais se busca proteção incluem, principalmente, riscos de mercado e volatilidade do Bitcoin, risco de liquidez, risco de margem e colateral, risco de alavancagem, risco de contraparte, risco cambial, risco operacional, risco de custódia, risco cibernético, risco legal e regulatório, risco de compliance e risco de reporte financeiro. A política também prevê monitoramento de métricas como razão Bitcoin/liquidez, alavancagem bruta e líquida, VaR e métricas de perda em cenários de estresse, utilização de colateral e cobertura de margem, concentração por contraparte, cobertura de liquidez operacional, volatilidade da carteira, mNAV e métricas de correlação.

Os instrumentos utilizados para gestão de riscos e execução da estratégia incluem Bitcoin, caixa e equivalentes de caixa em reais, dólares ou stablecoins, derivativos referenciados em Bitcoin, derivativos referenciados à taxa BRL/USD, derivativos referenciados às ações ordinárias da Companhia (OBTC3), produtos estruturados com

exposição limitada, instrumentos de renda fixa ou tokenizados utilizados para otimização de rendimento ou colateral e outros instrumentos aprovados pelo Conselho de Administração, sempre observados os limites, alçadas e controles aplicáveis.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos prevista na Política Interna é baseada em segregação de funções. A Tesouraria atua como primeira linha de defesa, responsável pela estruturação, execução e reporte das operações dentro dos limites aprovados. A área Legal/Compliance atua como segunda linha de defesa, responsável por monitorar limites, validar marcação a mercado, mNAV, colaterais, alavancagem e aderência das operações às aprovações aplicáveis. O Comitê de Tesouraria supervisiona a execução, avalia exposições e pode solicitar relatórios ou convocar reuniões extraordinárias. O Conselho de Administração aprova limites de exposição, alavancagem e liquidez, revisa a Política Interna e monitora relatórios periódicos.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é compatível com seu estágio atual de desenvolvimento e com a estratégia de tesouraria em Bitcoin, sem prejuízo de aprimoramentos contínuos à medida que novas operações, produtos ou instrumentos sejam implementados. A Política Interna prevê controles pré-negociação, análise de risco para derivativos e operações mais complexas, verificação de limites de exposição, margem, liquidez e contraparte, documentação das aprovações e registro das operações.

A efetividade da política é verificada por meio de monitoramento contínuo pela área Legal/Compliance, reportes à Tesouraria e ao Comitê de Tesouraria, acompanhamento de indicadores quantitativos e operacionais, validação independente de marcação a mercado e colaterais, análise de aderência a limites e reporte periódico ao Conselho de Administração. A auditoria independente revisa, dentro do escopo legal e regulatório aplicável, os registros contábeis e os efeitos das operações nas demonstrações financeiras, não substituindo eventual função de auditoria interna.

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A administração da Companhia, em conjunto com seus colaboradores e prestadores especializados, é responsável por assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, consistente e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Considerando a transformação da Companhia em uma companhia de tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras passaram a contemplar, além dos controles contábeis e financeiros ordinários, procedimentos específicos para ativos digitais, instrumentos financeiros, operações de tesouraria, garantias, colaterais, stablecoins, exposição cambial, instrumentos referenciados a Bitcoin e operações com valores mobiliários de própria emissão.

As principais práticas incluem: (i) conciliações periódicas de caixa, bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar; (ii) conciliação da posição de Bitcoin com extratos, confirmações de custodiantes institucionais, registros internos e, quando aplicável, informações públicas de carteiras; (iii) validação da mensuração a valor justo do Bitcoin e de instrumentos financeiros com base em fontes independentes de preço; (iv) controle de ativos restritos, dados em garantia ou sujeitos a LTV, chamadas de margem ou limitações contratuais de movimentação; (v) registro das aprovações societárias e contratuais relacionadas a operações de tesouraria; (vi) documentação de operações, liquidações, colaterais e marcação a mercado; e (vii) revisão de lançamentos contábeis relevantes pela Diretoria Financeira.

No âmbito da Política Interna de Investimentos e Riscos, a Companhia prevê controles complementares, realizando o monitoramento de indicadores como razão Bitcoin/liquidez, alavancagem bruta e líquida, VaR e métricas de perda em cenários de estresse, utilização de colateral e cobertura de margem, concentração por contraparte, cobertura de liquidez operacional, volatilidade da carteira, mNAV e métricas de correlação. Tais indicadores não substituem os controles contábeis, mas contribuem para a consistência das informações financeiras e para a identificação tempestiva de eventos com potencial impacto nas demonstrações financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

As estruturas organizacionais envolvidas incluem a Diretoria Financeira, responsável pela coordenação do fechamento contábil, revisão das demonstrações financeiras e

interação com auditores independentes; a Tesouraria, responsável pela execução e registro operacional das operações de investimento aprovadas; a área Legal/Compliance, responsável pelo acompanhamento de limites, aderência a aprovações, documentação jurídica e regulatória e validação independente de determinadas informações de risco; o Comitê de Tesouraria, responsável por supervisionar operações de tesouraria e riscos associados; e o Conselho de Administração, responsável pela supervisão geral da administração e acompanhamento das informações financeiras divulgadas ao mercado.

A Companhia também conta com auditores independentes registrados na CVM, que realizam procedimentos de auditoria ou revisão, conforme aplicável, sobre as demonstrações financeiras e informações trimestrais. A auditoria independente constitui avaliação externa e objetiva, dentro do escopo legal e regulatório aplicável, e não substitui a responsabilidade da administração pela preparação das demonstrações financeiras e pela manutenção de controles internos adequados.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada de forma contínua pela administração. A Diretoria Financeira acompanha o fechamento contábil, revisa as conciliações e os registros relevantes, acompanha os efeitos das operações de tesouraria nas demonstrações financeiras e coordena a interação com os auditores independentes. A Tesouraria e a área Legal/Compliance reportam posições, exposições, limites, eventos relevantes e eventuais desvios ao Comitê de Tesouraria e, conforme a materialidade, ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração exerce papel de supervisão e acompanhamento, especialmente em relação a operações de maior relevância ou complexidade, limites de alavancagem, liquidez e exposição, bem como à divulgação de informações financeiras ao mercado. Essa estrutura permite que inconsistências, desvios de limite ou eventos com potencial impacto nas demonstrações financeiras sejam identificados, comunicados e corrigidos de forma tempestiva.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No âmbito dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes encaminharam carta contendo recomendações para aprimoramento de controles internos, classificadas por relevância (incluindo recomendações classificadas como “deficiência significativa” e “outras deficiências”). Entre os principais pontos reportados, destacam-se:

- (i) Deficiência significativa: recomendações relacionadas à adequada contabilização, mensuração a valor justo e apresentação contábil de componentes e/ou instrumentos financeiros associados a debêntures conversíveis, incluindo aspectos de identificação e mensuração de derivativos embutidos e seus reflexos contábeis;
- (ii) Outras deficiências: recomendações relacionadas (a) a premissas e metodologia utilizadas na mensuração a valor justo de passivos financeiros (incluindo coerência entre a moeda do spread de crédito e a moeda da obrigação), (b) a divulgações em notas explicativas aplicáveis a mensurações a valor justo com inputs relevantes não observáveis (incluindo quadros de sensibilidade quando aplicáveis), (c) a critérios de reconhecimento contábil de diferenças entre preço de transação e valor justo na data inicial (“day-1 loss”), quando aplicável, e (d) à avaliação e apresentação contábil de determinadas rubricas de ativos financeiros. A Companhia mantém registro interno dos apontamentos e recomendações recebidos e os considera no aprimoramento contínuo de seus controles internos e processos de reporte financeiro.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração analisou as recomendações encaminhadas pelo auditor independente e vem adotando medidas para fortalecer os controles internos e a qualidade do reporte financeiro, de forma compatível com o porte, complexidade e natureza das operações da Companhia.

Em relação ao ponto classificado pelo auditor como deficiência significativa, relativo a aspectos de contabilização e apresentação contábil de componentes e/ou derivativos embutidos associados a debêntures conversíveis, a administração esclarece que o assunto foi identificado no curso dos trabalhos de auditoria, discutido com a Companhia e refletido nas demonstrações financeiras, conforme registrado pelo próprio auditor em sua carta de recomendações, sem prejuízo do reforço de procedimentos internos de documentação, validação e revisão técnica das premissas e modelos aplicáveis.

Quanto às recomendações classificadas como outras deficiências, a administração (i) revisou premissas e critérios utilizados em mensurações a valor justo, inclusive para assegurar consistência com a moeda e natureza das obrigações; (ii) aprimorou procedimentos de elaboração, revisão e validação de divulgações em notas explicativas aplicáveis, inclusive as relacionadas a mensurações com maior grau de julgamento e, quando aplicável, informações de sensibilidade; (iii) reforçou critérios e documentação de suportes para tratamento contábil de diferenças entre preço de transação e valor

justo no reconhecimento inicial, quando aplicável; e (iv) reforçou procedimentos de avaliação e apresentação de determinadas rubricas de ativos financeiros.

A administração seguirá acompanhando a efetividade desses aprimoramentos ao longo dos fechamentos contábeis e das revisões periódicas de controles internos.

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

A Companhia ainda não possui código de ética ou programa de integridade formal e completo aprovado em documento específico. Não obstante, a Companhia adota políticas e práticas internas de governança, controles, documentação e compliance (inclusive políticas aprovadas pelo Conselho aplicáveis à negociação de valores mobiliários e divulgação de informações), voltadas à prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, inclusive aqueles praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Essas práticas incluem, conforme aplicável: (i) análise jurídica e de compliance de contratos e operações relevantes; (ii) segregação entre execução pela Tesouraria, controle por Legal/Compliance e supervisão pelo Comitê de Tesouraria e Conselho de Administração; (iii) documentação e retenção de aprovações, análises prévias, confirmações de execução e relatórios; (iv) monitoramento de contrapartes, custodiantes, instituições financeiras e prestadores de serviços; (v) avaliação de riscos de PLDFT, sanções, corrupção, conflitos de interesse e reputação em operações relevantes; e (vi) apuração interna de eventuais irregularidades levadas ao conhecimento da administração.

A Companhia pretende evoluir sua estrutura de integridade com a adoção de código de ética, regras de conduta e procedimentos formais proporcionais ao seu porte, complexidade e evolução das atividades, inclusive à eventual prestação de serviços regulados ou estruturação de produtos de investimento relacionados a Bitcoin.

(b) se a Companhia possui canal de denúncia.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia está em fase de implementação de estrutura formal para recebimento, triagem e apuração de denúncias e ainda não possui canal de denúncia próprio plenamente instituído. A Companhia pretende avaliar a adoção de canal interno ou contratado com terceiro independente, aberto a empregados, colaboradores,

prestadores de serviços, parceiros e terceiros, com possibilidade de anonimato e mecanismos de proteção a denunciantes de boa-fé.

Até a implementação formal do canal, eventuais comunicações de irregularidades poderão ser direcionadas à administração, à área Legal/Compliance ou aos canais corporativos existentes, para avaliação e encaminhamento conforme a natureza e a gravidade do relato. A responsabilidade pela apuração deverá observar segregação de funções e, quando necessário, envolvimento da Diretoria, do Comitê de Tesouraria, do Conselho de Administração ou de assessores externos independentes.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Desde sua constituição, em 27 de fevereiro de 2025, até a data deste Formulário de Referência, não foram identificados pela administração casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nem decisões administrativas ou judiciais nesse sentido relacionadas à Companhia.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2025, passou por reorganização societária relevante em 2025 e teve alteração significativa de seu modelo de negócios, com centralidade da tesouraria em Bitcoin e descontinuação das operações educacionais presenciais. Nesse contexto, a administração entende que a adoção de um programa formal de integridade deve ser implementada de forma proporcional ao porte, à estrutura, à complexidade e aos riscos atuais da Companhia.

A Companhia já adota práticas internas de governança, documentação, revisão jurídica, compliance e segregação de funções, especialmente para operações de tesouraria e contratação de prestadores relevantes, e pretende formalizar regras, políticas e procedimentos adicionais à medida que suas atividades se desenvolvam, inclusive em vista de potenciais produtos ou serviços regulados.

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta, em razão da reorganização societária concluída em 1º de outubro de 2025, da incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento, da alteração de denominação social para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento e da inclusão, no objeto social, do investimento proprietário em Bitcoin e de atividades educacionais e de conteúdo relacionadas a finanças, tecnologia, inteligência artificial e Bitcoin.

A principal alteração de risco decorre da transformação da estratégia patrimonial da Companhia: a tesouraria e o investimento proprietário em Bitcoin passaram a constituir o núcleo de sua estratégia. Com isso, a Companhia passou a estar exposta, de forma significativamente mais relevante, a riscos de preço e volatilidade do Bitcoin, mensuração a valor justo, liquidez, custódia, cibersegurança, contraparte, concentração, câmbio, alavancagem, margem, colateral, derivativos, acesso a capital, regulação de criptoativos, PLDFT, sanções e reputação.

A Companhia também reconhece que a incorporação da Oranje US LLC e o programa de ADRs, bem como a implementação de estratégias de rentabilização da reserva de Bitcoin, como a posição em STRC, ampliaram sua exposição a riscos de mercado, cambiais, de contraparte e regulatórios, exigindo aprimoramento contínuo dos controles e da gestão.

Em função disso, a Companhia passou a estruturar governança e controles de tesouraria compatíveis com o novo perfil de risco, incluindo a adoção de Política Interna de Investimentos e Riscos, segregação de funções entre Tesouraria, Legal/Compliance, Comitê de Tesouraria e Conselho de Administração, monitoramento de indicadores de liquidez, alavancagem, colateral, margem, VaR, stress loss, concentração por contraparte, mNAV e métricas relacionadas à posição em Bitcoin. É importante ressaltar que essas estruturas vêm sendo implementadas e aprimoradas continuamente, seu amadurecimento e eficácia plena são processos contínuos, alinhados com a evolução e complexidade das operações da Companhia.

Por outro lado, ao final de 2025, as atividades educacionais presenciais do cursinho foram descontinuadas, com fechamento das unidades físicas, e a atividade educacional passou a ser desenvolvida em ambiente virtual, em parceria com A Mentoria. Essa alteração reduziu riscos ligados a imóveis, locações, infraestrutura física, alvarás e operação presencial, mas manteve ou ampliou riscos relacionados a tecnologia, canais digitais, parceria comercial, reputação, proteção de dados, concorrência online, captação de alunos e monetização de conteúdo.

A Companhia pretende continuar aprimorando sua estrutura de controles internos, gestão de riscos, integridade e compliance, em linha com a evolução de suas atividades e com as exigências regulatórias aplicáveis, especialmente caso venha a desenvolver produtos de investimento, operações com derivativos, instrumentos tokenizados, stablecoins ou prestação de serviços relacionados a ativos virtuais.

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 5.

↶ Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO

FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC 2.763 %		<u>127</u>
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa		
 VINTEUM TECHNOLOGY INC. 46.24 %		<u>127</u>
 WINKLEVOSS CAPITAL FUND, LLC 4.995 %		<u>128</u>
 Ações Tesouraria		<u>128</u>
 Outros		<u>129</u>
 Total		<u>129</u>

Legendas

 Acionista Controlador

 Participa de Acordo de Acionistas

↶ Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC

	GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES 100 %	<u>130</u>
	Ações Tesouraria	<u>130</u>
	Outros	<u>131</u>
	Total	<u>131</u>

Legendas

 Acionista Controlador

 Participa de Acordo de Acionistas

↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Não	62.572.523/0001-60	Estados Unidos	Não
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Pedro Julio de Cerqueira Gomes			Pessoa Física	000.579.108-12

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
8.085.960	5,515 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
8.085.960	2,763 %	01/10/2025	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

 VINTEUM TECHNOLOGY INC.

Dados Acionista:				
Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Sim	61.072.494/0001-04	Ilhas Virgens (Britânicas)	Sim
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
LUCAS DE CARVALHO FERREIRA,			Pessoa Física	415.369.608-02

Detalhamento de Ações Unidade:			
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	135.304.000	92,670 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
135.304.000	46,240 %	01/10/2025	

Classe de Ação			
Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
135.304.000	92,670 %	92,670 %	46,240 %

[Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO**

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#) **WINKLEVOSS CAPITAL FUND, LLC****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Sim	63.015.815/0001-64	Estados Unidos	Sim
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Thyago de Freitas Barretto			Pessoa Física	264.323.608-46

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
14.616.380	9,970 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
14.616.380	4,995 %	01/10/2025	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

 Ações Tesouraria[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.948.620	4,057 %	10.701.500	7,330 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
16.650.120	5,690 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
10.701.500	7,330 %	7,330 %	3,657 %

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)

ORANJEBTC S.A. - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO

Outros

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
117.957.240	80,457 %	40	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
117.957.280	40,312 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
40	100,000 %	0,000 %	0,000 %

Total

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
146.608.200	100,000 %	146.005.540	100,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
292.613.740	100,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
146.005.500	100,000 %	92,670 %	48,462 %
40	100,000 %	0,000 %	0,000 %

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC**

Acionista

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#) **GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES****Dados Acionista:**

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	Sim	227.578.038-67	Brasil	Sim
Nome Acionista			Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Pedro Julio de Cerqueira Gomes			Pessoa Física	000.579.108-12

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	100,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
1	100,000 %	01/10/2025	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

 Ações Tesouraria[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)**Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária

FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC

🏠 Outros

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

💵 Total

[Ir para Estrutura Acionária Completa](#)

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	100,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
1	100,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)**VINTEUM TECHNOLOGY INC.**** Ações Tesouraria****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Outros****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

** Total****Detalhamento de Ações Unidade:**

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas

Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

[↶ Voltar para Resumo Estrutura Acionária](#)

WINKLEVOSS CAPITAL FUND, LLC

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	0,000 %	0	0,000 %
Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração	
0	0,000 %		

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
------------------------	---------	----------------------	-----------------------------

Legendas



Acionista Controlador



Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	8.727
Quantidade acionistas pessoa jurídica	78
Quantidade investidores institucionais	83

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

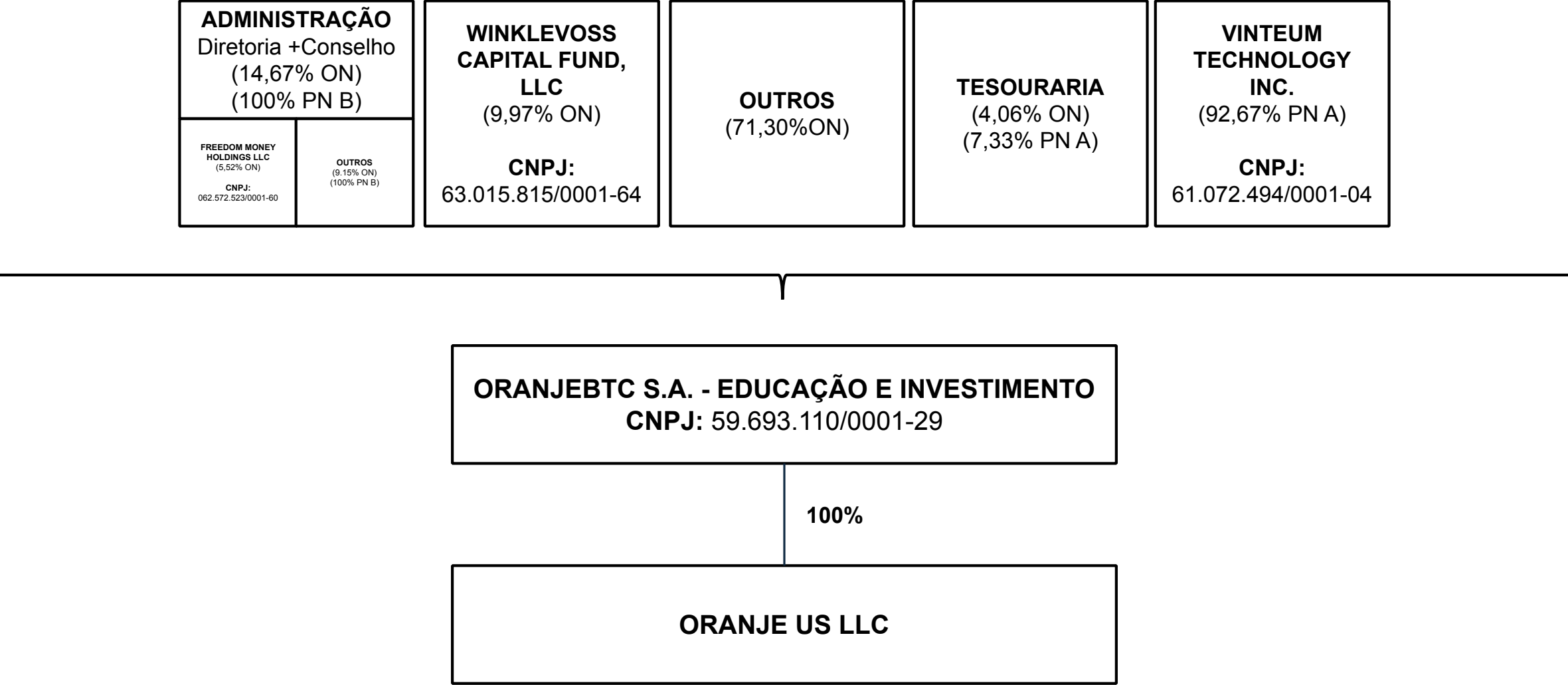
Quantidade ordinárias	119.153.545	81,273%
Quantidade preferenciais	135.304.000	92,670%
Total	254.457.545	86,960%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	135.304.000	92,670000%
-----------------------	-------------	------------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ORANJE US LLC	00.000.000/0000-00	100



6.6. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas à prestação de informações desse item 6.

7.1. Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal**a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política de indicação e de preenchimento dos órgãos de administração formalmente aprovada ou uma política de indicação ao Conselho Fiscal, que, no momento, não está instalado.

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração e demais comitês que se reportam ao Conselho de Administração da Companhia.

Não obstante, o Conselho de Administração aprovou um plano interno de remuneração variável para 2026, com o objetivo de alinhar os incentivos da equipe diretamente aos resultados para os acionistas e reforçar a disciplina de custos. Essa política prevê o pagamento de bônus com base em dois gatilhos principais:

- BTC Yield: A remuneração variável é acionada por um desempenho superior à meta interna de BTC Yield, calculada de forma a promover o crescimento do Bitcoin por ação.
- Geração de Receita Não Dilutiva: Incentiva a geração de receitas recorrentes e não dilutivas, provenientes de programas de educação, consultoria, empréstimo de Bitcoin e outras fontes, visando compensar os custos operacionais e reduzir a dependência de emissões de capital ou dívida.

Os bônus são pagos apenas se a Companhia superar as metas estabelecidas, e os colaboradores podem optar por converter o bônus em dinheiro em ações da Companhia, com um múltiplo aplicado e período de vesting e carência de dois anos, reforçando o alinhamento de longo prazo.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Os membros dos órgãos de administração da Companhia devem respeitar as regras relativas a conflito de interesses estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que o administrador, nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à

aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

d) por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**
- iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável**
- iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Vide tabela do item 7.1 (D).

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

No momento, não há objetivos ou políticas específicas com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal, considerando o porte da Companhia.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A atividade principal da Companhia consiste na gestão de tesouraria e no investimento proprietário em Bitcoin. Não são desenvolvidas atividades intensivas em consumo de eletricidade, como operação de infraestrutura de mineração de Bitcoin. A atividade educacional, anteriormente realizada em unidades presenciais, passou a ser desenvolvida em formato virtual, em parceria com a AMentoria, e tem caráter complementar à estratégia central da Companhia.

Nesse contexto, embora a Companhia não identifique, nesta data, impactos climáticos (*environmental footprint*) operacionais materiais decorrentes de emissões diretas relacionadas à sua atividade principal, reconhece que riscos e oportunidades relacionados ao clima podem afetar suas perspectivas, inclusive por meio de efeitos sobre mercado, reputação, acesso a capital, custo de financiamento, contrapartes e produtos ou estruturas relacionadas ao Bitcoin.

Em linha com a preparação para o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade previsto na Resolução CVM nº 193, conforme alterada, os órgãos de administração deverão acompanhar a estruturação dos processos de identificação, avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima aplicáveis à Companhia. Para informações adicionais, vide item 1.9 deste Formulário de Referência.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0

7.2. Informações para reporte ao Conselho de Administração**a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração**

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Tesouraria e pela Diretoria. A Diretoria reporta diretamente ao Conselho de Administração sobre os assuntos operacionais e sobre a estratégia principal de tesouraria e investimento proprietário em Bitcoin, incluindo aquisição e custódia dos ativos e, conforme aplicável, estruturas destinadas à gestão e à rentabilização da reserva estratégica.

Em relação aos programas de recompra e negociação de ações da própria Companhia aprovados pelo Conselho, o Comitê de Tesouraria é responsável por definir parâmetros de preços de negociação, aprovar a realização de negociações de opções fora dos parâmetros previamente aprovados na Política de Negociações com Próprias Ações, aprovar a contratação de instituições financeiras intermediárias a executar as operações e propor ao Conselho a revisão da Política de Negociações com Próprias Ações sempre que julgar necessário. Para executar os programas, a Diretoria possui um departamento de Tesouraria, que trabalhará dentro dos parâmetros definidos pelo Comitê de Tesouraria.

O Conselho Fiscal não é de funcionamento permanente e não está instalado atualmente.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Cabe ao Conselho de Administração e ao Diretor Financeiro supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos.

Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir tais auditores independentes, conforme previsto em lei.

Atualmente, a Companhia não possui política de contratação de serviços extra auditoria.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui canal específico instituído para reporte, direta ou indiretamente ao Conselho de Administração, de questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	ERIC STANTON WEISS	CPF:	127.189.051-82	Passaporte:	678952504	Nacionalidade:	Estados Unidos	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	14/09/1970
Experiência Profissional:	Eric possui ampla experiência profissional em finanças, gestão de investimentos e ativos digitais. É fundador e CIO do Blockchain Investment Group, onde lidera a adoção institucional do Bitcoin. Iniciou sua carreira no Morgan Stanley e, posteriormente, na GE Equity, liderou investimentos em private equity e venture capital. Também co-fundou a Stripes Group, escritório de private equity. Atualmente, integra o Conselho da Core Scientific (NASDAQ: CORZ), uma das maiores mineradoras de Bitcoin do mundo. É formado pela Universidade de Maryland e possui MBA pela Universidade Columbia.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/10/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		01/10/2024	Não	01/10/2024

Nome FERNANDO LOUREIRO ULRICH **CPF:** 054.750.167-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 28/08/1980

Experiência Profissional: Fernando Ulrich traz mais de 22 anos de experiência em finanças corporativas e investimentos para sua atuação como Membro do Conselho da Oranje BTC. Como sócio da Liberta Investimentos (US\$ 1 bilhão em ativos sob gestão), tem sido uma voz de destaque em análise econômica, mercados financeiros e adoção do Bitcoin no Brasil. Fernando é mestre em Economia pela Escola Austríaca da URJC, em Madri, Espanha, e graduado em Administração de Empresas pela PUC-RS. Ocupou posições de liderança na XP Inc., ThyssenKrupp e Banco Indusval & Partners, contribuindo para iniciativas estratégicas de investimento e gestão financeira. Ex-membro do conselho da Casa da Moeda do Brasil, Fernando também atua como Membro do Conselho do Instituto Mises Brasil, onde promove ativamente a educação econômica e os princípios do livre mercado. É autor do livro Bitcoin – A Moeda na Era Digital (2013), o primeiro sobre Bitcoin publicado em português, consolidando seu papel como pioneiro no pensamento sobre Bitcoin. Além de sua atuação no setor financeiro, Fernando construiu um dos canais de YouTube mais influentes do Brasil sobre economia, mercados e investimentos, com mais de 700 mil inscritos e 4 milhões de visualizações mensais, no qual oferece análises aprofundadas sobre tendências financeiras e ativos digitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO **CPF:** 353.147.828-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/10/1986

Experiência Profissional: Atuou como diretor da Bioma Educação S.A., controladora iindereta da Companhia, de 2016 a 2025, atualmente atuando como Conselheiro e membro dos Comitês Financeiro e de Riscos. Sócio-diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/05/2025	Até AGO 2027	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	29/05/2025		29/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES **CPF:** 227.578.038-67 **Passaporte:** YC901471 **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 29/06/1986

Experiência Profissional: CEO e fundador da Oranje BTC. Como Presidente e Chief Revenue Officer da Swan Bitcoin, Gui liderou as áreas de estratégia, marketing e desenvolvimento de negócios. Sob sua liderança, a Swan cresceu de US\$ 200 mil para mais de US\$ 1 milhão em receita mensal e aumentou os ativos sob gestão para mais de US\$ 1,5 bilhão, atendendo a mais de 120 mil usuários verificados. Também co-liderou o lançamento de uma joint venture que alcançou a implantação de mineração de Bitcoin mais rápida do mundo, atingindo mais de 12 EH/s em 12 meses e gerando mais de US\$ 12 milhões em receita mensal. Antes da Swan, trabalhou na Bridgewater Associates, com foco em desenvolvimento de negócios nos setores de patrimônio e seguros. Ele colaborou com bancos globais e grandes seguradoras para desenvolver estratégias de alocação de portfólio e modelos inovadores de distribuição. No início de sua carreira, cofundou a Jazz Side, uma empresa líder em brand experience no Brasil, que foi adquirida em 2023 pelo maior conglomerado de turismo da região. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela UCLA Anderson.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025
Diretoria	09/09/2025	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		09/09/2025		09/09/2025
Diretoria	09/09/2025	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		09/09/2025		09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome JOSHUA GREGORY LEVINE **CPF:** 127.206.201-57 **Passaporte:** 43740285-X **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/02/1974

Experiência Profissional: Josh possui mais de duas décadas de experiência em finanças globais e gestão de investimentos. É fundador da Locali, plataforma de investimentos em ativos alternativos. Anteriormente, foi Head Global de Distribuição na Bridgewater Associates e atuou durante 15 anos na BlackRock, onde foi Managing Director e Co-Head Global da plataforma de produtos alternativos. Sua carreira também inclui passagens pelo Permal Group e Merrill Lynch. É mestre em Relações Internacionais pela Columbia University.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/10/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		01/10/2024	Não	01/10/2024

Nome JULIO CAPUA RAMOS DA SILVA **CPF:** 893.287.367-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/05/1978

Experiência Profissional: Membro fundador e ex-Chief Financial Officer (CFO) da XP Inc., onde desempenhou um papel fundamental na formação dos mercados financeiros modernos do Brasil. Ao longo de seus 16 anos na XP, liderou funções-chave incluindo finanças, risco, compliance, jurídico, back office e fusões e aquisições (M&A) — ajudando a escalar a empresa de uma pequena startup de educação financeira para uma das principais instituições financeiras do Brasil, culminando em seu IPO de US\$ 15 bilhões na Nasdaq. Desde que deixou a XP em 2020, tem se dedicado ao desenvolvimento regenerativo e de longo prazo no nordeste do Brasil. Atualmente, atua como Presidente do Grupo Carnaúba, o primeiro destino turístico sustentável master-planned do Brasil, localizado em Preá, Ceará. Apoiado por R\$ 400 milhões em capital e abrangendo mais de 12 milhões de metros quadrados, o projeto combina hospitalidade de alto padrão, gestão ambiental e impacto social. Sob a liderança de Julio, o Grupo Carnaúba está executando uma ousada visão de 20 anos para gerar milhares de empregos e transformar o litoral em um destino global, fundamentado em sustentabilidade e desenvolvimento comunitário.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

7.4 Composição dos comitês

Nome: ERIC STANTON WEISS **CPF:** 127.189.051-82 **Passaporte:** 678952504 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 14/09/1970

Experiência Profissional: Eric possui ampla experiência profissional em finanças, gestão de investimentos e ativos digitais. É fundador e CIO do Blockchain Investment Group, onde lidera a adoção institucional do Bitcoin. Iniciou sua carreira no Morgan Stanley e, posteriormente, na GE Equity, liderou investimentos em private equity e venture capital. Também co-fundou a Stripes Group, escritório de private equity. Atualmente, integra o Conselho da Core Scientific (NASDAQ: CORZ), uma das maiores mineradoras de Bitcoin do mundo. É formado pela Universidade de Maryland e possui MBA pela Universidade Columbia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2024	até 4 de outubro de 2025	Comitê de Tesouraria		06/10/2024	06/10/2024

Nome: GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO **CPF:** 353.147.828-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/10/1986

Experiência Profissional: Atuou como diretor da Bioma Educação S.A., controladora iindereta da Companhia, de 2016 a 2025, atualmente atuando como Conselheiro e membro dos Comitês Financeiro e de Riscos. Sócio-diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 4 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome:	GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES	CPF:	227.578.038-67	Passaporte:	YC901471	Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	29/06/1986
-------	---------------------------------	------	----------------	-------------	----------	----------------	--------	------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional:

CEO e fundador da Oranje BTC. Como Presidente e Chief Revenue Officer da Swan Bitcoin, Gui liderou as áreas de estratégia, marketing e desenvolvimento de negócios. Sob sua liderança, a Swan cresceu de US\$ 200 mil para mais de US\$ 1 milhão em receita mensal e aumentou os ativos sob gestão para mais de US\$ 1,5 bilhão, atendendo a mais de 120 mil usuários verificados. Também co-liderou o lançamento de uma joint venture que alcançou a implantação de mineração de Bitcoin mais rápida do mundo, atingindo mais de 12 EH/s em 12 meses e gerando mais de US\$ 12 milhões em receita mensal. Antes da Swan, trabalhou na Bridgewater Associates, com foco em desenvolvimento de negócios nos setores de patrimônio e seguros. Ele colaborou com bancos globais e grandes seguradoras para desenvolver estratégias de alocação de portfólio e modelos inovadores de distribuição. No início de sua carreira, cofundou a Jazz Side, uma empresa líder em brand experience no Brasil, que foi adquirida em 2023 pelo maior conglomerado de turismo da região. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela UCLA Anderson.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 4 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome:

THIAGO MEDEIROS ELMOR

CPF:

114.215.407-62

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

07/08/1987

Experiência Profissional:

Profissional do mercado financeiro brasileiro com longa atuação em trading — operando volatilidade e arbitragens desde 2008 — e experiência em gestão de fundos. Trabalhou em instituições financeiras de renome, e gestoras de recursos, teve ligação com prop firms nos EUA, incluindo tradings, corretoras e gestoras estrangeiras.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 04 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/05/2025

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações conjugais, de união estável ou de parentesco até segundo graus entre os administradores da Companhia, seja entre si ou com administradores de suas controladoras.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem controladores, e tem apenas uma sociedade controlada que é subsidiária integral. Todas as remunerações e pagamentos por prestação de serviços, foram consolidadas e contabilizadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

7.7. Acordos/seguros de administradores – Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Oranje S.A. - Educação e Investimento (“Oranje”), incorporada e sucedida universalmente pela Companhia, celebrou acordo de indenização com seus diretores e conselheiros (“Acordo de Indenização”), que, após a Incorporação, passaram a integrar a administração da Companhia. Em razão da sucessão universal decorrente da Incorporação, a Companhia passou a ocupar a posição da Oranje no Acordo de Indenização.

O Acordo de Indenização foi celebrado nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25 de setembro de 2018, e prevê o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores (“Reclamantes”), decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais ou de acordos destinados a encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções, desde que tais pagamentos ou reembolsos não se realizem: (a) fora do escopo das funções societárias do Reclamante; (b) em razão de atos praticados com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; ou (c) em busca de interesses pessoais ou de terceiros, em detrimento dos melhores interesses da Companhia. O limite multianual de indenização, considerando conjuntamente todas as reclamações de todos os agentes indenizados, é de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

A íntegra do Acordo de Indenização pode ser consultada nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e na seção “Acordos de Acionistas e Documentos Relevantes” do website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.orianjebtc.com/governanca-corporativa/acordos-de-acionistas-e-documentos-relevantes/>).

7.8. Outras informações relevantesAssembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo relação das Assembleias Gerais da Companhia realizadas desde sua transformação em sociedade por ações, em 30 de abril de 2025, indicando a matéria deliberada, data de realização, quórum de instalação e eventuais casos de instalação em segunda convocação:

<u>Evento</u>	<u>Matéria</u>	<u>Data</u>	<u>Quórum de instalação</u>	<u>Instalação em segunda convocação</u>
Alteração do Contrato Social / Assembleia de Transformação	(i) aprovar a transformação do tipo societário da Companhia; (ii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia; (iii) aprovar a conversão das cotas da Companhia em ações da Companhia; (iv) aprovar Estatuto Social da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) eleger o presidente do Conselho de Administração da Companhia; (vii) eleger os diretores da Companhia; (viii) aprovar a não remuneração da administração da Companhia; (ix) aprovar a não instalação do Conselho Fiscal; e (x) aprovar o uso do modo de eletrônico para as publicação da Companhia.	30/04/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar o aumento do capital social da Companhia por meio da emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis Classe A (conforme definido no Estatuto Social da Companhia); (ii) aprovar que parte do aumento de capital será destinado à reserva de capital; (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações descritas nos itens anteriores; (iv) aprovar a recompra de parte das ações pela Companhia para manutenção em tesouraria; (v) aprovar e autorizar o (a) requerimento do registro de emissor da Companhia na categoria A junto à Comissão de Valores Mobiliários; e (b) pedido de listagem e admissão à negociação das ações da Companhia para negociação no segmento básico junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")	19/05/2025	100%	N/A

Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar a retificação, com efeitos retroativos, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de maio de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 178962259, que aprovou, entre outras matérias, alterações no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a ratificação das demais deliberações aprovadas na referida assembleia cujo teor não seja expressamente alterado no âmbito da presente Assembleia.	11/08/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar a inclusão de novo §13 no Artigo 5º e a alteração dos §2º, §3º, §8º e §12 do Artigo 5º, do §1º do Artigo 6º, do Artigo 20 e do título do Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia; e (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	11/08/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) o recebimento da renúncia dos membros do conselho de administração da Companhia; e (ii) a eleição dos novos membros do conselho de administração da Companhia.	09/09/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a aprovação do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Oranje S.A. – Educação e Investimento pelo Cursinho Intergraus S.A.” (“Protocolo e Justificação”); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação ; (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da incorporação; (v) a autorização para que a diretoria da Companhia possa praticar todos os atos e providências necessários à implementação Incorporação; (vi) alterações no estatuto social da Companhia para compatibilizá-lo com o da Incorporada e consolidá-lo.	01/10/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	em sede de AGO: (i) tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o ano de 2026 e ratificar a remuneração global anual de	24/04/2026	54,64%	N/A

	2025; em sede de AGE: (iv) deliberar sobre a proposta de Plano de Outorga de Opções para Executivos; (v) ratificar a alteração do endereço da sede da Companhia; e (vi) aprovar a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social.			
--	--	--	--	--

Órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas.

Até a data de envio deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração da Companhia criou apenas o Comitê de Tesouraria, responsável por definir parâmetros de preços de negociação, aprovar a realização de negociações de opções fora dos parâmetros previamente aprovados na Política de Negociações com Próprias Ações, aprovar a contratação de instituições financeiras intermediárias a executar as operações e propor ao Conselho a revisão da Política de Negociações com Próprias Ações sempre que julgar necessário.

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa

A Companhia se sujeitará às regras do segmento de listagem básica da B3.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Além do Plano de Incentivos de Longo Prazo da Companhia (vide abaixo), que trata de opções de ações e instrumentos similares de longo prazo, o Conselho de Administração aprovou em dezembro de 2025 um plano interno de remuneração variável para 2026, com o objetivo de alinhar os incentivos da equipe diretamente aos resultados para os acionistas e reforçar a disciplina de custos. Essa política prevê o pagamento de bônus com base em dois gatilhos principais:

- **BTC Yield:** A remuneração variável é acionada por um desempenho superior à meta interna de BTC Yield, calculada de forma a promover o crescimento do Bitcoin por ação.
- **Geração de Receita Não Dilutiva:** Incentiva a geração de receitas recorrentes e não dilutivas, provenientes de programas de educação, consultoria, empréstimo de Bitcoin e outras fontes, visando compensar os custos operacionais e reduzir a dependência de emissões de capital ou dívida.

Os bônus são pagos apenas se a Companhia superar as metas estabelecidas, e os colaboradores podem optar por converter o bônus em dinheiro em ações da Companhia, com um múltiplo aplicado e período de vesting e carência de dois anos, reforçando o alinhamento de longo prazo.

Nos termos de seu estatuto, a assembleia geral tem poderes de definir o limite global de remuneração para a Administração, e o Conselho define a remuneração específica de cada administrador. Além disso, o Conselho de Administração pode definir eventuais planos de remuneração aplicáveis aos administradores e colaboradores.

Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a incorporação reversa da controladora Oranje S.A. - Educação e Investimento (“Oranje”) pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passaram a ser remunerados pela própria Companhia.

Atualmente, a Companhia conta com Conselho de Administração composto por 5 (cinco) membros e Diretoria composta por 2 (dois) membros, sendo que uma pessoa ocupa ambas as funções.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos administradores é aprovada em Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração fixar as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria estatutária. A remuneração da Diretoria não estatutária e dos comitês de assessoramento não estatutários é aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com práticas de mercado, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% do valor atribuído à média da remuneração fixa da Diretoria estatutária, nos termos do artigo 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

Cabe ao Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, conforme aplicável, levando em consideração a estrutura de remuneração de cada órgão da administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa dos membros da administração da Companhia é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado em Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho de Administração poderão vir a fazer jus a uma remuneração fixa paga trimestralmente. O valor global da remuneração do Conselho de Administração será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

A remuneração fixa tem como objetivo garantir a atratividade e a retenção de profissionais qualificados, reconhecendo o tempo dedicado, a complexidade das decisões estratégicas e a responsabilidade inerente às suas funções.

Os membros do Conselho de Administração podem vir a receber valores relativos à remuneração fixa diferentes, caso exerçam outros cargos na Companhia. Os membros do Conselho de Administração poderão receber benefícios diretos e indiretos, incluindo o reembolso de despesas com viagens, hospedagem e alimentação para participação em reuniões e eventos institucionais.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a prêmios por atingimento de metas, os quais têm como objetivo alinhar os interesses dos conselheiros aos objetivos estratégicos da Companhia, estimulando a tomada de decisões que promovam o crescimento sustentável e a geração de valor para os

acionistas. A Companhia atualmente não adota política de remuneração variável para o Conselho de Administração.

A implementação e os critérios para a concessão da remuneração variável serão definidos anualmente, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente. O valor global da remuneração do Conselho será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia aprovou plano de remuneração baseado em ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. O referido plano está disponível no website de relações com investidores.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário: Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade, garantindo alinhamento com suas responsabilidades e contribuições para a Companhia.

Remuneração Variável

Os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia aprovou plano de remuneração baseado em ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. O referido plano está disponível no website de relações com investidores.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

Salário: Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Remuneração Variável

Os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia aprovou plano de remuneração baseado em ações na Administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. O referido plano está disponível no website de relações com investidores.

Conselho Fiscal

Caso instalado o Conselho Fiscal, é assegurada a seus membros uma remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções.

Os membros do Conselho Fiscal, caso instalado, receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Os membros do Conselho Fiscal são, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Atualmente a Companhia possui um Comitê de Tesouraria. Os membros do Comitê de Tesouraria podem receber uma remuneração fixa mensal e terão direito ao reembolso de eventuais despesas com locomoção e estadia necessárias para o desempenho de suas funções. Atualmente, os membros deste comitê não possuem remuneração.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2025 e 100% da remuneração paga ou provisionada ao longo do ano foi composta por remuneração fixa.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da Administração da Companhia, sendo tal análise realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de benchmarks de empresas do mesmo setor da Companhia, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia. A partir da análise de tais

informações, cabe ao Conselho formatar a proposta da administração de remuneração dos administradores para fins de submissão à Assembleia Geral.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação com empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

Cabe ao Conselho de Administração determinar, anualmente, o reajuste da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Existem dois indicadores de desempenho considerados na remuneração variável. O principal é o BTC Yield, que mede o crescimento da exposição/quantidade de Bitcoin por ação da OranjeBTC, apurado de forma a refletir crescimento acretivo, líquido dos custos da dívida e sob premissas conservadoras, com remuneração incidindo apenas sobre a superação de determinado alvo. O indicador secundário avalia a capacidade de gerar receitas recorrentes e não dilutivas para cobrir/compensar as despesas fixas, reduzindo a necessidade de financiamento via equity ou dívida.

Não há indicadores ASG previstos nas fórmulas de remuneração variável.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Para a determinação da remuneração dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são fixadas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros da administração que não sejam remunerados

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passaram a ser remunerados pela própria Companhia.

A remuneração de alguns diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia foi suportada por uma subsidiária integral, conforme detalhado no item 8.19. A previsão é de que o percentual suportado pela subsidiária integral aumente em 2026 em função do local de residência de alguns diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	305.000,00	539.000,00		844.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	n/a	n/a		
Total da remuneração	305.000,00	539.000,00		844.000,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações de remuneração variável relativas a períodos anteriores. Em relação ao exercício de 2025 não houve e nem haverá pagamento de remuneração variável.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia aprovou plano de remuneração baseado em ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. O referido plano está disponível no website de relações com investidores. As informações abaixo fazem referência ao plano aprovado.

a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivos de Longo Prazo da Companhia ("Plano") estabelece as condições gerais para a outorga de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, por meio de Programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração ("Programas").

O Plano contempla, dentre outras, as seguintes modalidades:

- (i) opções de compra de ações, conferindo aos beneficiários o direito de adquirir ações mediante pagamento de preço de exercício; e
- (ii) programas de coinvestimento com matching, nos quais os beneficiários adquirem ações com recursos próprios e recebem ações adicionais da Companhia, sem custo.

O Plano é estruturado como um framework flexível, cabendo ao Conselho de Administração definir, no âmbito de cada Programa:

- Beneficiários;
- forma de adesão;
- prazo de duração;
- número de Ações ou Opções;
- condições econômicas;
- custo geral do Programa;
- limites de diluição;
- regras de Vesting;
- modelo de contrato / termo de adesão; e
- demais condições específicas.

b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado na Assembleia Geral da Companhia de 24 de abril de 2026, sendo administrado pelo Conselho de Administração, que será responsável pela sua implementação e execução.

c) Número máximo de ações abrangidas

O número total de ações ordinárias de emissão da Companhia que poderão ser entregues no âmbito do Plano, considerando todas as modalidades e Programas, não excederá 1,75% das ações ordinárias da Companhia, podendo ser ajustado em decorrência de eventos societários.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas será definido pelo Conselho de Administração no âmbito de cada Programa, observado o limite global de ações estabelecido no Plano.

e) Condições de aquisição de ações

A aquisição dos direitos relativos às ações e/ou opções estará condicionada:

- (i) à manutenção do vínculo do beneficiário com a Companhia ou suas controladas;
- (ii) ao decurso dos prazos de vesting; e
- (iii) ao cumprimento de eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração, incluindo metas de desempenho ou eventos específicos.

No âmbito do Programa de Matching, a aquisição de ações adicionais pela Companhia estará condicionada à prévia aquisição de ações pelo beneficiário.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No caso de opções de compra de ações, o preço de exercício será definido pelo Conselho de Administração, podendo:

- ter como referência a cotação das ações de emissão da Companhia em data-base determinada;;
- incluir eventual desconto, conforme estabelecido no respectivo Programa.

No caso de Programas de Matching, as ações adicionais concedidas pela Companhia poderão ser atribuídas sem custo ao beneficiário.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos de aquisição de direitos (vesting) e de exercício serão definidos pelo Conselho de Administração no âmbito de cada Programa.

Como regra geral, o vesting observará:

- 25% após 12 meses da data de outorga; e
- 75% restantes de forma linear ao longo dos 18 meses subsequentes.

O Conselho de Administração poderá estabelecer condições diversas, incluindo vesting baseado em metas, eventos ou aceleração.

h) Forma de liquidação

A liquidação dos direitos poderá ocorrer por:

- (i) entrega de ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria ou a serem emitidas;
- (ii) outros mecanismos permitidos pela legislação aplicável.

i) Restrições à transferência das ações

Os direitos atribuídos no âmbito do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo ser cedidos ou negociados, salvo disposição em contrário do Conselho de Administração.

As ações recebidas pelos beneficiários poderão estar sujeitas a restrições à transferência, conforme estabelecido nos respectivos Programas ou contratos de outorga.

j) Critérios e eventos que podem ocasionar suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser:

- alterado ou extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral;
- ajustado pelo Conselho de Administração no âmbito de sua competência, inclusive para refletir alterações legais ou regulatórias, desde que preservados os direitos adquiridos dos beneficiários.
- Eventos societários, como reorganizações, alterações de capital ou mudanças relevantes na estrutura da Companhia, poderão ensejar ajustes nos termos do Plano ou dos Programas.

k) Efeitos da saída do administrador

Os efeitos do desligamento do beneficiário serão definidos nos Programas e contratos de outorga. De forma geral:

- em caso de desligamento, o beneficiário fará jus apenas aos direitos já adquiridos (vested), salvo disposição diversa;
- direitos ainda não adquiridos poderão ser extintos automaticamente, sem direito a indenização;
- o Conselho de Administração poderá estabelecer tratamentos específicos para determinadas situações, incluindo aceleração de vesting.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações de remuneração baseada em ações relativas a períodos anteriores. Em relação às informações previstas para o exercício corrente, a Administração propôs Plano de Incentivos de Longo Prazo que será apreciado pela AGE de 24 de abril de 2026. Vide descrição do referido Plano acima, no item 8.4.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) data de outorga; (e) quantidade de opções outorgadas; (f) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (g) prazo máximo para exercício das opções; (h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; (i) valor justo das opções na data da outorga; (j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores. Em relação às informações previstas para o exercício corrente, a Administração aprovou Plano de Incentivos de Longo Prazo em ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. Vide descrição do referido Plano no item 8.4. Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada até a data de entrega deste Formulário de Referência.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis, (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações, (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações, (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social.

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações realizado nos últimos 3 anos, logo não há qualquer opção em aberto.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) número de ações; (e) preço médio ponderado de exercício; (f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; (g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações nem qualquer outorga de opções realizada nos últimos 3 anos, portanto não houve exercício de opções tampouco.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

Não aplicável, visto que não houve nenhuma entrega de ações nos últimos 3 anos e nem há entrega de ações prevista para o exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) data de outorga; (e) quantidade de ações outorgadas; (f) prazo máximo para entrega das ações; (g) prazo de restrição à transferência das ações; (h) valor justo das ações na data da outorga; (i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Não aplicável, visto que não houve nenhuma outorga de ações nos últimos 3 anos e nem há outorga de ações prevista para o exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações nem qualquer outorga de opções realizada nos últimos 3 anos, portanto não houve entrega de ações tampouco.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. órgão; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores. Em relação ao exercício corrente, a Administração aprovou Plano de Incentivos de Longo Prazo em ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de abril de 2026. Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada até a data de entrega deste Formulário de Referência.

Em vista do plano aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2026, as estimativas de valor justo das opções deverão ter como base o modelo de Black-Scholes.

a. Órgão

O Conselho de Administração definirá as regras e premissas de cada Programa no momento da outorga.

b. Premissas

As premissas serão definidas e apuradas no momento de cada outorga. Abaixo indicativos:

Preço da ação (OBTC3): será apurado no momento da outorga.

Preço de exercício: a ser definido pelo Conselho de Administração de acordo com as regras do Plano.

Volatilidade esperada: será apurada volatilidade da ação nos últimos 3 meses de negociação.

Prazo remanescente da opção: a ser definido pelo Conselho de Administração de acordo com as regras do Plano.

Dividendos esperados: 0%

Taxa livre de risco: taxa SELIC no momento da outorga.

c. Exercício antecipado:

Considerando a ausência de dividendos esperados relevantes, não foram considerados efeitos materiais relacionados ao exercício antecipado.

d. Determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade será estimada com base na volatilidade histórica da ação.

e. Outras características:

Não foram consideradas outras características que impactassem de forma relevante a mensuração do valor justo das opções.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Órgão	Ações ON
Conselho de Administração	15.091.600
Diretoria	5.485.080
Conselho Fiscal	Não instalado

Para casos de sobreposição em de membros da diretoria que também estejam no Conselho de Administração, as quantidades foram consideradas como sendo do Conselho de Administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela.

A Companhia não fornece planos de previdência para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não detém qualquer política, apólices de seguros, acordo ou contrato que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores. Em relação ao exercício de 2025 e a prevista para o exercício corrente foi preparada a tabela abaixo com o percentual da remuneração total de cada órgão:

Remuneração - Diretoria	64%
Remuneração - Conselho de Administração	36%
Remuneração - Conselho Fiscal (não instalado)	<u>n/a</u>

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores. Em relação ao exercício fiscal de 2025 e corrente, não houve e não deve haver nenhum pagamento aos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que não tenham sido realizados em razão da função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025, não tendo a declarar informações relativas a períodos anteriores.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não aplicável.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
26/05/2025	17/02/2025		
Descrição dos serviços prestados			
1) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 30 de abril de 2025 e a respectiva demonstração do resultado. 2) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de maio de 2025 e revisão sobre as informações intermediárias em 31 de março de 2025 e 30 de junho de 2025. 3) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 30 de setembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado. As informações acima são referentes apenas ao exercício social de 2025, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
1) Auditoria ao exercício findo em 30/04/2025: R\$ 21.437,50 + R\$ 3.562,50 (impostos), totalizando R\$ 25.000,00. 2) Auditoria das demonstrações contábeis em 31/05/2025 e revisão de informações intermediárias 31/03/2025 e 30/06/2025: R\$ 25.725,00 + R\$ 4.275,00 (impostos), totalizando R\$ 30.000,00. 3) Escopo – Auditoria das demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2025: R\$ 17.150,00 + R\$ 2.850,00 (impostos), totalizando R\$ 20.000,00.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	013390		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
RBORDIGNON AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA	Juridica	47.569.752/0001-31	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
30/03/2026	31/12/2025		
Descrição dos serviços prestados			

- 1) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 e a respectiva demonstração do resultado.
- 2) Revisão sobre as informações intermediárias em 31 de março de 2026, 30 de junho de 2026, e 30 de setembro de 2026.
- 3) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 e a respectiva demonstração do resultado.
- 4) Asseguração Razoável do Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026.
- As informações acima são referentes apenas ao exercício social de 2025, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

- 1) Auditoria ao exercício findo em 31/12/2025: R\$ 86.614,50+ R\$ 18.385,50 (impostos), totalizando R\$ 105.000,00
- 2) Revisão de informações intermediárias 31/03/2026, 30/06/2026 e 30/09/2026, Auditoria ao exercício findo em 31/12/2026, e Asseguração Razoável ESG ao exercício findo em 31/12/2026: R\$ 210.844,44 + R\$ 44.755,60 (impostos), totalizando R\$ 255.600,00.

Justificativa da substituição

Justifica-se a contratação em vista de processo competitivo realizado pela nova administração da Companhia após a não-renovação da contratação dos auditores indicados pelos controladores anteriores.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

N/A

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

O auditor contratado para a realização da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, RBordignon Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda, não presta outros serviços além dos serviços de auditoria para a Companhia. A Companhia não possui política específica para tratar de independência e conflito de interesses dos auditores. Para mais informações a esse respeito, vide item 9.4 deste Formulário de Referência.

9.4. Outras informações relevantes

A RBordignon Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda. também realiza a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia a partir das demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre de 2026.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	4	0	0	0
Não-liderança	1	2	0	0	0
TOTAL = 9	3	6	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	5	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	2	1	0	0	0	0
TOTAL = 9	1	7	1	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	4	1
Não-liderança	2	0	1
TOTAL = 9	3	4	2

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	6	0
Não-liderança	0	3	0
TOTAL = 9	0	9	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	3	1	2
Não-liderança	0	0	0	2	0	1
TOTAL = 9	0	0	0	5	1	3

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	2	3	0	0	0
Sul	1	0	0	0	0
Exterior	0	3	0	0	0
TOTAL = 9	3	6	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	3	1	0	0	0	0
Sul	0	1	0	0	0	0	0
Exterior	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 9	1	7	1	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1	2	2
Sul	1	0	0
Exterior	1	2	0
TOTAL = 9	3	4	2

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Terceirizados
Norte	0
Nordeste	0
Centro-Oeste	0
Sudeste	4
Sul	1
Exterior	3
Total =	8

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade dos terceirizados da Companhia é de 172%, influenciado em grande parte pelo encerramento das operações de ensino presencial, que levaram ao corte de 56 colaboradores. Expurgando-se esse efeito, o índice de rotatividade é de 0%, sendo a Companhia fez 8 contratações no período, que permanecem vinculadas.

10. Recursos humanos**10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima**

Com a descontinuidade das atividades presenciais e o encerramento das unidades físicas do Intergraus, a atividade educacional passou a ser desenvolvida em ambiente virtual, em parceria com a A Mentoria. Por isso, houve uma redução relevante no número de empregados no início de 2026 em relação ao que havia em 2025.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia conta com 11 colaboradores, compreendendo 2 diretores estatutários e 9 demais colaboradores ou terceirizados. Por localização, são 5 colaboradores em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Portugal e 3 nos Estados Unidos da América.

10. Recursos humanos**10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:****(a) política de salários e remuneração variável**

Embora não haja política de salários formalmente aprovada, a Companhia adota práticas de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada função, as condições de mercado e a legislação aplicável em cada localidade em que atua.

A Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável para colaboradores elegíveis, em conformidade com programas e aprovações aplicáveis. O Conselho de Administração aprovou um plano interno de remuneração variável para 2026, com o objetivo de alinhar os incentivos da equipe diretamente aos resultados para os acionistas e reforçar a disciplina de custos. Os indicadores considerados para política de remuneração variável incluem, principalmente, o BTC Yield, que mede o crescimento da exposição ou quantidade de Bitcoin por ação da Companhia de forma a refletir crescimento acretivo e líquido dos custos de dívida, e, secundariamente, a geração de receitas recorrentes e não dilutivas capazes de cobrir ou compensar despesas fixas. Não há indicadores ASG previstos nas fórmulas de remuneração variável descritas na referida política.

(b) política de benefícios

A Companhia poderá oferecer aos colaboradores elegíveis benefícios diretos e indiretos compatíveis com a natureza do vínculo, a localidade e a legislação aplicável, incluindo, conforme o caso, assistência médica ou odontológica, alimentação ou refeição, vale-transporte e outros benefícios legais ou contratuais. A concessão de benefícios observará os instrumentos coletivos eventualmente aplicáveis e as práticas adotadas pela Companhia.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

A Companhia aprovou na AGOE de 24 de abril de 2026 o Plano de Incentivos de Longo Prazo ("Plano de Ações"), contemplando incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, inclusive opções de compra de ações e programas de co-investimento com matching. Nos termos do Plano de Ações, poderão ser criados programas com as seguintes características:

- (i) poderão ser beneficiários, entre outros, empregados, líderes, prestadores de serviços estratégicos e outros colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração;
- (ii) a aquisição dos direitos estará condicionada à manutenção do vínculo do beneficiário, ao decurso dos prazos de vesting e ao cumprimento de eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração, incluindo metas de desempenho ou eventos específicos;
- (iii) no âmbito dos programas de opções, cada opção conferirá o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, por preço de exercício a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo ter como referência a cotação média das ações nos 90 dias anteriores à data de outorga ou, quando aplicável, a cotação da ação em 7 de outubro de 2025, admitida a aplicação de desconto;
- (iv) o prazo de exercício será definido pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa, sendo que, como regra geral prevista na proposta, o vesting ocorrerá na proporção de 25% após 6 meses da outorga e os 75% remanescentes de forma linear ao longo dos 18 meses subsequentes; e
- (v) o total de ações ordinárias que poderão ser entregues no âmbito do Plano de Ações, consideradas todas as modalidades e programas, não excederá 1,75% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia na data de aprovação do plano, sujeito aos ajustes previstos na regulamentação aplicável.

O Plano de Ações prevê que a Administração criará programas (“Programas”), fazendo a seleção dos beneficiários, as condições de outorga e a utilização de ações em tesouraria ou novas ações para liquidação caberão ao Conselho de Administração. Até o fechamento deste FRE, não foram outorgadas efetivamente opções a empregados não-administradores.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
50.000,00	12.450,00	4,02
Esclarecimento		

10. Recursos humanos**10.4. Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.**

Ao final de 2025, a Companhia encerrou as atividades presenciais do Intergraus, não mantendo atualmente corpo docente ou operação presencial de cursos preparatórios. Por essa razão, as referências anteriormente aplicáveis ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo e ao Sindicato dos Professores de São Paulo não caracterizam, por si só, a atual estrutura de colaboradores da Companhia.

A Companhia conta atualmente com administradores estatutários e colaboradores ou prestadores localizados no Brasil e no exterior. Eventuais relações sindicais e instrumentos coletivos aplicáveis serão observados conforme a natureza do vínculo, a categoria profissional e a legislação da respectiva localidade.

A Companhia informa que não tem conhecimento de paralisações ou greves nos últimos 3 exercícios sociais, inclusive considerando o período de operação presencial do Curso Intergraus Ltda. e da Companhia.

10. Recursos humanos**10.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui política formal de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração. Sem prejuízo, a Companhia adota regras e práticas internas para a identificação, análise, aprovação e divulgação de transações com partes relacionadas, observados o conceito de parte relacionada previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 94/2022, a Lei nº 6.404/1976 e a regulamentação da CVM aplicável.

Nos termos do art. 122, inciso X, da Lei nº 6.404/1976, compete à Assembleia Geral deliberar sobre transação com partes relacionadas que corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

A diretriz geral da Companhia é que transações com partes relacionadas somente sejam celebradas quando atendam ao interesse da Companhia, possuam fundamento econômico adequado e sejam realizadas em condições comutativas ou com pagamento compensatório adequado. O processo deve ser conduzido de forma transparente e documentada, com identificação da parte relacionada, do interesse envolvido, da finalidade da operação, dos valores, condições de pagamento, garantias, riscos e demais condições relevantes.

Antes da aprovação de transação material ou potencialmente conflituosa, a Companhia deverá avaliar, quando aplicável, alternativas disponíveis no mercado e elementos objetivos que permitam analisar a adequação das condições propostas. Conforme a relevância, a natureza ou o potencial conflito da operação, a análise poderá ser apoiada por avaliação, opinião ou laudo independente, elaborado sem participação da parte interessada.

A aprovação das transações deverá observar as alçadas societárias aplicáveis e ser realizada por administradores ou órgãos sem interesse conflitante na matéria. A Companhia deverá evitar a fragmentação artificial de transações com o objetivo de afastar a competência do órgão responsável por sua aprovação e deverá documentar as deliberações e fundamentos da contratação.

No âmbito das Assembleias Gerais, eventual impedimento de voto de acionista em matéria envolvendo potencial conflito de interesses deverá ser tratado nos termos da Lei nº 6.404/1976.

As transações com partes relacionadas serão divulgadas, quando aplicável, nas demonstrações financeiras, no Formulário de Referência e por meio da comunicação prevista no Anexo F da Resolução CVM nº 80/2022, sem prejuízo da avaliação de eventual obrigação de divulgação de fato relevante nos termos da Resolução CVM nº 44/2021.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BIOMA EDUCAÇÃO S.A.	21/05/2025	0,00	0,00	N/A. - o Contrato é a título não-oneroso	N/A	N/A
Relação com o emissor	A Bioma Educação S.A. ("Bioma") é ex-controladora indireta do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia").					
Objeto contrato	A Bioma cedeu e transferiu à Companhia, de forma gratuita, irrevogável e irretratável, a titularidade das Marcas (Nº INPI: 810011409; 927275023; e 927275104).					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Cessão de Marca. A operação ocorreu no âmbito e como consequência das negociações realizadas sobre a potencial alienação de controle da Companhia descrita no item 1.15 deste Formulário de Referência. As Partes da Operação acordaram que a Companhia licenciaria suas marcas ao Curso Inter Graus Ltda. e à Bioma.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Curso Inter Graus Ltda e Bioma Educação S.A.	11/06/2025	0,00	0,00	N./A - o Contrato é a título não oneroso e foi distratado	Originalmente, 20 anos contados da data de assinatura do Contrato, mas o Contrato foi distratado em 28/08/2025, não estando mais vigente	N/A
Relação com o emissor	O Curso Inter Graus Ltda ("Curso Inter") foi um dos acionistas do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia") antes da venda da Companhia, e continua sendo controlado pela Bioma Educação S.A.					
Objeto contrato	Em 11 de junho de 2025, a Companhia celebrou com a Bioma e com o Curso Inter Graus Ltda. Contrato de Licenciamento de Marcas, cujo objeto é a licença, a título não oneroso, irrevogável e em caráter não exclusivo, pela Companhia à Bioma e Curso Inter ("Licenciadas"), bem como às empresas controladas, subsidiárias ou coligadas das Licenciadas, do direito de uso das Marcas de titularidade da Companhia, descrito no Anexo I do Contrato (Nº INPI: 810011409; 927275023; e 927275104), pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da celebração do contrato. Foi celebrado o 1º Aditivo ao Contrato de Licenciamento de Marcas em 11/08/2025, que reduziu o prazo do licenciamento gratuito para até 31/12/2026. Foi celebrado o Distrato ao Contrato de Licenciamento de Marcas em 28/08/2025, que rescindiu o licenciamento celebrado.					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso e foi distratado					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Licenciamento Não Oneroso de Marca. A operação ocorreu no âmbito e como consequência das negociações realizadas sobre a potencial alienação de controle da Companhia conforme item 1.15 deste Formulário, para que as antigas titulares e demais sociedades integrantes de seu grupo econômico pudessem manter o uso da marca pelos prazos acordados, nos termos do Contrato de Licenciamento de Marcas celebrado em 11/06/2025 e aditado em 11/08/2025. Em 28/08/2025, por meio da celebração de distrato, o Contrato original foi rescindido, não estando mais vigente.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CURSO INTER GRAUS LTDA.	10/06/2025	332.000,00	332.000,00	332.000,00	Uma única vez, até 31 de Agosto de 2025 ou até a alienação do controle da Companhia, o que ocorrer primeiro	N/A
Relação com o emissor	Até o fechamento do contrato de compra-e-venda, ocorrido em 09/09/2025, o Curso Inter Graus Ltda era um dos acionistas do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia") ao mesmo tempo em que era controlado pela Bioma Educação S.A.					
Objeto contrato	Em 01.04.25, o Curso Inter Graus Ltda. realizou aporte de capital na Companhia, por meio da integralização de ativos necessários à prestação de serviços educacionais. Com o objetivo de otimizar o fluxo financeiro e operacional entre as partes, foi acordado um mecanismo de encontro de contas. Esse procedimento visa compensar valores pagos ou recebidos por uma das partes, mas que sejam de titularidade da outra, decorrentes da transferência das operações. Em 30.04.2025, a Companhia reconheceu o direito de receber o montante de R\$ 208 mil, referente a boletos emitidos antes de 01.04.2025, mas vinculados a alunos transferidos. Em abril e maio a Companhia também efetuou o pagamento no montante de R\$ 124 mil referente a despesas do Curso Inter Graus. Conforme contrato, o encontro de contas será realizado, em caráter único, até 31.08.2025, ou em data anterior, caso ocorra a alienação do controle da Companhia, o que ocorrer primeiro. Esses valores totalizavam, em 31.05.2025, R\$ 332 mil					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso e tem natureza apenas de reembolso (acerto de contas) por custos e despesas incorridos e que seriam de titularidade da outra Parte;					
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das Partes poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato em relação à referida Parte antes mesmo do término de sua vigência, desde que informe sua intenção às outras Partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O contrato será imediata e automaticamente rescindido em caso de alteração de controle de qualquer das Partes.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso ou Acerto de Contas. A operação ocorreu em decorrência do aporte de capital feito pelo Curso Inter na Companhia com os ativos necessários para desempenhar as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares, relacionados a 2 (duas) unidades de ensino de propriedade do Curso Inter e aos alunos ativos nelas então matriculados. Tal aporte resultou nas Partes recebendo ou podendo receber valores devidos à outra Parte, de modo que o contrato não tem por finalidade gerar lucros ou de qualquer forma remunerar as Partes, mas tão somente reembolsá-las pelos custos e despesas incorridos e que seriam de titularidade da outra Parte durante o prazo do Contrato. O montante envolvido no negócio e o saldo existente dependem de apuração futura e, portanto, são valores aproximados, considerando o valor que, em 31.05.2025 seria devido à Companhia.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Oranje S.A.- Educação e Investimento ("Oranje"); Bioma Educação S.A. ("Bioma"); Curso Inter Graus Lt	07/05/2025	15.000.000,00	15.000.000,00	4.000.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho é acionista e diretor da parte relacionada Oranje, controladora direta atual da Companhia e compradora das ações da Companhia nesta transação. O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho é acionista que integra o bloco de controle da Bioma Educação S.A. ("Bioma"), ex-controladora indireta da Companhia e vendedora das ações da Companhia nesta transação. Ocupa os cargos de Diretor sem Designação Específica da Companhia, de membro do Conselho de Administração da Bioma, do Comitê Financeiro e de Novos Negócios da Bioma e do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance da Bioma.					
Objeto contrato	Conforme fato relevante e comunicado ao mercado, ambos publicados pela Bioma em 07/05/2025, foi celebrado contrato de compra e venda ("Contrato") para a alienação de 100% do capital social da Companhia, para a Oranje pelo preço de R\$ 15 mm, sendo R\$ 11 mm a serem pagos na data de fechamento e o saldo, atualizado pelo CDI, a ser pago em 23 parcelas mensais a partir de 02/2026, sujeito a ajustes. O valor retido poderá ser deduzido para pagar, dentre outros, danos indenizáveis. O fechamento foi realizado em 09/09/2025, restando acerto de contas e outras obrigações a serem plenamente satisfeitas. A Bioma prestará suporte administrativo ao cursinho até 12/2025					
Garantia e seguros	N/A - A Companhia assume obrigações diversas no Contrato, as quais não têm natureza de garantia, nem seguros.					
Rescisão ou extinção	Existem multas e penalidades por término sem causa do contrato para ambas as partes.					
Natureza e razão para a operação	Compra e Venda de Participação Societária. A Compradora informa que a aquisição da Companhia está alinhada com sua estratégia de estruturar uma plataforma educacional baseada em cursos livres. Adicionalmente, a Companhia possui uma marca forte e ativos intangíveis importantes, que serão utilizados no crescimento da Companhia em seus mercados de atuação, servindo de base para potencial expansão das suas atividades. As atividades educacionais atuais da Companhia serão mantidas com o suporte da Bioma Educação S.A. até 31 de dezembro de 2025. Com a conclusão da operação, a Compradora passou a deter a totalidade do capital social da Companhia, assumindo, assim, a posição de acionista controladora. Por fim, a Compradora informa que não possui intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano e não existem acordos de voto ou de acionistas relacionados à transação.(Para maior detalhamento, veja os itens 11.2 (O) e 11.3)					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2.N. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses*Compra e Venda de Participação Societária.*

Na data da aquisição pela Oranje das ações de emissão da Companhia de titularidade da Bioma, o Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho ("Sr. Guilherme"), atual diretor sem designação específica da Companhia, era acionista da Oranje, exercia o cargo de Diretor Financeiro da Oranje e, simultaneamente, era acionista integrante do bloco de controle da Bioma e membro de seu conselho de administração.

Com vistas a preservar a independência dos processos decisórios e mitigar potenciais conflitos de interesse, foram adotadas as seguintes medidas de governança:

- (i) o Sr. Guilherme absteve-se de participar de todas as discussões e deliberações relacionadas à operação, tanto no âmbito do Comitê Financeiro e de Novos Negócios, Comitê de Risco, Auditoria e Compliance, quanto no Conselho de Administração da Bioma, não tendo exercido direito de voto ou influência sobre a transação; e
- (ii) o Sr. Guilherme não representou a Bioma, suas subsidiárias vendedoras ou a Companhia em qualquer etapa das negociações conduzidas com a Oranje.

Segundo Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Participação Societária.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia, na qualidade de sucessora universal da Oranje e compradora sob o Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças, celebrou o Segundo Aditamento ao referido contrato. Na data do Segundo Aditamento, a Bioma, o Curso Inter Graus Ltda. e a Escolas Besa Ltda. não eram partes relacionadas da Companhia.

Embora o Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho permanecesse simultaneamente como diretor da Companhia e membro do conselho de administração da Bioma, tal circunstância, isoladamente, não caracteriza as entidades como partes relacionadas, nos termos do CPC 05 (R1). Além disso, o Sr. Guilherme recusou-se nas discussões, e práticas de atos relacionados ao referido aditamento. Assim, o Segundo Aditamento não é apresentado como nova transação com partes relacionadas, mas apenas como atualização subsequente das condições da operação celebrada em 2025 e descrita neste item.

Licenciamento Não Oneroso de Marca.

No âmbito da aquisição das ações da Companhia de titularidade da Bioma, as partes acordaram que a Companhia receberia as marcas e às licenciaria ao Curso Inter Graus Ltda. e à Bioma de forma a permitir que a Bioma continuasse realizando as atividades administrativas e operacionais até 31 de dezembro de 2025.

Referido contrato, no entanto, foi objeto de distrato pelas partes em 28 de agosto de 2025.

Reembolso ou Acerto de Contas.

A operação foi realizada no contexto do aporte de capital feito pelo Curso Inter Graus Ltda. na Companhia com os ativos necessários para desempenhar as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares, relacionados a duas unidades de ensino de propriedade do Curso Inter Graus Ltda. e aos alunos ativos nelas então matriculados. Em razão dessa operação de reorganização, houve obrigações recíprocas entre as partes, envolvendo valores a pagar e a receber decorrentes da transição operacional e patrimonial.

Além de ter sido realizada em um contexto específico, a operação foi estruturada de forma a restringir-se ao reembolso de custos e despesas efetivamente incorridos por uma parte em benefício da outra, sem qualquer previsão de lucro, margem ou remuneração de natureza econômica. Dessa forma, a Companhia entende que não houve conflito de interesse relevante, tampouco benefício financeiro direto ou indireto para quaisquer das partes envolvidas.

11.2.O. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Compra e Venda de Participação Societária.

A Companhia não foi parte do contrato celebrado entre Bioma e Oranje para aquisição das ações da Companhia de titularidade da Bioma, figurando apenas como interveniente-anuente, não sendo aplicável, portanto, a apresentação do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas no instrumento ou de pagamento compensatório adequado.

Atualização subsequente da operação reportada.

Em 27 de fevereiro de 2026, após a incorporação da Oranje pela Companhia e já não havendo relação de parte relacionada entre a Companhia e a Bioma, o Curso Inter Graus Ltda. ou a Escolas Besa Ltda., foi celebrado o Segundo Aditamento ao contrato reportado neste item. O aditamento antecipou o pagamento do saldo remanescente do preço de aquisição e substituiu o mecanismo original de retenção e compensação por obrigação indenizatória futura garantida por alienação fiduciária de quotas, sem alteração da alocação econômica e jurídica de riscos originalmente pactuada. Essa informação é incluída exclusivamente para atualizar as condições supervenientes da transação celebrada em 2025.

Licenciamento Não Oneroso de Marca.

O contrato de cessão de marcas e licenciamento foi objeto de distrato pelas partes em 28 de agosto de 2025.

Reembolso ou Acerto de Contas.

Considerando que o contrato celebrado teve por único objetivo viabilizar o reembolso de custos e despesas efetivamente incorridos por uma parte em benefício da outra, sem qualquer finalidade lucrativa ou caráter remuneratório, a Companhia entende que a operação assegurou equilíbrio econômico entre as partes.

11.3. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.500.000.000	1.500.000.000	3.000.000.000

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
146.608.200	146.005.540	292.613.740
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações
Preferencial Classe A		149.005.500
Preferencial Classe B		40
Outros títulos conversíveis em ações		
Título		Condições para conversão

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES	totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) "Prêmio de NAV" terá a definição estabelecida no Anexo II, e "Preço de Conversão da Segunda Rodada" significará que cada Debênture será conversível em 0,001358991 Ações Ordinárias, totalizando 174.169 Ações Ordinárias. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação ("Data de Conversão Obrigatória" e "Conversão Obrigatória"). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável ("Conversão Facultativa"). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa ("Condição de Conversão Facultativa" e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as "Condições de Conversão"), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa ("Data de Conversão Facultativa").
--	---

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
146.608.200	146.005.540	292.613.740
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	149.005.500	
Preferencial Classe B	40	
Outros títulos conversíveis em ações		
Título	Condições para conversão	

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) "Prêmio de NAV" terá a definição estabelecida no Anexo II, e "Preço de Conversão da Segunda Rodada" significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de troca da incorporação da Oranje pelo Intregraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação ("Data de Conversão Obrigatória" e "Conversão Obrigatória"). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável ("Conversão Facultativa"). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa ("Condição de Conversão Facultativa" e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as "Condições de Conversão"), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa ("Data de Conversão Facultativa").

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025			411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
146.608.200		146.005.540	292.613.740
Capital social por classe de ações preferenciais			
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações	
Preferencial Classe A		149.005.500	
Preferencial Classe B		40	
Outros títulos conversíveis em ações			
Título		Condições para conversão	

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) "Prêmio de NAV" terá a definição estabelecida no Anexo II, e "Preço de Conversão da Segunda Rodada" significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de troca da incorporação da Oranje pelo Intregraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação ("Data de Conversão Obrigatória" e "Conversão Obrigatória"). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável ("Conversão Facultativa"). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa ("Condição de Conversão Facultativa" e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as "Condições de Conversão"), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa ("Data de Conversão Facultativa").

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia tem sede no Brasil, portanto, não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
Data de emissão	01/09/2025
Data de vencimento	01/09/2026
Quantidade	128.160.600
Unidade	
Valor nominal global R\$	128.160.600,00
Saldo Devedor em Aberto	128.160.600,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A qualquer momento durante o Prazo, a Emissora terá o direito de converter a totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) “Prêmio de NAV” terá a definição estabelecida no Anexo II, e “Preço de Conversão da Segunda Rodada” significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de conversão da incorporação da Oranje pelo Intergraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação (“Data de Conversão Obrigatória” e “Conversão Obrigatória”). Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável (“Conversão Facultativa”). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa (“Condição de Conversão Facultativa” e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as “Condições de Conversão”), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa (“Data de Conversão Facultativa”).
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos primeiros 12 (doze) meses após a Emissão ou a Incorporação, o que ocorrer por último, o Debenturista terá o direito de exigir o resgate antecipado, em valor equivalente a 200 Bitcoin, mediante notificação prévia por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência à Emissora (“Resgate Facultativo”).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Número da emissão. As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia. Valor Total da Emissão. O montante total da Emissão é de BRL 128.160.600,00 (cento e vinte e oito milhões, cento e sessenta mil e seiscentos reais), equivalentes a USD 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares norte-americanos), convertidos para BRL pela PTAX do dia 11 de julho de 2025, no valor de BRL 5,5722 por USD. Montante de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 128.160.600,00 (cento e vinte e oito milhões, cento e sessenta mil e seiscentos) Debêntures ("Montante Total de Debentures"). Valor Nominal Unitário. As Debêntures têm valor nominal unitário de BRL 1,00 (um) real na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). Séries. A Emissão é realizada em série única. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de setembro de 2025 ("Data de Emissão"). Prazo e Data de Vencimento Antecipado. Exceto em caso de Conversão ou resgate, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos após a Data de Emissão ("Prazo") ou data anterior, conforme disposto na Cláusula 15 ("Data de Vencimento Antecipado"). A data de vencimento das Debêntures será a data em que o Prazo se encerre ("Data de Vencimento"). Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária. Os Bitcoins adquiridos de acordo com a cláusula de Destinação de Recursos acima, deve ser mantido na Conta Anchorage sob Custódia Colaborativa. Conversibilidade e Forma. As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias, escriturais e nominativas de emissão da Emissora ("Ação Ordinária"), sem emissão de certificados ou títulos físicos, nos termos dos procedimentos previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão. Correção Monetária. A Debênture não estará sujeita a correção monetária. Juros. O Valor Nominal Unitário não estará sujeito a juros. Amortização das Debêntures. Na Data de Vencimento, cada Debênture será integralmente resgatada pela Emissora, mediante o reembolso ao Debenturista do valor em BRL de USD 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares norte-americanos) multiplicado pela PTAX da data de vencimento e dividido pelo Montante Total de Debêntures, respeitado o previsto na subcláusula 8.3.1 ("Valor Reembolsável na Data de Vencimento").
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, cada uma das Debêntures terá direito a 1 (um) voto, admitida a constituição de procurador, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à dispensa (waiver) relacionada à Conversão) dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures presentes à respectiva assembleia, desde que, no caso de tal deliberação resultar em uma modificação dos direitos dos Debenturistas ou uma alteração material adversa aos termos da obrigação, incluindo, mas não se limitando a, qualquer renúncia ou alteração às obrigações da Companhia nos termos da Cláusula 13.1, que possa afetar significativamente os benefícios econômicos ou as proteções legais do Debenturista, tal deliberação deve ser aprovada pelo voto afirmativo de cada Debenturista.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL
Data de emissão	30/04/2026
Data de vencimento	03/01/2031
Quantidade	210.000.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	210.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	210.000.000,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 19o mês contado da respectiva Data de Integralização de cada Série das Debêntures, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures de cada Série, de forma independente entre si, mediante envio de comunicação direta à totalidade dos Debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do pretendido resgate ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"), observado que o valor mínimo de cada resgate antecipado, considerado de forma isolada ou em conjunto entre as Séries, deverá ser equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). O valor a ser pago pela Emissora aos Debenturistas deverá prever a incidência de um prêmio variável, a depender do período de tempo transcorrido entre a respectiva Data da Integralização de cada Série das Debêntures objeto do resgate a serem resgatadas e a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, conforme tabela na Escritura.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures representam a 3ª emissão da Companhia, com data de emissão em 30 de abril de 2026, sendo simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, nominativas, escriturais e da espécie com garantia real, para colocação privada. A Emissão é realizada em duas séries, no valor total de até R\$ 210.000.000,00, correspondentes a até 210.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1,00, sendo R\$ 130.000.000,00 da Primeira Série e R\$ 80.000.000,00 da Segunda Série. As Debêntures serão registradas no CETIP21/B3 para registro e liquidação dos pagamentos, sem negociação no mercado secundário da B3, admitida negociação privada fora desse ambiente. As Debêntures vencem em 3 de janeiro de 2031. O valor nominal ou saldo será atualizado pela variação da taxa de venda de dólares dos Estados Unidos divulgada pelo Banco Central do Brasil por meio do Sistema PTAX, desde a data de integralização da respectiva Série até o pagamento. Sobre o valor nominal sem atualização monetária incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI acrescida de spread de 1,85% ao ano, sendo principal atualizado e remuneração pagos em parcela única no vencimento, resgatados ou vencimento antecipado. As garantias abrangem alienação e cessão fiduciária, no Brasil, e *security interest* regido pelas leis de Nova York, sobre Bitcoin e direitos relacionados a contas de custódia mantidas no exterior e sujeitas a acordos de controle.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão deliberar em assembleia geral, convocada pela Companhia ou por titulares de, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação. A assembleia será instalada, em primeira convocação, com titulares de ao menos metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Como regra geral, as deliberações dependem da aprovação da maioria das Debêntures presentes. Qualquer deliberação que modifique direitos dos Debenturistas ou represente alteração material adversa das obrigações, benefícios econômicos ou proteções legais previstos na Escritura dependerá do voto afirmativo de cada Debenturista. Alterações que afetem exclusivamente ou de forma desproporcional uma Série serão deliberadas apenas pelos titulares daquela Série. Ficam dispensadas de assembleia correções formais, alterações expressamente permitidas na Escritura e atualizações cadastrais que não alterem o fluxo das Debêntures nem causem prejuízo ou custo adicional aos Debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Os recursos líquidos da Emissão serão destinados majoritariamente à aquisição de Bitcoin, à recompra de ações de própria emissão e ao pagamento de custos e despesas operacionais. A Companhia deverá aplicar ao menos 75% dos recursos captados na aquisição de Bitcoin em até 180 dias contados da Data de Emissão e fornecer comprovação aos Debenturistas. Os Bitcoin adquiridos deverão integrar a prova de reservas divulgada pela Companhia em seu website.

A integralização da Segunda Série está condicionada, entre outros requisitos, ao pedido de resgate antecipado das debêntures da 2ª emissão e à verificação de que a dívida consolidada da Companhia e de suas controladas não excederá 40% do valor total dos ativos digitais detidos, consideradas as aquisições de Bitcoin com os recursos da Série. Caso as condições não sejam verificadas ou dispensadas até 1º de agosto de 2026, a Segunda Série será cancelada sem ônus. A Escritura também condiciona os desembolsos à formalização das garantias e dos acordos de custódia aplicáveis; admite resgate antecipado facultativo a partir do 19º mês, sujeito a valor mínimo de R\$ 50.000.000,00 e prêmio decrescente; não permite amortização extraordinária facultativa parcial nem oferta de resgate antecipado; e obriga a Companhia a reembolsar custos comprovados de encerramento de operações estruturadas em caso de resgate, vencimento antecipado, repactuação ou amortização das Debêntures.

.....

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1
Debêntures Conversíveis	0	0	1

12.5. Mercados de Negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia foram admitidas à negociação perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no segmento de listagem básico.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
ADR Nível I		Estados Unidos	OTC
Entidade Administradora			
BNY Mellon			
Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual	
08/04/2026	08/04/2026	0	
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Não	OTC - Over the Counter		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Não			
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	BNY Mellon		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Sim:	Banco Bradesco S.A.		

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior. Apenas patrocina programa de ADRs para negociação nos Estados Unidos. Tais títulos estão indicados no item 12.6.

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais. Portanto, não há informação sobre a destinação de recursos solicitada.

12.9. Outras informações relevantes**(a) Recompra de ações**

Em 19 de maio de 2025, a assembleia geral extraordinária da Companhia aprovou, nos termos do artigo 30, §1º, (b), da Lei das S.A, a aquisição, pela Companhia, de 82.200 ações ordinárias e 35.000 PN Classe A, para permanência em tesouraria, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A aquisição ocorreu à conta da reserva de capital da Companhia em 10 de junho de 2025.

(b) Contratos de opção de compra de ações celebrados com a Vinteum Technology Inc.

Em 1º de outubro de 2025, a assembleia geral da Companhia aprovou a celebração de dois contratos de opção de compra de ações com a Vinteum, que conferem à Companhia o direito de adquirir PN Classe A atualmente detidas pela Vinteum, cujo exercício foi autorizado por referida assembleia a qualquer tempo (os “Contratos Vinteum”).

Os Contratos Vinteum possuem as seguintes características:

- (i) Primeiro aditivo ao instrumento de opção de compra de ações e outras avenças celebrado em 20 de junho de 2025 entre a Companhia (na qualidade de sucessora universal por incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento) e a Vinteum, conforme aditado em 1º de outubro de 2025:
 - a. Número de Ações Objeto da Opção. 20.000.000 PN Classe A
 - b. Prazo de Exercício. 100 anos a contar de 20 de junho de 2025
 - c. Exercício Parcial. A opção de compra poderá ser exercida pela Companhia sucessivas vezes, cada vez em relação a uma parcela das ações objeto da opção, até que contemple a totalidade das ações
 - d. Preço de Exercício. A opção de compra possui preço fixo de R\$ 0,0275 por ação objeto da opção de compra
 - e. Fechamento. A efetiva cessão e transferência das ações, em decorrência do exercício da opção de compra deverá ocorrer em até 5 cinco dias úteis contados da data em que a notificação de exercício da opção de compra tenha sido entregue
- (ii) Primeiro aditivo ao instrumento de opção de compra de ações e outras avenças celebrado em 12 de setembro de 2025 entre a Companhia (na qualidade de sucessora universal por incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento) e a Vinteum, conforme aditado em 1º de outubro de 2025:
 - a. Número de Ações Objeto da Opção. 130.304.000 de PN Classe A
 - b. Prazo de Exercício. 100 anos a contar de 12 de setembro de 2025
 - c. Exercício Parcial. A opção de compra poderá ser exercida pela Companhia sucessivas vezes, cada vez em relação a uma parcela das

- ações objeto da opção, até que contemple a totalidade das ações
- d. Preço de Exercício. A opção de compra possui preço fixo de R\$ 0,0275 por ação objeto da opção de compra
 - e. Fechamento. A efetiva cessão e transferência das ações, em decorrência do exercício da opção de compra deverá ocorrer em até 5 cinco dias úteis contados da data em que a notificação de exercício da opção de compra tenha sido entregue

Em conjunto, os Contratos Vinteum originalmente abrangiam 150.304.000 PN Classe A. Em 31 de dezembro de 2025, 15.000.000 PN Classe A já haviam sido adquiridas pela Companhia mediante exercício parcial dos Contratos Vinteum, permanecendo 135.304.000 PN Classe A sujeitas à opção. Caso o saldo remanescente fosse exercido integralmente ao preço contratual de R\$ 0,0275 por ação, o desembolso corresponderia a aproximadamente R\$ 3.720.860,00.

Para mais informações sobre os Contratos Vinteum e os respectivos riscos, vide os itens 1.15 e 4.1 deste Formulário de Referência.

Após a aquisição, a Companhia poderá manter tais PN Classe A em tesouraria, convertê-las em ações ordinárias, na proporção de 10 ações ordinárias para cada 1 PN Classe A, a qualquer momento, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração, ou ainda aliená-las no mercado, em linha com sua estratégia de capital. Para mais informações sobre os riscos relacionados à aquisição de PN Classe A pela Companhia e sua conversão em ações ordinárias, vide os fatores de risco “*A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores*” e “*A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia*” descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) Plano de negociação com próprias ações

Em 1º de outubro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um plano de negociação de ações de própria emissão, autorizando a recompra de até 13.300.000 ações ordinárias e até 15.000.000 de PN Classe A, para manutenção em tesouraria, venda ou cancelamento, observado o limite e as condições da Resolução CVM nº 77/2022. A recompra de PN Classe A foi realizada mediante o exercício parcial das opções de compra outorgadas pela Vinteum no âmbito dos Contratos Vinteum.

O plano tem por finalidade conferir maior flexibilidade à gestão de capital, permitindo à Companhia recomprar suas próprias ações em cenários de desvalorização de mercado ou utilizá-las como instrumento estratégico de liquidez, financiamento e preservação de valor por ação. O prazo máximo para a liquidação das operações é de 18 meses, contados da data da aprovação, e sua execução observará a disponibilidade de

recursos em reservas de lucros e de capital, que totalizavam R\$ 30.210.810,11 na data-base de 30 de junho de 2025.

Em 2 de outubro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, e no artigo 20, alínea “I”, do Estatuto Social, aprovou a conversão de 1.330.000 PN Classe A em 13.300.000 ações ordinárias.

No âmbito do plano e da Política de Negociações com Próprias Ações, a Companhia divulgou periodicamente ao mercado as operações realizadas com ações de própria emissão e as aquisições de Bitcoin executadas por sua Tesouraria. Em 30 de abril de 2026, a Companhia mantinha 13.442.600 ações ON em tesouraria.

As negociações realizadas após a data-base são divulgadas nos comunicados ao mercado da Companhia e devem ser lidas em conjunto com as informações constantes dos demais itens aplicáveis deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre os riscos relacionados à aquisição de PN Classe A pela Companhia e sua conversão em ações ordinárias, vide os fatores de risco “*A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores*” e “*A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia*” descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Guilherme Amado Cerqueira Gomes	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DO CURSINHO
INTERGRAUS S.A.

Guilherme Amado Cerqueira Gomes, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empreendedor, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.578.038-67, com escritório comercial na sede da Companhia, na qualidade de **Diretor de Relações com Investidores** da **ORANJEBTC - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO S.A. S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Japiatã, nº 181, CEP: 05455-060, Vila Ida ("Companhia"), declara, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia a ser apresentado em 29 de maio de 2026, que:

- (i) reviu o conteúdo do formulário de referência;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Guilherme Amado Cerqueira Gomes
CPF/MF: 227.578.038-67

Documento não preenchido.